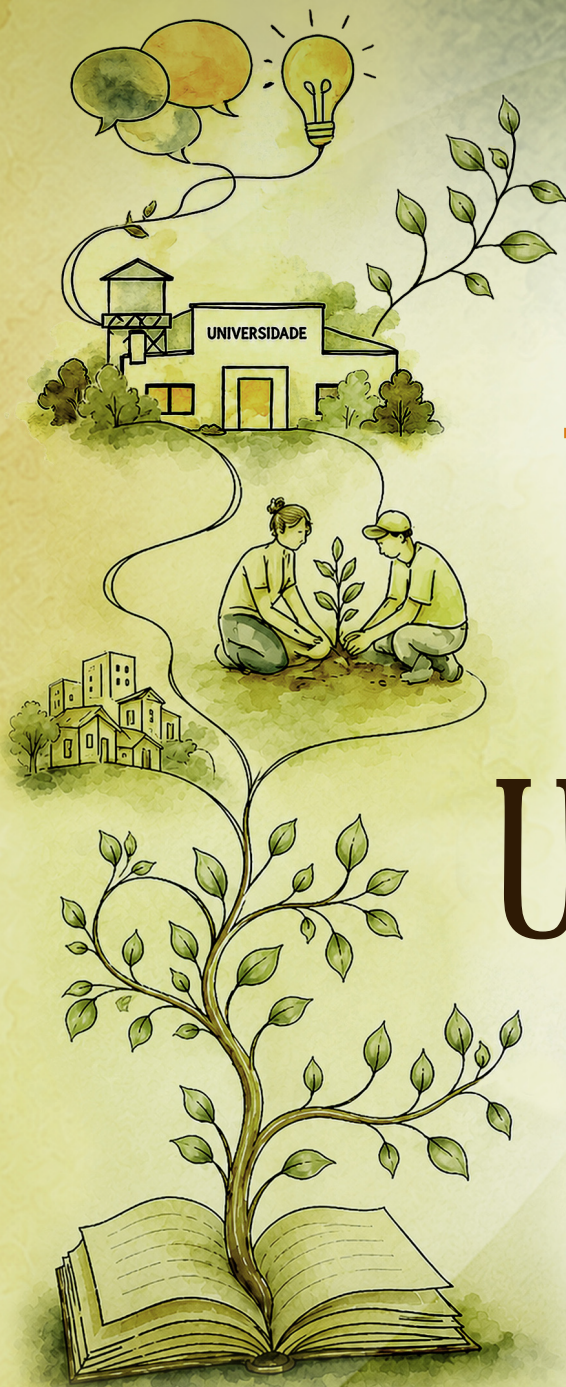




organizadores

Adriana Camargo Ferrasi

Érica Ramos

Jacqueline Costa Teixeira Caramori

Mariele Gobo-Oliveira

Taciana de Albuquerque Pedrosa Fernandes

Extensão Universitária Viva

Experiências
e Horizontes

unesp



proec
unesp

Pró-reitoria de Graduação / UNESP
prograd



2026
São Paulo



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

E96

Extensão Universitária Viva – Experiências e Horizontes /
Organização Adriana Camargo Ferrasi... [et al.]. – São
Paulo: Pimenta Cultural, 2026.

Volume 1

340 p.; 14 X 21,6 cm

ISBN 978-85-7221-717-0

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-717-0

1. Extensão Universitária. 2. Comunidade. 3. Educação.
4. Enfermagem. 5. Medicina. I. Ferrasi, Adriana Camargo (Org.).
II. Ramos, Érica (Org.). III. Caramori, Jacqueline Costa Teixeira
(Org.). IV. Oliveira, Mariele Gobo de (Org.). V. Fernandes, Taciana
de Albuquerque Pedrosa (Org.). VI. Título.

CDD: 378.175

Índice para catálogo sistemático:

I. Extensão Universitária

Júlia Marra Torres • Bibliotecária • CRB: SP-011583/0



Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2026 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2026 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<https://creativecommons.org/licenses/>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Bibliotecária	Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Edição eletrônica	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Estágio em edição	Emanuelle Vitória Miranda da Silva Rayssa Santos Arrais
Imagens da capa	Érica Ramos, GraphicJAA - Magnific.com; Chat GPT - AI Generator
Tipografias	Acumin, Euphorigenic, Kensington, Rockwell Nova
Revisão	Os autores e as organizadoras
Organizadoras	Adriana Camargo Ferrasi Érica Ramos Jacqueline Costa Teixeira Caramori Mariele Gobo-Oliveira Taciana de Albuquerque Pedrosa Fernandes

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 6



CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

ade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

André Tanus Cesário de Souza
Faculdade Anhanguera, Brasil

Andressa Antunes
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cassia Cordeiro Furtado
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cecília Machado Henriques
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deilson do Carmo Trindade
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edilson de Araújo dos Santos
Universidade de São Paulo, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil



Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos
Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros
Universidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehler Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes
Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior
Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues
Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschiqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger
Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Juliano Pizzano Ayoub
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt
Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil



Márcia Alves da Silva

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Maurício José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas

Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil



Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves
Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior
Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos
Universidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis
Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos
Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiane Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva
Stockholm University, Suécia

Suêlen Rodrigues de Freitas Costa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil



Avaliadores e avaliadoras desta obra

Adriana Camargo Ferrasi
Universidade Estadual Paulista, Brasil

Anna Paula Ferrari
Universidade Estadual Paulista, Brasil

Érica Ramos
Universidade Estadual Paulista, Brasil

Jacqueline Costa Teixeira Caramori
Universidade Estadual Paulista, Brasil

Mariele Gobo-Oliveira
Universidade Estadual Paulista, Brasil

Taciana de Albuquerque Pedrosa Fernandes
Universidade Estadual Paulista, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Sobre as organizadoras.....17

Sobre os autores e as autoras.....19

Raul Borges Guimarães

Prefácio.....32

SEÇÃO I

FUNDAMENTOS

DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....35

CAPÍTULO 1

Wilson de Mello Júnior

A extensão universitária na atualidade:

resistências e reinvenções.....36

CAPÍTULO 2

Antonio Cezar Leal

Celia Maria Giacheti

Raul Borges Guimarães

Curricularização da extensão na Unesp:

caminhos percorridos e perspectivas.....45





CAPÍTULO 3

Rúbia Aguiar Alencar

Renata Maria Zanardo Romanholi

A curricularização no curso de enfermagem da Unesp:

do movimento ao desafio institucional.....54

CAPÍTULO 4

Aristides Augusto Palhares

Sumaia Inaty Smaira

Jacqueline Costa Teixeira Caramori

A curricularização da extensão no curso de medicina da Unesp:

entre movimento, práticas e desafio institucional.....62

CAPÍTULO 5

André Santachiara Fossaluzza

Interdisciplinaridade e interseccionalidade:

epistemologias para a ação extensionista.....69

CAPÍTULO 6

Juliana Cortez-Barbosa

Maria Eugênia Porém

Raul Borges Guimarães

Extensão, justiça social e saberes locais:

a universidade como espaço de diálogo e crítica.....78

CAPÍTULO 7

Jacqueline Costa Teixeira Caramori

Ugo Caramori

Ecologias de saberes e metodologias participativas:

contribuições para uma universidade em transformação.....85

SEÇÃO II

DIRETRIZES CONSTRUTIVAS
PARA UMA UNIDADE
CURRICULAR EXTENSIONISTA.....

94

CAPÍTULO 8

Jacqueline Costa Teixeira Caramori
Mariele Gobo-Oliveira

**Planejar e negociar os cenários
para as ações extensionistas.....**

98

CAPÍTULO 9

Adriano Paulo Aparecido Pereira Oliveira
Mariele Gobo-Oliveira
Érica Ramos

**A construção de um roteiro
extensionista e de aprendizagens.....**

106

CAPÍTULO 10

Adriana Camargo Ferrasi
Érica Ramos

**Referenciais teóricos
da unidade curricular.....**

116

CAPÍTULO 11

Érica Ramos
Adriana Camargo Ferrasi

**O processo avaliativo da aprendizagem
do estudante na extensão:
estratégias e olhares.....**

123

CAPÍTULO 12

Adriano Paulo Aparecido Pereira Oliveira
Jacqueline Costa Teixeira Caramori

**Avaliação da ação extensionista
como prática formativa e coletiva.....**

131



SEÇÃO III

**VIVÊNCIAS DA EXTENSÃO
EM ENFERMAGEM E MEDICINA.....138**

**Saúde e bem-estar
em diversos contextos.....144**

CAPÍTULO 13

Sumaia Inaty Smaira

Leonardo Seiti Gossukuma

Anna Clara Nóbrega

Guilherme Teixeira Soares

Nathan de Abreu Gonçalves Caiafa da Silva Soares

**Movimentos suaves,
impacto profundo:
uma ação de extensão na APAPE
com prática de Tai Chi Chuan.....145**

CAPÍTULO 14

Maria Eduarda da Costa Mangialardo

Laura Fonte Boa Ramalho

Sabrina Simões Rodrigues

Alice Yamashita Prearo

Miriam Hashimoto

**Corpo, consentimento
e conversa:
a escola também é lugar!.....153**

CAPÍTULO 15

Taciana de Albuquerque Pedrosa Fernandes

Débora Avellaneda Penatti

**Autismo, alimentação
e acolhimento:
inclusão em Associação Portas Azuis.....162**





CAPÍTULO 16

Matheus Cardoso M. Vieira

Aline Rabelo da Silva

Caroline Paredes Cover

Maria Helena Borgato

Extensão universitária, da concepção à transformação social:

promoção da alegria em centro

de convivência para idosos..... 173

Inclusão social e enfrentamento

da vulnerabilidade..... 180

CAPÍTULO 17

Adriana Camargo Ferrasi

Gabriela Vasconcelos Tonelli

Gabrielle do Nascimento Queiróz

Giovani Gomes Bello

Raquel Silva Santos

Cultivando pérolas de sabedoria:

extensão universitária na promoção do bem-estar..... 181

CAPÍTULO 18

Manuela dos Santos Poiana

Ana Luisa Tarrio Ferraz de Almeida

Pedro da Silva Fernandes

Helena Ruas Brandes

Anna Paula Ferrari

Empoderamento e inclusão social:

experiência extensionista no Projeto Pérola Negra..... 193



CAPÍTULO 19

Amanda Petrini

Giulia Borba da Silva

Matheus Albano Cavallari

Victor Precípito Fuentes Bertie

Débora Avellaneda Penatti

Cuidar, ouvir e dialogar:

planejando ações educativas com adolescentes

em acolhimento institucional..... 200

CAPÍTULO 20

Luciana Montes de Oliveira

Dominique Cesar dos Santos

Yasmim Tacila da Silva Cruz

Maria Eduarda de Oliveira Pinheiro

Vidas visíveis:

cidadania e dignidade

para pessoas em situação de rua..... 208

CAPÍTULO 21

Rhyanne Vasconcellos Nascimento

Gabrielle Oliveira Silva

Érica Ramos

Michelle Cristine de Oliveira Minharro

Revitalização do jardim sensorial

da Associação de Pais e Amigos

dos Excepcionais (APAE)..... 219

Segurança alimentar

e desenvolvimento

comunitário sustentável..... 231



CAPÍTULO 22

Eduardo Sanches Gil

Maria Eduarda Pires Marchetti

Mariele Colletti Coral Batista

Mariele Gobo-Oliveira

Bancos de alimentos:

caminhos para a efetivação

da segurança alimentar sustentável.....232

CAPÍTULO 23

Roberta Quinaia Galdi

Livia Pasterchak

Marco Munhoz

Maria da Conceição da Silva

Juliane Andrade

Extensão participativa:

cuidado, trabalho e aprendizado com pessoas

trabalhadoras da cooperativa de reciclagem..... 239

SEÇÃO IV

ENTRE O PRESENTE

E O POSSÍVEL:

CAMINHOS DA EXTENSÃO..... 249

CAPÍTULO 24

Claudio Cesar de Paiva

Suzana Cristina Fernandes de Paiva

Alinhamentos e contradições

da Agenda 2030 no Brasil..... 250

CAPÍTULO 25

Carolina Cechella Philippi

Márcia Lopes Reis

**Olhares sociológicos
para a extensão na educação:**

entre políticas, tecnologias e cultura..... 260

CAPÍTULO 26

Willian Fernando Zambuzzi

Horizontes da extensão universitária:

utopias possíveis e insurgências necessárias..... 269

CAPÍTULO 27

Adriana Camargo Ferrasi

Érica Ramos

Jacqueline Costa Teixeira Caramori

Mariele Gobo-Oliveira

Taciana de Albuquerque Pedrosa Fernandes

O que a extensão nos ensina..... 281

Índice remissivo.....287



SOBRE AS ORGANIZADORAS

Adriana Camargo Ferrasi

Bióloga e Doutora em Biologia Celular e Molecular. Professora Assistente do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Atua na Unidade Curricular "Extensão Universitária na Saúde" desde 2024 e coordena o Projeto de Extensão Universitária e Popularização da Ciência "Queijo, Café e Ciência" na FMB - Unesp.

adriana.ferrasi@unesp.br

Érica Ramos

Pedagoga, Bióloga e Doutora em Ciências Biológicas (Genética). Servidora do Núcleo de Apoio Pedagógico da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Atua na Unidade Curricular "Extensão Universitária na Saúde" desde 2023, e participou como membro do Comitê Programático do Congresso de Extensão Universitária da Unesp em 2024. Mãe do Gigio.

erica.ramos@unesp.br

Jacqueline Costa Teixeira Caramori

Médica formada pela Universidade Federal do Pará. Especialidade Nefrologia. Professora Titular do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Especialista em Educação para Profissionais de Saúde - Programa FAIMER Brasil. Coordenadora do Núcleo Negro de Pesquisa e Extensão em Botucatu. Coordenadora da Unidade Curricular Extensão em Saúde (2023-2025). Mãe do Ugo e do Enzo.

j.caramori@unesp.br

Mariele Gobo-Oliveira

Enfermeira. Mestre em Biotecnologia Médica e Doutora em Enfermagem pela Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Professora Assistente do Departamento de Enfermagem da FMB - UNESP. Atua na Unidade Curricular "Extensão Universitária na Saúde" desde 2023.

mariele.gobo@unesp.br.

Taciana de Albuquerque Pedrosa Fernandes

Médica Pediatra e Reumatologista Pediátrica. Mestre em Pediatria e Doutora em Saúde Coletiva pela Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Professora Assistente do Departamento de Pediatria da FMB - UNESP. Atua nas Unidades Curriculares Extensão Universitária na Saúde desde 2024, e Extensão Universitária da Disciplina Método de Raciocínio Científico II.

taciana.fernandes@unesp.br



SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Adriana Camargo Ferrasi

Professora Assistente do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Atua na Unidade Curricular "Extensão Universitária na Saúde" desde 2024 e coordena o Projeto de Extensão Universitária e Popularização da Ciência "Queijo, Café e Ciência" na FMB-Unesp.

adriana.ferrasi@unesp.br

Adriano Paulo Aparecido Pereira Oliveira

Estudante de Pós-Graduação no Programa de Fisiopatologia em Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). PAADES na Unidade Curricular "Extensão Universitária na Saúde" e membro do NUPE da FMB.

adriano.a.oliveira@unesp.br

Alice Yamashita Prearo

Professora Doutora do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

alice.prearo@unesp.br

Aline Rabelo da Silva

Estudante de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

aline.rabelo@unesp.br





Amanda Petrini

Estudante de Graduação em Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

amanda.petrini@unesp.br

Ana Luisa Tarrio Ferraz de Almeida

Estudante de Graduação em Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

ana.tarrio@unesp.br

André Santachiara Fossaluzza

Professor Assistente Doutor no Departamento de Ciências Humanas e Ciências da Nutrição e Alimentação (DCHCNA) do Instituto de Biociências de Botucatu (IBB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Atua com ações extensionistas desde 2007 nas áreas de Educação Ambiental, Permacultura, Agroecologia, Formação de professores(as), Educação em Direitos Humanos e Educação e Diversidade.

andre.fossaluzza@unesp.br

Anna Clara Nóbrega

Estudante de Graduação em Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

anna.neves@unesp.br

Anna Paula Ferrari

Professora Assistente Doutora do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

anna.ferrari@unesp.br



Antonio Cezar Leal

Professor Doutor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) - Câmpus de Presidente Prudente - da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Assessor da Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura (PROEC) da Unesp nos períodos de 2014-2016, 2021-2024 e 2025-2028. Desenvolve atividades de extensão em gestão das águas e de resíduos sólidos.

cezar.leal@unesp.br

Aristides Augusto Palhares

Professor Assistente Doutor do Departamento de Cirurgia e Ortopedia da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

aristides.palhares@unesp.br

Carolina Cechella Philippi

Professora Assistente Doutora no Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr) - Câmpus de Araraquara - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

carolina.philippi@unesp.br

Caroline Paredes Cover

Estudante de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

carolinepcover@gmail.com

Celia Maria Giacheti

Professora titular do Departamento de Fonoaudiologia da Faculdade de Filosofia e Ciências - Câmpus de Marília - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Pró-reitora de Graduação (gestão 2021-2024 e gestão 2025-2028). Desenvolve atividades de extensão na área da saúde e na gestão acadêmica dos cursos de graduação.

c.giacheti@unesp.br



Claudio Cesar de Paiva

Livre-Docente em Economia e atuante no Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr) - Câmpus de Araraquara - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Vice-Coordenador da Rede Temática de Extensão Agenda 2030, Coordenador de dois livros de extensão e Coordenador do Projeto Araraquara 2050.

claudio.paiva@unesp.br

Débora Avellaneda Penatti

Professora Doutora do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

debora.penatti@unesp.br

Dominique Cesar dos Santos

Estudante de Graduação em Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

dominique.cesar@unesp.br

Eduardo Sanches Gil

Estudante de Graduação em Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

eduardo.gil@unesp.br

Érica Ramos

Servidora do Núcleo de Apoio Pedagógico da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Atua na Unidade Curricular "Extensão Universitária na Saúde".

erica.ramos@unesp.br



Gabriela Vasconcelos Tonelli

Estudante de Graduação em Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

gabriela.tonelli@unesp.br

Gabrielle do Nascimento Queiróz

Estudante de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)

gn.queiroz@unesp.br

Gabrielle Oliveira Silva

Estudante de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

gabrielle.oliveira-silva@unesp.br

Giovani Gomes Bello

Estudante de Graduação em Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

giovani.bello@unesp.br

Giulia Borba da Silva

Estudante de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

giulia.b.silva@unesp.br

Guilherme Teixeira Soares

Estudante de Graduação em Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

guilherme.t.soares@unesp.br



Helena Ruas Brandes

Estudante de Graduação em Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

hr.brandes@unesp.br

Jacqueline Costa Teixeira Caramori

Professora Titular do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Especialista em Educação para Profissionais de Saúde - Programa FAIMER Brasil. Coordenadora do Núcleo Negro de Pesquisa e Extensão em Botucatu. Coordenadora da Unidade Curricular Extensão em Saúde (2023-2025).

j.caramori@unesp.br

Juliana Cortez-Barbosa

Professora Assistente Doutora do Departamento de Engenharia do Instituto de Ciências e Engenharia (ICE) - Câmpus de Itapeva - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Assessora da Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura (PROEC) da Unesp.

juliana.cortez@unesp.br

Juliane Andrade

Professora Assistente Doutora do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

juliane.andrade@unesp.br

Laura Fonte Boa Ramalho

Estudante de Graduação em Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

lfb.ramalho@unesp.br



Leonardo Seiti Gossukuma

Estudante de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

leonardo.gossukuma@unesp.br

Lívia Rolemberg Pasterchak

Estudante de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

livia.pasterchak@unesp.br

Luciana Montes de Oliveira

Professora Colaboradora do Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

luciana.montes@unesp.br

Manuela dos Santos Poiana

Estudante de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

manuela.poiana@unesp.br

Márcia Lopes Reis

Professora Assistente Doutora do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências (FC) - Câmpus de Bauru - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Assessora da Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura (PROEC) da Unesp.

marcia.reis@unesp.br

Marco Henrique Silva Munhóz

Estudante de Graduação em Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

marco.munhoz@unesp.br

Maria da Conceição da Silva

Presidente da Cooperativa de Agentes Ambientais de Botucatu (COOPERAAB).

mariaadaconceicaoobtu@gmail.com

Maria Eduarda da Costa Mangialardo

Estudante de Graduação em Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

maria.mangialardo@unesp.br

Maria Eduarda de Oliveira Pinheiro

Estudante de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

maria.eo.pinheiro@unesp.br

Maria Eduarda Pires Marchetti

Estudante de Graduação em Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

me.marchetti@unesp.br

Maria Eugênia Porém

Professora Assistente Doutora do Departamento de Audiovisual e Relações Públicas da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) - Câmpus de Bauru - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Assessora da Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura (PROEC) da Unesp.

maria.porem@unesp.br

Maria Helena Borgato

Professora Doutora do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

maria.borgato@unesp.br





Mariele Colletti Coral Batista

Nutricionista e Gerente do Banco de Alimentos de Botucatu-SP.

marielecoral@gmail.com

Mariele Gobo-Oliveira

Professora Assistente Doutora do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Atua na Unidade Curricular "Extensão Universitária na Saúde".

mariele.gobo@unesp.br

Matheus Albano Cavallari

Estudante de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

matheus.cavallari@unesp.br

Matheus Cardoso Moraes Vieira

Estudante de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

matheus.cvieira@unesp.br

Michelle Cristine de Oliveira Minharro

Professora Colaboradora do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

michelle.minharro@unesp.br

Miriam Hashimoto

Professora Doutora do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)

miriam.hashimoto@unesp.br



Nathan de Abreu Gonçalves Caiafa da Silva Soares

Estudante de Graduação em Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

nathan.caiafa@unesp.br

Pedro da Silva Fernandes

Estudante de Graduação em Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

pedro.silva-fernandes@unesp.br

Raquel Silva Santos

Estudante de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

raquel.silva-santos@unesp.br

Raul Borges Guimarães

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) - Câmpus de Presidente Prudente - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Pró-reitor de Extensão Universitária e Cultura (gestão 2021-2024 e gestão 2025-2028). Desenvolve atividades de extensão na área de Geografia da Saúde e gestão acadêmica da extensão universitária.

raul.guimaraes@unesp.br

Renata Maria Zanardo Romanholi

Coordenadora do Núcleo de Apoio Pedagógico Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Doutora em Saúde Pública.

r.romanholi@unesp.br



Rhyanne Vasconcellos Nascimento

Estudante de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

rv.nascimento@unesp.br

Roberta Quinaia Galdi

Estudante de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

roberta.galdi@unesp.br

Rúbia Aguiar Alencar

Professora Associada do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Livre-docente em Enfermagem em Saúde Pública.

rubia.alencar@unesp.br

Sabrina Simões Rodrigues

Estudante de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

sabrina.s.rodrigues@unesp.br

Sumaia Inaty Smaira

Professora Doutora do Departamento de Neurociências e Saúde Mental da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

sumaia.smaira@unesp.br



Suzana Cristina Fernandes de Paiva

Doutora em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp e Professora Assistente Doutora no Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr) - Câmpus de Araraquara - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Coordenadora de projetos de extensão, responsável pela disciplina de curricularização da extensão em Economia, Coordenadora da UNATI e participante do Forproex.

suzana.paiva@unesp.br

Taciana de Albuquerque Pedrosa Fernandes

Professora Assistente Doutora do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp. Atua nas Unidades Curriculares Extensão Universitária na Saúde e Extensão Universitária da Disciplina Método de Raciocínio Científico II.

taciana.fernandes@unesp.br

Ugo Caramori

Especialista em Medicina de Família e Comunidade e Medicina Preventiva e Social Médico-assistente de ensino no Departamento de Saúde Coletiva. Doutor em Ensino em Saúde na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

caramori@unicamp.br

Victor Precípito Fuentes Bertie

Estudante de Graduação em Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

victor.bertie@unesp.br



Wilson de Mello Júnior

Professor associado do Departamento de Biologia Estrutural e Funcional do Instituto de Biociências de Botucatu (IBB) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Presidente da Comissão Permanente de Extensão Universitária do IBB/Unesp (2013-2017). Assessor da Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura da Unesp (2017-2020). Extensionista e pesquisador em Extensão Universitária.

pwilson.mello@unesp.br

Willian Fernando Zambuzzi

Professor Titular do Departamento de Química e Bioquímica do Instituto de Biociências de Botucatu (IBB) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Atuou como vice-diretor do IBB (2021-2025) e como membro titular da Câmara Central de Extensão Universitária e Cultura (CCEC) da Unesp, e, atualmente, é responsável pelo programa “Ciência Cidadã: Juntos pela Descoberta”.

w.zambuzzi@unesp.br

Yasmim Tacila da Silva Cruz

Estudante de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).

yasmim-tacila.cruz@unesp.br

PREFÁCIO

Raul Borges Guimarães

Pró-reitor de Extensão
Universitária e Cultura da UNESP

A obra “Extensão Universitária Viva – Experiências e Horizontes” inscreve-se de modo explícito e consciente na tradição latino-americana de extensão universitária, tal como ela se constituiu no Brasil a partir do engajamento estudantil, da educação popular e das lutas por democratização da universidade. O livro não trata a extensão como apêndice institucional nem como simples “terceira missão”, mas como dimensão constitutiva do próprio projeto de universidade pública, socialmente referenciada e politicamente situada.

Essa perspectiva dialoga diretamente com o percurso histórico que tem início nas décadas de 1950 e 1960, quando o protagonismo do movimento estudantil — especialmente da UNE — articulou cultura, alfabetização e ação política como formas de enfrentamento da universidade elitista e distante da realidade social. A extensão, nesse contexto, não era serviço, mas prática pedagógica e ato político. O livro recupera esse legado ao reafirmar a centralidade do diálogo, da escuta e da construção coletiva do conhecimento, recusando modelos de extensão baseados na transferência unilateral de saberes.

A influência de Paulo Freire atravessa toda a obra. Assim como em “Extensão ou comunicação?”, a extensão é compreendida como processo educativo dialógico, no qual universidade e sociedade aprendem mutuamente a partir da problematização da realidade. Os capítulos teóricos e as experiências relatadas reafirmam a crítica freireana à educação bancária e ao caráter colonizador das práticas extensionistas autoritárias, destacando a produção





compartilhada do conhecimento como fundamento ético e político da ação universitária.

O livro também reconhece as rupturas impostas pelo período autoritário pós-1964, quando a extensão foi esvaziada de seu conteúdo crítico e reduzida a práticas assistencialistas ou tecnocráticas. Ao mesmo tempo, evidencia como esse núcleo crítico sobreviveu e se rearticulou na redemocratização, especialmente a partir da Constituição de 1988 e da consolidação da Política Nacional de Extensão Universitária formulada pelo FORPROEX. Os princípios sistematizados em 2012 — interação dialógica, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto social e formativo — estruturam conceitualmente a obra.

Nesse sentido, o livro dialoga de forma direta com a trajetória da UNESP. A experiência unespiana aparece como expressão concreta da concepção latino-americana de extensão: uma universidade interiorizada, territorialmente comprometida e progressivamente engajada na institucionalização da extensão como dimensão acadêmica plena. Os capítulos que tratam da curricularização da extensão, das diretrizes pedagógicas e das experiências em saúde, por exemplo, revelam como esse legado histórico se atualiza no cotidiano da formação universitária.

A curricularização da extensão, longe de ser apresentada como mera exigência normativa do Plano Nacional de Educação, é interpretada como inflexão paradigmática: desloca a extensão do campo dos projetos isolados para o centro do currículo, tensionando métodos de ensino, práticas de avaliação e formas de produção do conhecimento. O livro, contudo, não ignora os riscos de burocratização e esvaziamento político desse processo, reconhecendo as tensões entre compromisso social e métricas gerenciais que marcam o presente da universidade pública.



Na terceira parte, o livro apresenta vivências extensionistas nas áreas de Enfermagem e Medicina, evidenciando ações voltadas à promoção da saúde, inclusão social, enfrentamento das vulnerabilidades, segurança alimentar e desenvolvimento comunitário sustentável. Os relatos demonstram como a extensão, quando construída com metodologias participativas, gera aprendizagem significativa, ressignifica práticas profissionais e produz impactos concretos nos territórios.

Por fim, a obra projeta horizontes para a extensão universitária, refletindo sobre suas utopias possíveis, contradições e aprendizados. A extensão emerge como espaço de formação ética, política e sensível, capaz de ensinar à universidade o valor do diálogo, da escuta, da justiça social e da construção coletiva do conhecimento, reafirmando seu papel estratégico na transformação da sociedade. É por isso que, ao reunir fundamentos teóricos, diretrizes metodológicas e vivências concretas, Extensão Universitária Viva – Experiências e Horizontes reafirma o núcleo histórico da extensão latino-americana no Brasil: a defesa de uma universidade que se recria a partir do diálogo com a sociedade, reconhece os saberes populares, assume o conflito social como motor do conhecimento e compreende a extensão não como função acessória, mas como modo de ser da própria universidade pública. Trata-se, portanto, de uma obra que não apenas apresenta experiências, mas inscreve-se como ato político-pedagógico na longa disputa pelo sentido da universidade no Brasil. Boa leitura!



Seção

FUNDAMENTOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

1

Wilson de Mello Júnior

**A EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA
NA ATUALIDADE:
RESISTÊNCIAS E REINVENÇÕES**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-717-0.1

"O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o 'pronunciam', isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos."

Paulo Freire

Após um longo processo de discussões e lutas, conquistamos um espaço importantíssimo para a Extensão Universitária: estar na base de formação do estudante de graduação, o que chamamos de curricularização. Essa conquista resultou da ação histórica de estudantes e docentes que viam na Extensão Universitária o cumprimento da missão social da Universidade para além da formação de bons profissionais e da aplicabilidade das pesquisas aqui realizadas. Na América Latina, não é possível falar em conquista estudantil sem mencionar o Movimento de Córdoba em prol de uma universidade aberta e comprometida com a sociedade e, no Brasil, com as articulações da União Nacional dos Estudantes – UNE. Segundo a historiadora Ana Luiza Lima Sousa, *"não existe nenhum exagero ao afirmar-se que a Extensão Universitária no Brasil deve sua origem ao Movimento Estudantil"* (Sousa, 2010, p. 23). Também não se pode deixar de lado a abnegação de docentes e servidores técnico-administrativos em realizar a Extensão Universitária quando essa não resultava em qualquer valorização de suas atividades ou na progressão de carreira. Por fim, sobre essa conquista, é importante destacar, na Unesp, o movimento estudantil de 2013, que, com grande mobilização nas unidades universitárias e junto ao prédio administrativo da Reitoria, culminou com a criação da Coordenadoria de Permanência Estudantil e da Comissão Permanente de Permanência Estudantil, resultando em uma separação clara entre a Permanência Estudantil e a Extensão Universitária, que até então se confundiam, o que permitiu que ambas as áreas obtivessem um maior desenvolvimento desde então.





Assim, conquistamos a Extensão Universitária no ensino de graduação. Contudo, segundo destacado por Sousa (2010), o que antes foi protagonismo dos estudantes acabou se tornando uma “obrigação”, agora passando a ser determinada pelo Estado e pelas Instituições de Ensino Superior. Nesse sentido, permanece o desafio de que os estudantes sejam os principais agentes das transformações constantes pelas quais a Extensão Universitária deve passar, bem como de sua plena implementação na formação estudantil. Na atualidade, continuamos a sentir as forças intrínsecas e extrínsecas que impulsionam a Extensão Universitária (Koekkoek *et al.*, 2021). As forças intrínsecas são marcadas pelo nosso senso de colaboração com outros setores da sociedade, no aqui e agora das questões e dos problemas sociais nos quais estamos imersos; já as extrínsecas decorrem das legislações, dos financiadores da Universidade, dos poderes públicos e da própria sociedade. Constantemente e, mais frequentemente, somos motivados a sair da Torre de Marfim ou da bolha da Ciência em que nos refugiamos dentro dos muros acadêmicos. Contudo, a questão não é que não queremos sair, mas sim saber como romper com a forma tradicional a que estamos acostumados e nos prepararmos adequadamente para que ocorra essa saída.

Os desafios que permeiam a Extensão Universitária são, muitas vezes, oriundos das resistências e contradições da própria Universidade, mas exigem que nos reinventemos para colocar ou manter a Extensão Universitária em um patamar igualitário em relação às demais funções da Universidade. Não obstante as nossas resistências internas, há a resistência por parte de outros setores da sociedade, que se frustram ao não encontrar aqui a solução de todos os problemas que enfrentam; por terem participado de ações mal sucedidas ou, ainda, por encararem com desconfiança a hegemonia que a Universidade exerceu no passado e que, hoje, propõe o encontro de saberes (Santos, 2013).

A seguir, serão abordadas as diretrizes da Extensão Universitária e a síntese de alguns de seus desafios, incluindo brevemente a questão do financiamento.

INTERAÇÃO DIALÓGICA

A interação dialógica, apresentada por Paulo Freire como comunicação (Freire, 1983) e por Boaventura de Sousa Santos como ecologia dos saberes (Santos, 2013), tem seu cerne no diálogo com escuta genuína, na troca de experiências e na produção de conhecimentos que os encontros humanos proporcionam. Não se trata de um diálogo comum, mas qualificado pela escuta e baseado na aprendizagem mútua. A Extensão Universitária vem passando por uma evolução na introdução dessa forma de diálogo, fazendo com que as ações extensionistas sejam mais participativas na construção do conhecimento.

Deixamos de ter somente uma Extensão meramente transmissora, em que os conhecimentos sistematizados e produzidos pela Universidade são oferecidos à sociedade – ou seja, a Extensão para a sociedade – e passamos a coexistir com uma Extensão voltada à produção coletiva de conhecimentos, realizada na interação com a sociedade, de forma construtiva (Mello Júnior, 2024).

O desafio que se enfrenta hoje na Universidade é alcançar o equilíbrio entre essas duas formas de efetivar a Extensão Universitária. Ambas as metodologias – transmissora e construtiva – estarão presentes e cumprem sua função; contudo, precisamos nos reinventar para vivenciar mais experiências construtivas, que ainda são raras.



INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE

As questões sociais que enfrentamos na Extensão Universitária são complexas. Para compreendê-las, somos desafiados a superar a fragmentação cartesiana das práticas e dos saberes acadêmicos. Trabalhar de forma interdisciplinar e multiprofissional não faz parte da formação da maioria dos professores universitários. Não somos, muitas vezes, preparados para o magistério superior, o que inclui a prática da Extensão Universitária; contudo, somos desafiados a trabalhar no coletivo, considerando formas de saber que não dominamos. Frente à complexidade das questões sociais e do desafio da ação participativa e coletiva, temos que nos reinventar e trabalhar em grupos interdisciplinares e interprofissionais articulados, alcançando, por vezes, uma abordagem transdisciplinar.

INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Nota tão batida, a indissociabilidade ainda é motivo de reflexão. Por que ainda temos projetos separados em cada pilar universitário? Temos projetos de pesquisa e projetos de extensão, além dos nossos projetos pedagógicos. A aproximação já foi iniciada, mas permanece o desafio de implementá-la terminantemente (Cunha, 2020). Segundo Boaventura de Sousa Santos:

Numa sociedade cujas quantidade e qualidade de vida assentam em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a

ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino (Santos, 2013, p. 421).

Necessitamos incorporar a extensão às outras funções da Universidade, ao ponto de chegarmos à coprodução na pesquisa e ao ensino constantemente inovador. A coprodução é a interação e a publicação participativa de novos conhecimentos junto com outros setores da sociedade; já o ensino inovador deverá ser imerso na realidade social e contar com o protagonismo dos estudantes. Sem o protagonismo do estudante, não lograremos êxito (Sousa, 2010; Cunha, 2020).

A geração de docentes que ainda ecoam “não sei o que é extensão” permanece inerte à efetiva participação nas ações extensionistas, mas, aos poucos, será influenciada pelos novos, que viveram em sua formação a abordagem interdisciplinar da Extensão Universitária. Aqui, precisamos nos reinventar e produzir a mudança de cultura; buscar algo que, muitas vezes, não está em nossa formação limitada e procurar a completude nas ações extensionistas.

IMPACTO NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE

O desafio do impacto na formação do estudante está na resistência à produção de um currículo flexível e na ruptura da forma tradicional de ensinar. Segundo a pesquisadora Maria Isabel da Cunha, é necessário a fluidez na relação teoria-prática, justamente o que a Extensão Universitária propõe na formação do estudante (Cunha, 2020).

A Extensão Universitária é uma metodologia de enriquecimento de possibilidades educacionais, e não de limitações na forma



de ensino, tampouco como substituta de conteúdos considerados importantes para o estudante de graduação. A Extensão amplia as formas de aprender.

Formar estudantes críticos de nossas próprias ações docentes, da própria formação e da organização da sociedade é um desafio grande e necessário, no qual a Extensão tem sua máxima contribuição.

IMPACTO SOCIAL

Indicadores de impacto social são necessários à valorização da carreira docente, à obtenção de financiamento e para a avaliação da Extensão Universitária. Precisamos de indicadores de qualidade para as ações extensionistas, assim como os que elaboramos para a pesquisa e as avaliações externas do ensino. Para ser valorizada, a Extensão Universitária precisa expressar e documentar sua expertise, ser inovadora e resultar em publicações dos conhecimentos que produz.

O impacto social muitas vezes não pode ser mensurado no período de um projeto e, em alguns casos, os resultados são de longo prazo. Contudo, há métricas quantitativas e qualitativas disponíveis, o desafio é escolher as mais adequadas em cada área de atuação.

FINANCIAMENTO

O financiamento adequado da Extensão Universitária virá da reorganização dos orçamentos da Universidade e, quando atingirmos a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, virá das próprias agências de fomento. Os desafios orçamentários são





grandes, como o financiamento de projetos de grande porte, o transporte e o seguro dos estudantes envolvidos. A própria multiplicidade das ações extensionistas poderá contribuir para seu fomento, por meio do efeito Robin Hood, ou seja, ações extensionistas auxiliando o financiamento de outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Precisamos, frente a tantos desafios, nos reinventar. O caminho sabemos: por meio dos estudantes e de seu protagonismo. Dialogar com outros setores da sociedade requer, primeiramente, um diálogo franco e transversal entre nós mesmos da academia: corpo discente, corpo docente e os técnicos administrativos.

Somos compelidos a quebrar os muros que cercam a Universidade e construir uma nova relação de mão dupla. Esse processo já começou e não tem volta. Devemos ser um sistema aberto que nos modifica a cada interação, que nos modela e nos constrói. E o melhor: não precisamos saber o caminho de antemão, basta querer aprender caminhando e permitir-se reinventar.

REFERÊNCIAS

CUNHA, M. I. **Indissociabilidade de ensino-pesquisa-extensão**. San Bruno: Youtube, 2020. 1 vídeo (34min47s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jusfQIFBrns>. Acesso em: 9 maio 2023.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

KOEKKOEK, A.; VAN HAM, M.; KLEINHANS, R. Unraveling university-community engagement: a literature review. **Journal of Higher Education Outreach and Engagement**, Athens, v. 25, n. 1, p. 3-24, 2021.

MELLO JÚNIOR, W. Construir ou transmitir conhecimentos: uma análise dos relatos de extensão universitária a partir das publicações em periódicos. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-13, 2024.

SANTOS, B. S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. *In*: SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013. cap. 11, p. 429-498.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010. 138 p.



2

*Antonio Cezar Leal
Celia Maria Giacheti
Raul Borges Guimarães*

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UNESP: CAMINHOS PERCORRIDOS E PERSPECTIVAS

INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresenta-se uma síntese do processo de curricularização da extensão universitária nos cursos de graduação da Unesp, a concepção e os procedimentos que foram adotados e que vem sendo implantados na universidade, considerando-se sua característica multicampi, com sedes em 24 cidades, 34 Unidades Universitárias e 136 cursos de graduação com 186 entradas.

No processo coordenado pelas Pró-reitorias de Graduação - PROGRAD e de Extensão Universitária e Cultura - PROEC, resalta-se o alinhamento com as diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária (interação dialógica, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, interdisciplinaridade, interprofissionalidade, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social - FORPROEX, 2012), o cumprimento do marco legal aplicado à extensão universitária nos Cursos de graduação e, especialmente, o profícuo diálogo com a comunidade unespiana para debates, tomadas de decisões coletivas e sua implantação compartilhada nos vários níveis institucionais.

CAMINHOS PERCORRIDOS NO PROCESSO DE CURRICULARIZAÇÃO

A curricularização da extensão universitária nos cursos de graduação da Unesp, concretizada por meio de um longo processo de discussão sobre a extensão universitária na Educação Superior do país, resultou no estabelecimento de Metas e Estratégias, prevenindo-se o mínimo de 10% da carga horária total do curso em atividades de extensão, conforme Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2011 (Lei 10.172/2001) e no PNE 2014-2025 (Leis 13.005/2014 e 14.934/2024).



Neste contexto, em 2014, a então Pró-reitoria de Extensão Universitária (PROEX)¹, gestão 2013-2016, participou de reuniões com instituições de ensino superior federais e estaduais as quais abordaram os desafios da então denominada creditação da extensão universitária nos cursos de graduação. A Câmara Central de Extensão Universitária (CCEU)² aprovou a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para realizar um estudo-diagnóstico da situação na Unesp, o que permitiu identificar que, na maioria dos cursos da Unesp, as atividades de extensão eram creditadas como atividades complementares e que havia seis cursos com disciplinas de extensão. O GT foi transformado em Comissão, e em 2015 e 2016, foram realizadas atividades com a CCEU e a Câmara Central de Graduação-CCG, vice-direções das Unidades e Conselhos de Curso, tratando de experiências externas e internas de creditação e apontando como desafios para a creditação: 1) a resignificação e apropriação do conceito de extensão universitária por docentes, discentes e servidores; 2) a flexibilização dos currículos; 3) a operacionalização e ampliação de ações extensionistas para atender à demanda; 4) o registro nos currículos; e 5) a certificação das ações extensionistas.³

Entre os anos de 2017 e 2020, foram realizadas, dentre outras, atividades pela PROEX e PROGRAD e elaborada minuta de instrução normativa sobre a creditação. A Resolução CNE nº 07/2018 (BRASIL, 2018) definiu o prazo de três anos para as instituições de ensino superior (IES) implantarem a creditação curricular, e diante da pandemia de Covid-19, foi solicitada a prorrogação do prazo.

1 Denominação alterada para Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura (PROEC) na gestão 2021-2024.

2 Denominação alterada para Câmara Central de Extensão Universitária e Cultura (CCEC) na gestão 2021-2024.

3 Fonte: Processo RUNESP 461/2015



Na gestão reitoral de 2021 a 2024 foi estabelecida como prioridade a implantação da curricularização da extensão⁴. Assim, em 2021, foram realizadas as seguintes ações: planejamento integrado da PROEC e PROGRAD e reuniões conjuntas da CCEC e CCG; criação de Comissão para sistematização da proposta de curricularização da extensão na graduação; diálogos com as Unidades e elaboração participativa de minuta de resolução, a qual foi aprovada pela CCEC, CCG e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE) como Resolução Unesp Nº 41/2021.⁵

Nessa resolução a curricularização da extensão universitária foi definida como “o processo de inserção de atividades de extensão universitária na matriz curricular dos cursos de Graduação, na forma de componente curricular, compreendido como o conjunto de atividades formativas que articulem ensino, pesquisa e extensão, de natureza dialógica, interdisciplinar e interprofissional, que possibilitem a geração e o compartilhamento de conhecimentos científicos e tecnológicos e a imersão real do graduando na sociedade”. E foi criado o componente Atividades Curriculares de Extensão Universitária (ACEU) para inserção nos currículos, prevendo-se sua organização e implementação por meio de quatro alternativas⁶, a critério dos Conselhos de Curso e foram elaborados: (1) Guia de Curricularização, (2) Roteiros para elaboração das propostas de reestruturação ou alteração de Projetos Político-pedagógicos (PPP), (3) Plano de Ensino das disciplinas destacando além das atividades e cargas horárias teóricas e práticas, as ACEU, quando presente nas disciplinas e (4) Cronograma para implantação da curricularização nos cursos de graduação.⁷

4 Em substituição à abordagem sobre creditação da extensão nos cursos de graduação.

5 Fonte: Processo RUNESP 335/2021.

6 I - ACEU separadas de outros componentes curriculares; II - ACEU integradas em componentes curriculares; III - ACEU em PAEX; IV - combinação das alternativas anteriores. Res. Unesp 41/2021.

7 Arquivos sobre a curricularização disponíveis em <https://www2.unesp.br/porta1#/proex/acoes-da-extensao/graduacao-na-extensao/>



A partir de 2022, as propostas de reestruturação/alteração dos PPP foram analisadas pela Assistência Técnica/PROGRAD, equipe PROGRAD/PROEC e Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Cursos de Graduação (CAACG), com encaminhamento posterior à CCG e ao CEPE, para apreciação. Iniciou-se a elaboração do novo Sistema da Extensão e Cultura (SISPROEC) e sua integração com o Sistema da Graduação (SISGRAD), via Plano de Atividades de Extensão na Graduação (PAEG), realizou-se a revisão do marco legal de extensão da Unesp para adequá-lo à curricularização e a inclusão da curricularização no Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI/UNESP.

Em 2023, foi iniciada a execução da curricularização da extensão com cadastro de atividades extensionistas no SISPROEC, lançamento de Editais e de Instruções Normativas PROEC/PROGRAD. Em 2024, a rubrica curricularização da extensão na graduação entrou no orçamento da universidade, e sua execução passou a ser feita, em 2025, pela PROGRAD, via Programa de Curricularização.

No processo de implantação da curricularização surgiram dificuldades e foram construídas soluções: planejamento e execução dos procedimentos e cronogramas de cadastro e aprovação de atividades de extensão no Sisproec, cadastro de PAEG integrado com as ACEU previstas nos PPP; pagamento de seguro de vida para estudantes nas atividades externas; concessão de recursos para bolsas e auxílios aos estudantes e custeio para a realização das ACEU; criação e funcionamento de GT para integração do SISPROEC e SISGRAD, dentre outras.

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): CONVERGÊNCIA PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

No processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação da Unesp, um dos fundamentos foi sua convergência com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (Organização das Nações Unidas, 2015), tendo em vista a finalidade social comum que compartilham: a promoção do desenvolvimento humano, social, ambiental e sustentável por meio da educação e da ação transformadora.

O pensamento de Paulo Freire é uma das bases conceituais dessa integração. Freire (1996) defende uma educação problematizadora e dialógica.

Dessa forma, a extensão universitária, quando inspirada por uma perspectiva crítica, alinha-se diretamente à proposta dos ODS, pois lida com questões sociais, ambientais, econômicas e culturais neles previstas, e a curricularização da extensão na graduação coloca o estudante em contato com realidades locais e regionais que refletem desafios globais, para a busca de soluções integradas e sustentáveis a partir da cooperação entre diversos atores sociais. Desenvolve consciência crítica, engajamento social e visão planetária, princípios centrais da Agenda 2030.

Como ressalta Gauthier *et al.* (2020), a experiência extensionista na graduação contribui para consolidar uma universidade que não apenas “produz saber”, mas também atua como agente de transformação social e como promotora de cidadania, inovação e justiça



social. Ao adotar os ODS como referência para suas ações extensionistas, a universidade fortalece sua função social e educativa, amplia seu impacto social e contribui para a construção de um futuro mais justo, equitativo e solidário.

PERSPECTIVAS DO PROCESSO DE CURRICULARIZAÇÃO

A curricularização da extensão nos cursos de graduação da Unesp, além de proporcionar formação de recursos humanos diferenciados, também formará uma geração com novos conhecimentos e capazes de ser agentes transformadores de realidades. A extensão estimula o protagonismo estudantil, o engajamento docente e fortalece parcerias com comunidades, poder público e setor produtivo.

A relevância social da universidade será medida também por seu impacto direto na sociedade. Assim, a extensão na graduação terá papel central na avaliação institucional, nos *rankings* acadêmicos e nos processos de formação acadêmica.

A expectativa é de que o futuro do ensino superior seja profundamente transformado pela valorização da extensão universitária nos cursos de graduação, pois ela fortalece a missão social da universidade, rompe barreiras entre o saber acadêmico e a sociedade e responde, de forma dinâmica, aos desafios impostos pela realidade. Assim, a curricularização da extensão se configura como eixo estruturante de uma educação superior inovadora, democrática e transformadora.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária ganhou destaque como um dos pilares fundamentais do ensino superior ao se tornar componente curricular obrigatória dos cursos de graduação. Com foco na transformação da sociedade - marcada por avanços tecnológicos, mudanças culturais, desafios socioeconômicos e crises ambientais -, a extensão surge como canal estratégico para que as IES atuem de maneira mais integrada, democrática e socialmente comprometida.

A interação Universidade-Sociedade tende a gerar currículos mais sensíveis às demandas sociais, e, por consequência, preparar profissionais tecnicamente competentes, eticamente engajados nas causas públicas, sensíveis às necessidades sociais, críticos e capazes de atuar com responsabilidade nos seus campos de atuação. Quando discentes, docentes e técnicos administrativos atuam diretamente em contextos sociais diversos, a universidade amplia sua capacidade de produzir conhecimentos significativos, aplicáveis e transformadores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. 36 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



GAUTHIER, J.; SILVA, M. C.; LIMA, A. R. A curricularização da extensão e os ODS: um caminho possível para a formação cidadã. **Revista de Extensão e Cidadania**, Caldeias, v. 6, n. 2, p. 45-58, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 17 maio 2025.



3

Rúbia Aguiar Alencar
Renata Maria Zanardo Romanholi

A CURRICULARIZAÇÃO NO CURSO DE ENFERMAGEM DA UNESP: DO MOVIMENTO AO DESAFIO INSTITUCIONAL



O Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (CGE-FMB) iniciou suas atividades acadêmicas em 1989, vinculado diretamente à Diretoria da FMB, com a oferta de 20 vagas anuais. Sua primeira turma de egressos formou-se em 1992. Em 1999, foi criado o Departamento de Enfermagem da FMB, que assumiu a responsabilidade pelas disciplinas profissionais do curso. A partir de então, o número de vagas foi ampliado para 30 anuais, quantitativo mantido até o presente momento, totalizando 840 egressos até o ano de 2024.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) (BRASIL, 2018) passou por modificações e reestruturações ao longo dos anos, sendo a mais recente concluída em dezembro de 2022.

Com a nova proposta curricular, o CGE optou por desenvolver um currículo integrado, orientado por quatro áreas de competência profissional:

- **Cuidado Individual em Saúde:** realiza o cuidado individual nas diferentes fases do ciclo da vida, fundamentado na visão integral do humano, na concepção ampla do processo saúde doença e de sociedade, e sustentado por evidências técnico-científicas.
- **Cuidado Coletivo em Saúde:** realiza o cuidado coletivo, fundamentado nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), utilizando as melhores evidências científicas.
- **Gestão e Gerenciamento:** realiza a gestão e gerenciamento do cuidado e do processo de trabalho em saúde e Enfermagem, visando à qualidade e eficiência dos serviços prestados.
- **Educação e Pesquisa:** promove o processo de ensino-aprendizagem articulado à pesquisa e à extensão, de forma interdisciplinar, interprofissional, emancipatória e transformadora.



Cada área de competência profissional é composta por uma série de Unidades Curriculares que são unidades didáticas, constituídas pela integração de diferentes disciplinas, seguindo graus de complexidade crescentes de seus propósitos educacionais, conforme a Matriz Curricular por Áreas de Competência Profissional.

As Unidades Curriculares contemplam quantidades variadas de horas-aula de atividades teóricas, atividades autodirigidas, práticas, estágio eletivo, estágio curricular supervisionado e as atividades de extensão.

Para cada Unidade Curricular foram elaborados os **desempenhos esperados** que representam a articulação das **capacidades cognitivas, psicomotoras e atitudinais** que devem ser mobilizadas para o enfrentamento de uma situação da prática profissional, de maneira contextualizada e segundo critérios de excelência.

Para a inserção da Curricularização da Extensão no novo PPC, o CGE tomou como referência a Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta a Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação) (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2018). Além disso, foram adotados como documentos norteadores a Resolução Unesp nº 75/2020 (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2020), que dispõe sobre o Regimento Geral da Extensão Universitária e Cultura na Unesp, e a Resolução Unesp nº 41/2021 (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2021), que trata da Curricularização da Extensão Universitária nos cursos de graduação da instituição.

A atuação extensionista do CGE sempre pautou-se pela transformação social, com projetos que atendem às demandas da população e geram experiências significativas para estudantes e comunidade. Antes da obrigatoriedade da curricularização, o CGE já integrava ações extensionistas em suas disciplinas, demonstrando um forte compromisso com a formação crítica e socialmente



engajada. Essa trajetória consolidada fortalece o papel da universidade na promoção da mudança social. Alinhado à legislação, o CGE institucionalizou a Curricularização da Extensão, ampliando o vínculo entre ensino e as necessidades sociais.

Na UNESP, a Curricularização da Extensão foi chamada de Atividades Curriculares de Extensão Universitária (ACEU), sendo desenvolvida coletivamente durante a Reestruturação Curricular do CGE-FMB. O objetivo era proporcionar ao estudante de Enfermagem a geração e o compartilhamento de conhecimentos, além da imersão na sociedade, aprimorando o perfil do egresso. A implementação da ACEU surgiu como um desdobramento natural da experiência extensionista consolidada no curso, fortalecendo parcerias com serviços e comunidade.

No âmbito do CGE-FMB, a ACEU foi implementada por meio da vinculação a um Programa de Extensão, dois Projetos Articulados de Extensão Universitária (PAEX) e à Prestação de Serviços, conforme Quadro 1. Essas atividades totalizam 465 horas, correspondendo a 10% da carga horária total do curso, que é de 4.650 horas.

Quadro 1 - Distribuição das Atividades Curriculares de Extensão Universitária (ACEU) na Estrutura Curricular do CGE

Ano	Semestre	Área de Competência	Disciplina Unidade Curricular	Modalidade ACEU	Carga Horária
1º ano	1º	Cuidado Coletivo em Saúde	Necessidades de Saúde do Coletivo a partir do Território e em Perspectiva Global	PAEX "Educação Interprofissional, Saúde e Sociedade"	60h
	2º	Cuidado Coletivo em Saúde	Raciocínio Epidemiológico na Perspectiva da Integralidade do Cuidado	PAEX "Educação Interprofissional, Saúde e Sociedade"	45h
		Educação e Pesquisa	Extensão Universitária na Enfermagem e em Saúde	Programa "Agenda 2030: Ações da FMB-UNESP para desenvolvimento sustentável, saúde e educação"	30h



Ano	Semestre	Área de Competência	Disciplina Unidade Curricular	Modalidade ACEU	Carga Horária
2º ano	1º	Cuidado Coletivo em Saúde	Saúde e Sociedade	PAEX "Educação Interprofissional, Saúde e Sociedade"	60h
	2º	Cuidado Coletivo em Saúde	Interprofissionalidade e território	PAEX "Educação Interprofissional, Saúde e Sociedade"	45h
3º ano	1º	Cuidado Coletivo em Saúde	Vigilância em Saúde	PAEX "Educação em Saúde: articulando saberes para transformação social"	15h
		Cuidado Individual em Saúde	Raciocínio Clínico Frente aos Agravos de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente	PAEX "Educação em Saúde: articulando saberes para transformação social"	15h
	2º	Cuidado Coletivo em Saúde	Assistência de Enfermagem às condições crônicas transmissíveis e não transmissíveis na Atenção Primária	PAEX "Educação em Saúde: articulando saberes para transformação social"	15h
		Cuidado Individual em Saúde	Raciocínio Clínico na Perspectiva do Cuidado Integral Frente aos Agravos de Saúde Mental	PAEX "Educação em Saúde: articulando saberes para transformação social"	15h
		Cuidado Individual em Saúde	Raciocínio Clínico na Perspectiva do Cuidado Integral no Perioperatório	PAEX "Educação em Saúde: articulando saberes para transformação social"	15h
4º ano	1º e 2º	Cuidado Individual em Saúde; Cuidado Coletivo em Saúde; Educação e Pesquisa; Gestão e Gerenciamento	Estágio Curricular Supervisionado	Prestação de Serviços "Atenção integral à saúde"	150h
Total					465h



O **Programa de Extensão “Agenda 2030”** reúne ações voltadas à saúde, educação e sustentabilidade em Botucatu. Inclui a Unidade Curricular “Extensão Universitária para Saúde”, ofertada no 2º semestre do 1º ano aos cursos de Enfermagem e Medicina, com abordagem interdisciplinar sobre a Curricularização da Extensão.

O **PAEX “Educação Interprofissional, Saúde e Sociedade”** é desenvolvido de forma interdisciplinar pelos cursos de Enfermagem, Medicina e Medicina Veterinária, integrando quatro Unidades Curriculares. Conta com a parceria das Unidades Básicas de Saúde e instituições locais, visando ações de promoção, educação e prevenção em saúde. As atividades são desenvolvidas nos territórios, fundamentadas na investigação-ação e na pedagogia de Paulo Freire, com o objetivo de fomentar a formação interprofissional e promover a transformação social. O projeto tem duração de dois anos e envolve estudantes do 1º e 2º anos.

O **PAEX “Educação em Saúde: articulando saberes para transformação social”** ocorre de forma interdisciplinar por docentes de Enfermagem e Psicologia, integrando cinco Unidades Curriculares do 3º ano do CGE. As ações acontecem nas escolas públicas, unidades de Atenção Primária e hospitais, com foco em educação e prevenção em saúde. O projeto visa à identificação e discussão crítica de problemas sociais em conjunto com a comunidade escolar e os serviços de saúde, promovendo a transformação da realidade local e tem duração de um ano.

As ações de extensão na modalidade de **Prestação de Serviço “Atenção Integral à Saúde”** ocorrerão no Estágio Curricular Supervisionado (ECS), no último ano do CGE-FMB, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) da Enfermagem. As atividades envolveram atendimentos individuais e coletivos, com foco na resolução de problemas, planejamento de intervenções e diálogo com pacientes, famílias e comunidades.

As avaliações das ACEU são processuais, estimulando a reflexão contínua dos estudantes sobre suas experiências de



aprendizagem. A interação entre estudantes, pacientes, famílias e comunidades promove a ressignificação de saberes e fortalece a formação humanista dos futuros enfermeiros.

A nova proposta curricular visa uma formação mais humana, crítica e ética, voltada para a realidade social, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico, social, cultural, econômico e sustentável da sociedade. O CGE reafirma seu compromisso com uma formação de excelência, integrada entre ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo o vínculo universidade-sociedade e respondendo aos desafios sociais e de saúde.

Ao valorizar a escuta das comunidades e a articulação inter-profissional, o CGE forma profissionais críticos, éticos e socialmente comprometidos, capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e sustentável.

AGRADECIMENTOS

Aos integrantes do Grupo Gestor, responsáveis pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem, os membros do Grupo de Implantação do novo currículo, as equipes do Núcleo de Apoio Pedagógico e Seção Técnica de Graduação pelo comprometimento e colaboração ao longo de todo o processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta a Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 49, 19 dez. 2018.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Resolução UNESP nº 75, de 18 de novembro de 2020.** Dispõe sobre o Regimento Geral da Extensão Universitária e Cultura na Unesp. São Paulo: Unesp, 2020. Disponível em: <https://www.rosana.unesp.br/Home/administracao/secaotecnicaapoioacademico/resolucao-75-2020---extensao-universitaria.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Resolução nº 41, de 31 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Curricularização da Extensão Universitária nos Cursos de Graduação da Unesp. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, p. 1-45, 1 set. 2021. Disponível em: <https://www.rosana.unesp.br/Home/administracao/secaotecnicaapoioacademico/resolucoes-41-2021---curricularizacao-da-extensao-universitaria.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu.** São Paulo: Unesp, 2023. Disponível em: <https://www.fmb.unesp.br/Home/ensino/Graduacao/ppc-enfermagem---site-fmb-27-fev-25.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

4

*Aristides Augusto Palhares
Sumaia Inaty Smaira
Jacqueline Costa Teixeira Caramori*

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE MEDICINA DA UNESP:

**ENTRE MOVIMENTO, PRÁTICAS
E DESAFIO INSTITUCIONAL**



A extensão Universitária, além de um dos pilares da Universidade Brasileira segundo nossa constituição, é uma oportunidade ímpar para o ensino superior que deseja formar cidadãos. Na área de saúde em particular, o uso de ações de extensão para discutir a realidade brasileira vem trazendo oportunidades únicas. No âmbito da Faculdade de Medicina da Unesp, em Botucatu, a legislação federal de 2018 foi gradativamente recebida para ser implementada, seguindo as determinações da Pró Reitoria de Extensão (PROEX), que após um período de “autoformação” constituiu diversas proposições de como se daria o reconhecimento desta concepção para os cursos, no período das duas gestões da universidade diversas instruções normativas foram apresentados, mas foi somente em 2021 que se propôs a forma de incluir a extensão nos currículos de saúde desta unidade. A Resolução Unesp no. 41, foi determinante e colocou o prazo até dezembro de 2022 para a alteração ou reestruturação curricular de todos os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) da Unesp, estava lançado um dos maiores desafios da atualidade.

Atentos a este processo, Direção e Conselho de Curso de Medicina da FMB passam a discutir o processo de “curricularização da extensão” internamente, buscando meios para garantir o cumprimento da Resolução. Importante frisar que os indicados para atender essa proposta entendiam que a inclusão de ações de extensão na grade curricular como um importante mecanismo de formação profissional; entretanto algumas particularidades pesavam nessa discussão: a) a medicina reestruturou seu currículo em 2019, estando no meio da implantação de seu PPC; b) os inúmeros desafios trazidos pela pandemia da COVID-19 faziam parte do dia-dia deste curso que nesta época retomava suas atividades presenciais após seis meses de distanciamento social; c) a magnitude da tarefa de reconhecer potenciais 10% da carga horária total deste curso de 9 mil horas, para serem as 900 horas de atividades de extensão. Cientes de que já existiam muitas ações de extensão em nosso currículo, o Grupo de



Trabalho criado pela Direção da Faculdade de Medicina de Botucatu se dividiu em três tarefas (T):

- **T1:** mapear as ações de extensão com ênfase nas interações saúde e sociedade.
- **T2:** mapear as ações de extensão com ênfase em saúde nas escolas.
- **T3:** mapear novas ações de extensão com ênfase em projetos de extensão.

Estes grupos constituídos de professores, gestores e apoio técnico, projetaram-se em um trabalho relativamente rápido e eficiente, construindo uma proposta de alteração do PPC da medicina, mapeando e encontrando diversas possibilidades de implantação de ações extensionistas no currículo médico. Muitas já faziam parte do PPC que vinha sendo implantado desde 2019.

O mapeamento produzido, circulou por várias áreas do saber, uma busca menos disciplinar e mais contextualizada. Se construiu com articulação, profissionalismo, protagonismo para o estudante e até no embate do que queremos para a universidade do século XXI. Surgiram do contexto existente, em iniciativas que projetam a discussão da Responsabilidade Social. Nenhuma das proposições apresentadas aumentou a carga horária do curso ou ocupou o tempo livre do estudante.

O currículo continuou organizado em eixos formativos, constituído de um componente nuclear e componentes complementares. Os eixos articulam as três áreas de formação propostas pelas DCNs: Atenção à Saúde, Gestão em Saúde e Educação em Saúde. Os eixos formativos do curso de medicina, que foram detalhados na estrutura curricular, estão resumidos na Figura 1.

No Eixo Extensão em Saúde, trazia-se uma organização para mostrar a inclusão da extensão no currículo, na forma de disciplinas



obrigatórias ou optativas (2º ao 6º semestre) ou de parte de unidades curriculares dos demais eixos (integralidade do cuidado, biológico e o método e raciocínio científico). Também, foram incluídas as Atividades Complementares Extensionistas, entendidas como ações episódicas, de caráter educativo, cultural, científico ou tecnológico, a exemplo de cursos, eventos, prestação de serviços, produções e publicações, que podem ser incorporadas gradualmente no decorrer da formação.

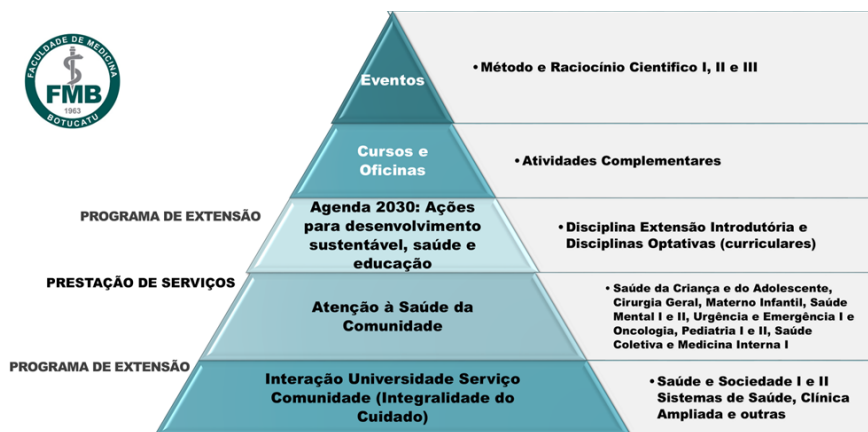
Figura 1 - Organização curricular do curso de Medicina da FMB estruturada em seis eixos formativos: Bases Biológicas, Fisiológicas e Clínicas das Doenças Prevalentes; Integralidade do Cuidado; Habilidades Médicas; Método e Raciocínio Científico; Optativas; e Extensão em Saúde



Organização transversal da inclusão da extensão no currículo da Medicina Unesp

A matriz curricular integra saberes biomédicos, habilidades clínicas, práticas extensionistas e abordagens interprofissionais, articulando o conhecimento científico com a realidade social e os princípios do Sistema Único de Saúde. A Figura 2 apresenta a síntese das Atividades Curriculares de Extensão (ACEUS) em que se distribuem as 938 horas de ações de extensão *curricularizadas* no novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Medicina da FMB.

Figura 2 - A pirâmide que descreve o que foi contemplado para curricularização de 930 horas do curso com maior carga horária da Unesp



Curricularização da Extensão - 938 horas no curso de Medicina da Unesp

Embora possamos afirmar que a missão foi cumprida e que um projeto de curricularização da extensão foi construído a muitas mãos — envolvendo docentes, gestores, técnicos e estudantes em um processo colaborativo e comprometido —, ainda persistem desafios significativos. O processo de registro das atividades extensionistas permanece repetitivo e burocrático, exigindo a inclusão individualizada de cada ação de extensão “curricularizada” em programas, projetos, cursos ou eventos, como ocorre também nas demais ações extensionistas. Esse quadro é agravado pelas limitações na integração entre os sistemas institucionais que gerenciam o processo (SISGRAD e SISPROEC), ocasionando inconsistências e, por vezes, a não contabilização adequada da carga horária extensionista no cômputo das atividades docentes. Tais dificuldades reiteram a necessidade de uma avaliação e revisão contínuas deste processo, a fim de assegurar que a implementação da curricularização da extensão, fruto de um trabalho coletivo e estratégico para a formação cidadã, não seja fragilizada por entraves operacionais.



A curricularização da extensão na Faculdade de Medicina da Unesp reafirma-se como uma construção realizada coletivamente por diferentes sujeitos institucionais e marcada no compromisso com a formação integral dos estudantes e com a função social da Unesp. Longe de se encerrar com a aprovação de um novo PPC, este é um processo dinâmico, que exige constante avaliação, diálogo e inovação pedagógica. Reconhecer e enfrentar os desafios operacionais que ainda persistem faz parte desse movimento contínuo, que busca não apenas cumprir uma exigência normativa, mas consolidar uma prática extensionista potente, articulada ao território e comprometida com uma sociedade mais justa.

AGRADECIMENTOS

Em nome de todos os envolvidos nesta proposta, nas três tarefas essenciais que nortearam o trabalho; respectivamente liderados pelas professoras Eliana Cyrino e Cristiane Murta; Cátia Fonseca e Marli Cassamassimo; Jacqueline Caramori e Aristides Palhares, mostraram expertise e contribuição fundamental em cada etapa do processo. Ao Núcleo de Apoio Pedagógico, em nome de Renata Romanholi e Marcelo Ballestrim pelo suporte contínuo e compromisso com a excelência educacional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. F.; FRANCO, M. C. Extensão universitária: práxis e compromisso social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 9, n. 2, p. 12-24, 2018.



BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed. 243, seção 1, p. 49, 19 dez. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 15 março 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Resolução nº 41, de 31 de agosto de 2021**. Dispõe sobre a Curricularização da Extensão Universitária nos Cursos de Graduação da Unesp. São Paulo: Portal da Legislação UNESP, 2021. Disponível em: <https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/?base=R&numero=41&ano=2021&dataDocumento=31/08/2021>. Acesso em: 15 março 2025.

5

André Santachiara Fossaluzza

INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSECCIONALIDADE:

**EPISTEMOLOGIAS PARA
A AÇÃO EXTENSIONISTA**



Nos arredores da Universidade de Stanford, conheci outra universidade, não tão grande, que dá cursos de obediência. Os alunos, cães de todas as raças, cores e tamanhos, aprendem a não ser cães. Quando latem, a professora os castiga com um beliscão no focinho ou com um doloroso tirão na coleira de agulhões de aço. Quando calam, a professora lhes recompensa o silêncio com guloseimas. Assim, se ensina o esquecimento de latir.

A educação, de Eduardo Galeano, no livro "De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso", 2018.

Este curto texto surge de reflexões sobre a prática docente, após revisitar autores e autoras que têm sido referências ao longo desta jornada e, mais recentemente, de um diálogo imaginário com José "Pepe" Mujica, a quem não tive o prazer de conhecer pessoalmente.

Nessas conversas mentais, perguntava a Pepe como trazer o rigor necessário à ação extensionista universitária neste capítulo, sem perder de vista a maravilhosidade e a complexidade da vida, as quais não cabem nos compartimentos disciplinares e na hiperespecialização do ensino superior.

Frente a tal desafio, em meio à intensa rotina de um professor universitário em início de carreira, busquei analisar a minha própria prática social em ações extensionistas nas quais me envolvi desde 2007: iniciando-se no projeto "Moradia Agroecológica", na Moradia Estudantil da UNESP, até o mais recente trabalho junto à Comunidade Mahatma Gandhi, em Botucatu, interior de São Paulo. Nesses momentos, me perguntei como a interdisciplinaridade e a interseccionalidade tem me auxiliado a compreender a realidade,



a planejar e a desenvolver ações que trouxessem contribuições reais às comunidades, ao mesmo tempo em que promovem a formação crítica dos(as) estudantes universitários(as). Este processo se iniciou com a releitura de um artigo elaborado em 1998 pela professora Marília Freitas de Campos Tozoni Reis (naquela época, com o sobrenome Pires), minha orientadora na graduação e na pós-graduação, o qual recomendo a leitura.

O primeiro elemento para esta análise consiste na compreensão de que a realidade é muito mais complexa do que a ciência cartesiana positivista tem defendido: não é possível dizer que a sua divisão em partes cada vez menores, dissecando-a para a tornar objeto de análise das diferentes áreas do conhecimento e disciplinas, isoladamente, permite a compreensão da sua totalidade. Nesse sentido, partimos do entendimento de que o conceito de transdisciplinaridade poderia permitir uma compreensão mais fiel da realidade, superando a compartimentalização da realidade em disciplinas. Em outras palavras, a ideia de justaposição das disciplinas, na qual cada uma delas analisa temas comuns sob a sua própria ótica, sem integração teórico-metodológica, característica da multidisciplinaridade, não seria suficiente para entendermos profundamente a realidade (Pires, 1998).

Por outro lado, o horizonte transdisciplinar pode nos levar a um caráter de a-historicidade, ao se perder de vista a essencialidade da materialidade histórica na constituição das sociedades humanas (Pires, 1998), o que nos levaria a um processo de análises superficiais e que desconsiderariam os avanços científicos nas diferentes áreas do conhecimento. Além disso, dada a nossa própria formação ao longo da vida nas sociedades atuais, a transdisciplinaridade se manifesta mais como um horizonte teórico do que uma possibilidade palpável.

É a partir desse diagnóstico que se desenvolve o conceito de interdisciplinaridade, o qual visa superar a especialização exacerbada e a desarticulação entre teoria e prática presentes nas



perspectivas disciplinar e multidisciplinar. Entendemos, aqui, que esta perspectiva permite um diálogo aprofundado entre as diferentes áreas do conhecimento (as quais continuam sendo relevantes), mediadas por temas transversais e/ou núcleos temáticos. Nesse sentido, tal integração vai:

(...) muito além da troca de informação sobre objetivos, conteúdos, procedimentos e compatibilização de bibliografia entre os professores, pois é uma tentativa de maior integração dos caminhos epistemológicos, da metodologia e da organização do ensino nas escolas" (Pires, 1998, p. 178).

Ao compreendermos a interdisciplinaridade como epistemologia para a extensão universitária, deparamo-nos com um novo desafio: *Como propor ações que, de fato, integrem os diferentes sujeitos e áreas de conhecimento em meio à compartimentalização que historicamente marca a academia? Como dialogar com professores(as), técnicos(as) e estudantes que atuam em áreas (aparentemente) diferentes?*

Para responder a tal desafio, busquei inspiração em Paulo Freire, o qual defende a essencialidade do diálogo, o "encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o "pronunciam", isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos (Freire, 2017, p. 51). Diria, a partir daqui, que a interdisciplinaridade somente pode ser base para as ações extensionistas se estiver fundamentada no diálogo, ação que requer um elemento bastante precioso: tempo. Isso implica, necessariamente, que o diálogo entre pessoas que se propõem a desenvolver ações extensionistas esteja presente desde a sua concepção e permaneça em todas as suas etapas.

Neste ponto, voltei ao papo com Pepe, lembrando quando ele nos disse que vivemos em uma sociedade que cria uma montanha de consumos supérfluos, na qual esquecemos que, ao comprar



algo, estamos gastando o nosso tempo de vida - a única coisa que não se pode comprar. Ao afirmar que é lamentável desperdiçar a vida para perder a liberdade, não consigo deixar de pensar no ambiente universitário e no desenvolvimento de ações extensionistas: *Será que utilizamos a nossa liberdade, a autonomia acadêmica, em plenitude? Será que não nos perdemos com questões secundárias que não abordam as reais necessidades das comunidades com as quais trabalhamos? Será que dedicamos tempo suficiente para um processo sincero de diálogo com colegas e com as comunidades? Como encontrar tempo suficiente para tais processos diante da realidade de trabalho na universidade?*

Com tais reflexões em mente, diria que podemos seguir adiante com a nossa ideia de extensão universitária interdisciplinar e dialógica. Cabe, agora, compreender a realidade em meio a uma sociedade extremamente desigual, característica do modo de produção capitalista. Para além da desigualdade de classe social estruturante desse sistema, os trabalhos em ambientes não acadêmicos me levaram ao conceito de interseccionalidade:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins, 2021, p. 15-16).

A interseccionalidade traz uma grande contribuição à extensão universitária ao nos auxiliar a compreender quais são as demandas e necessidades comunitárias de forma crítica e complexa e, conseqüentemente, a propor ações extensionistas que, de fato, contribuam para a melhoria das condições de vida da população,



visando à transformação da realidade. Em outras palavras, se não nos atentamos às diversas desigualdades que historicamente tem caracterizado a nossa sociedade ao fazermos a análise do contexto, corremos o risco de realizarmos ações extensionistas que atendam somente aos interesses da própria universidade ou que possuam um impacto limitado superficial na realidade.

Tendo como base uma perspectiva dialógica, interdisciplinar e interseccional da extensão universitária, entramos em outro momento essencial para que a troca de saberes sistematizados pela academia e pelas comunidades seja uma via de mão-dupla (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2012): (re)conhecer o território e as diversas interações sociais, culturais, políticas, econômicas, artísticas e ambientais que historicamente se desenvolvem neste lugar. Aqui, podemos recorrer a diversas metodologias participativas das Ciências Humanas, como a Pesquisa-Ação, Diagnóstico Socioambiental, Inventário da Realidade, Cartografia Social, Diagnóstico Rural Participativo, entre outras, as quais são frutos de coletivos e movimentos sociais. Todas elas têm em comum o diálogo, o processo ativo de escuta, a observação participante e à abertura a proposição de ações que, não necessariamente, são aquelas que inicialmente considerávamos.

Em outras palavras, esta perspectiva indica que é somente a partir da realidade concreta, das demandas e necessidades sociais, por meio do diálogo das comunidades com a academia, que podemos propor ações extensionistas que articulem diversas áreas do conhecimento; necessariamente, compreendemos que essas ações possuem caráter educativo, ou seja, relacionam-se ao ato de socialização dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, o qual é construído pelo mundo, mas também o constrói (Pinheiro, 2023).

Cabe aqui, ressaltar que, como ação intencional na/com a realidade, o ato de educar está fundamentado numa determinada



perspectiva ética e de visão de mundo. Como ensinado por Bárbara Carine Soares Pinheiro, devemos sempre nos perguntar *"Para qual sonho você educa?"* (Pinheiro, 2023, p. 149) para que não caiamos numa prática contraditória às nossas próprias perspectivas.

Nesse sentido, ao defender uma perspectiva ética crítica à prática educativa, Freire (1996) apresenta uma ética universal do ser humano:

A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles (Freire, 1996, p. 15-16).

Em síntese, entendemos a interdisciplinaridade e a interseccionalidade como possíveis bases epistemológicas para ações extensionistas desde que em diálogo com uma perspectiva ética crítica, dialógica, participativa, em contraponto a perspectivas autoritárias, impositivas, discriminatórias e reducionistas que acreditam que a extensão universitária "levará o conhecimento" ou resolverá, por si só, todas as problemáticas desta sociedade tão desigual.

Ao chegar ao fim desta tentativa de reflexão sobre a nossa práxis extensionista, retomo a conversa com Pepe, enfatizando que, antes de tudo, precisamos lembrar que estamos falando de gente: a extensão universitária só faz sentido se não nos esquecermos, continuamente, que *"do outro lado"* há pessoas - seres humanos, tão iguais, mas tão diferentes, como nós. Gente. Gente que pensa, que sente, que sofre, que se alegra, que tem as suas necessidades, as suas vontades, os seus desejos, as suas contradições.

Entre uns goles de mate (para ele) e umas bicadas de café (para mim), terminamos este conversatório, deixando como reflexão mais uma pergunta: *A quem a extensão universitária atende?*



Entre possíveis caminhos, permitamos que as respostas venham da interação com as comunidades, por meio de um processo dialógico, interdisciplinar e interseccional.

Tal processo somente se torna verdadeiro quando garantimos um contínuo processo de participação social e que supera o “controle ideológico do mundo acadêmico sobre o mundo concreto da vida real das populações” (Tozoni-Reis, 2007, p. 138): o conhecimento sobre a própria realidade, a participação na produção do conhecimento sobre ela, a produção da sua própria história e a sua transformação (Tozoni-Reis, 2007) são elementos que devem ser garantidos nesta perspectiva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, especialmente, à Marília Freitas de Campos Tozoni Reis, minha orientadora durante mais de uma década. Estendo a minha gratidão às pessoas do(a) Comunidade Mahatma Gandhi e da Moradia Estudantil da UNESP de Botucatu/SP, do Jardim FEPASA, da Cooperativa Vida Nova e das hortas comunitárias de Jundiaí/SP, entre outros tantos lugares e pessoas que me ensinaram sobre a vida.

REFERÊNCIAS

COLLINS, P. H. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Florianópolis: UFSC, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PIRES, M. F. C. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no ensino. **Interface**, Botucatu, v. 2, n. 2, p. 173-182, 1998.

TOZONI-REIS, M. F. C. (org.). **A pesquisa-ação-participativa em educação ambiental**: reflexões teóricas. São Paulo: Annablume, 2007.



6

Juliana Cortez-Barbosa

Maria Eugênia Porém

Raul Borges Guimarães

EXTENSÃO, JUSTIÇA SOCIAL E SABERES LOCAIS:

**A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO
DE DIÁLOGO E CRÍTICA**



A extensão universitária, quando assumida como prática crítica, transcende a transferência de conhecimentos e se consolida como um espaço de diálogo, troca de saberes e construção coletiva.

Na Universidade Estadual Paulista (Unesp), essa perspectiva tem orientado projetos de extensão que articulam justiça social, valorização dos saberes locais e uma relação horizontal entre universidade e comunidade. Perspectiva essa que rompe com modelos assistencialistas do passado e promove ações socioeconômicas com alto potencial emancipatório. Inspirada em autores como Paulo Freire (1971 e 2014) e Milton Santos (2002), entre outros estudiosos, a extensão universitária da Unesp pressupõe o reconhecimento dos saberes populares como válidos e complementares ao conhecimento acadêmico. Implica, ainda, um compromisso concreto com a mitigação das desigualdades estruturais, visando um desenvolvimento mais justo e equitativo, ao mesmo tempo em que fomenta práticas de resistências das comunidades que usam e se apropriam dos territórios onde vivem.

Da obra de Paulo Freire (2014), destaca-se o constructo do complexo processo pedagógico de problematização das “situações-limite” enfrentadas pelas comunidades na reprodução da vida social. É a partir dessa problematização que se torna possível a percepção crítica dos sujeitos envolvidos na formulação de projetos coletivos de transformação da realidade – o que Freire (2014) denominou de “o inédito viável”. Por sua vez, da obra de Milton Santos (2002), uma referência fundamental, é o conceito de território, compreendido não apenas como lugar físico, mas como espaço produzido e apropriado pelos agentes a partir do seu uso, interações e relações que nele são estabelecidas. Trata-se, portanto, de um espaço construído social e politicamente, atravessado por lutas, valores, conflitos, relações de poder e sentidos e significados.

Muitos projetos desenvolvidos na Unesp são concebidos com base nessas concepções propostas por Freire (1971; 2014) e



Santos (2002), entre outras, promovendo o encontro dialógico com os territórios e as comunidades locais. Esses projetos são articulados por meio da dialogicidade entre saberes populares e saberes acadêmicos, valorizando a reciprocidade na troca de conhecimentos e a vivência com as realidades locais.

Um exemplo emblemático é o projeto “Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Turismo Comunitário na RDS da Barra do Una”, coordenado pelo prof. Dr. Davis Gruber Sansolo, desenvolvido na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Barra do Una. Nesse projeto, estudantes e docentes da Unesp trabalharam lado a lado com moradores locais no fortalecimento do Turismo de Base Comunitária (TBC), em uma região de grande importância ecológica e social. Por meio de metodologias participativas, como oficinas colaborativas e cartografia social, esse projeto não apenas diagnosticou demandas locais, mas também contribuiu para o fortalecimento da organização comunitária local. Além disso, suas ações geraram uma interação dialógica entre a universidade e a comunidade caiçara, valorizando os saberes tradicionais. A proposta também promoveu a participação ativa da comunidade, articulando-se com o espaço “Receptivo Comunitário” e garantindo apropriação e reprodução do conhecimento gerado. Ao alinhar-se às prioridades locais, o projeto incentiva a popularização da ciência por meio da interação dos estudantes com a comunidade, bem como por sua divulgação em plataformas digitais e redes sociais, com o objetivo de democratizar os conhecimentos produzidos. Essa experiência evidencia o potencial da extensão universitária como um canal de promoção da justiça social, ao estabelecer uma escuta ativa e atenta aos grupos historicamente marginalizados e reconhecer seus conhecimentos como fundamentais para a construção de soluções coletivas para mitigação dos problemas e desafios vividos pelo território. Trata-se, portanto, de uma referência em extensão universitária que fortalece a cultura caiçara e seus saberes originários e contribui para a sustentabilidade do turismo local, ao incorporar aspectos como o



empoderamento comunitário, o engajamento dos atores locais e o impacto na elevação da renda dos envolvidos. A justiça social, nesse contexto, constitui um eixo orientador das ações concretas que ocorrem em outros projetos.

Outro exemplo significativo é a iniciativa da Rede Temática de Extensão da Unesp, intitulada “Sustentabilidade Solidária: do Ensino Superior para Sociedade”, coordenada pelo profa. Dra. Jacqueline S.C.T. Caramori, da Faculdade de Medicina de Botucatu. A ação busca reposicionar o papel da universidade ao articular ações que garantam direitos básicos como saúde, moradia, água, alimentação e educação à comunidade de Mahatma Gandhi, na cidade de Botucatu/SP. O projeto atua em parceria com órgãos públicos, sociedade civil e movimentos sociais para enfrentar desafios estruturais como a violência relacionada à raça, classe e gênero, colocando em evidência a falta de acesso à justiça dessas famílias marginalizadas. Ao promover a dignidade e a cidadania, a proposta fortalece o compromisso na busca pela transformação social.

Em mais um exemplo relevante, destaca-se o trabalho desenvolvido pela “Rede Temática de Extensão de Atenção ao Migrante Internacional (Ramin)”, coordenada pelo prof. Dr. Antônio Mendes da Costa Braga, do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília/SP. A Ramin dedica-se ao acolhimento e integração de migrantes internacionais. Por meio de parcerias estratégicas, a rede atua na promoção de políticas públicas para famílias refugiadas, enfrentando barreiras como a ausência de documentação, dificuldades linguísticas até desafios de adaptação cultural e vulnerabilidades socioeconômicas. Sua atuação busca não apenas mitigar essas barreiras e dificuldades imediatas, mas também construir caminhos para uma inserção social digna e sustentável.

O projeto “Você tem fome de quê? Alfabetização e horta comunitária” coordenado pelo profa Dra. Edvânia Ângela de Souza. O projeto de extensão da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais



de Franca/SP trabalha com pessoas em situação de rua, promovendo oficinas artísticas, alfabetização baseada nos preceitos de Paulo Freire e a implementação e manutenção de uma horta comunitária, sempre em diálogo com as necessidades e desejos da comunidade assistida. Estudantes e professores atuam em conjunto com os participantes do abrigo, fortalecendo sua autonomia e cidadania por meio de ações participativas e inclusivas. A iniciativa valoriza o conhecimento coletivo, integrando ensino, pesquisa e transformação social, ao mesmo tempo em que proporciona aos alunos a vivência de práticas humanistas e críticas em sua formação.

As ações extensionistas apresentadas demonstram que a extensão universitária vai além de atividades pontuais, podendo promover transformações duradouras quando está enraizada no diálogo, no pensamento crítico e no compromisso com as lutas sociais. Nesse processo, os saberes locais assumem papel central, contribuindo para a construção de práticas participativas, de escuta ativa, de falas recíprocas e emancipatórias.

Projetos como “O protagonismo feminino nos quintais produtivos da agricultura familiar e a sua contribuição para a prática da agenda 2030: um cultivo de saberes na escola pública”, coordenado pela profa. Dra. Ana Margarida Theodoro Caminhas, da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal/SP, e “Promoção da Saúde da População Negra: valorização dos saberes negros e saúde integral”, sob coordenação da profa. Dra. Raquel Regina Duarte Moreira, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Araraquara/SP, somam-se a tantas outras iniciativas que evidenciam o compromisso da Unesp em sistematizar, valorizar e potencializar conhecimentos tradicionais nas áreas de saúde popular, agricultura familiar e cultura. Essas ações envolvem mulheres rurais, estudantes da rede pública, agricultores familiares, comunidades caiçaras e outros grupos específicos, promovendo a valorização de práticas como o uso de plantas medicinais, técnicas agrícolas ancestrais e manejo sustentável produzindo tecnologia social a partir do próprio



território. Além disso, todas as atividades desenvolvidas se tornam ferramentas pedagógicas tanto para a formação acadêmica quanto para o avanço científico.

Essas experiências demonstram que a universidade, longe de ser a única detentora do conhecimento, pode e deve atuar como catalisadora de saberes historicamente silenciados e invisibilizados, estabelecendo uma relação dialógica com as comunidades locais.

Apesar dos significativos avanços da Unesp no campo da extensão universitária, os desafios ainda persistem. A falta de recursos, a burocracia institucional, a dificuldade para garantir a continuidade dos projetos, a valorização da extensão e a visão da igualdade de importância entre o tripé da universidade configuram obstáculos recorrentes. Ainda assim, a Unesp tem buscado estratégias para superá-los, por meio da criação de editais com recortes temáticos, do reconhecimento da extensão universitária como um critério para progressão de carreira docente, da captação de recursos externos e da articulação com parcerias governamentais. Soma-se a isso o esforço em aprimorar a comunicação da extensão e em formar agentes extensionistas mais sensíveis e engajados nos problemas sociais e na transformação da educação, considerando especialmente as metodologias ativas, participativas e dialógicas.

A partir dos exemplos mencionados anteriormente, pode-se afirmar que a extensão universitária na Unesp é a expressão significativa de seu compromisso com o pensamento crítico e a transformação social. Tais experiências demonstram que, quando a universidade pratica a escuta ativa das comunidades, ela não apenas cumpre sua função pública, mas também se transforma, se reinventa.

O caminho é complexo, exige tempo, investimento, ousadia e, sobretudo, disposição para ouvir as vozes que emergem das periferias, dos campos, das florestas, das águas, enfim dos territórios apropriados pelos movimentos sociais. É essa a prática transformadora

que a Unesp vem buscando consolidar: saindo do limite de seus muros para ouvir atentamente as demandas populares e aprender com os saberes comunitários e ancestrais.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 1971.

FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 2002.



7

Jacqueline Costa Teixeira Caramori
Ugo Caramori

ECOLOGIAS DE SABERES E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS:

**CONTRIBUIÇÕES PARA UMA
UNIVERSIDADE EM TRANSFORMAÇÃO**

TECENDO SENTIDOS NA UNIVERSIDADE

Num cenário global atravessado por desigualdades históricas, crises ambientais e disputas por reconhecimento, as universidades se veem convocadas a reinventar seus modos de produzir e compartilhar conhecimento. Essa reinvenção exige mais do que reformulações curriculares: requer um deslocamento epistêmico, uma abertura radical ao diálogo com outros modos de saber, de sentir e de viver. É nesse horizonte que emerge o conceito de ecologias de saberes, formulado por Boaventura de Sousa Santos (2014), como uma proposta de justiça cognitiva. Em vez de submeter os saberes populares, tradicionais e ancestrais aos critérios únicos da ciência moderna, as ecologias de saberes propõem um reconhecimento mútuo, onde diferentes formas de conhecimento coexistem e se fortalecem em diálogo.

Nesse processo, o fazer com a sociedade ocupa lugar central como prática contra hegemônica. Ao romper com a lógica verticalizada do ensino e da pesquisa, essas oportunidades cultivam espaços de escuta, coautoria e construção coletiva. São práticas que desafiam a neutralidade científica, valorizando a experiência dos sujeitos e suas formas próprias de interpretar o mundo. A extensão universitária, quando compreendida como prática dialógica e emancipadora, torna-se o campo fértil dessa transformação: lugar de mediação entre a universidade e os territórios vivos onde o conhecimento pulsa em outras línguas, outros corpos, outras histórias. Assim, pensar a extensão sob a perspectiva das ecologias de saberes e das metodologias participativas é reconhecer a potência dos encontros entre saberes – encontros que não apenas produzem conhecimento, mas também curam feridas coloniais, reconfiguram políticas públicas e reencantam a própria ideia de universidade.

É nesse chão que este capítulo se ancora, apresentando experiências que desafiam o academicismo fechado em si mesmo e apontam caminhos para uma universidade realmente pública, plural e transformadora.

ECOLOGIAS DE SABERES: MÚLTIPLAS EPISTEMOLOGIAS ENVOLVENDO O ENSINO SUPERIOR

O conceito de ecologias de saberes propõe uma ruptura com o monoculturalismo do saber científico moderno, afirmando que nenhuma forma de conhecimento pode pretender ser completa em si mesma. Formulado por Boaventura de Sousa Santos (2014), o termo sugere uma articulação horizontal entre diferentes epistemologias — indígenas, africanas, populares, camponesas, urbanas — capazes de dialogar sem a pretensão de hierarquizar.

Trata-se de reconhecer que o conhecimento válido não é apenas aquele produzido nos laboratórios ou nas universidades tradicionais, mas também aquele que emerge das práticas cotidianas, das espiritualidades, das experiências de resistência.

No ensino superior, a introdução dessa perspectiva implica transformar radicalmente as formas de ensino, pesquisa e extensão. Não se trata apenas de “incluir” outros saberes como objetos de estudo, mas de aceitar que eles possuem metodologias, lógicas e critérios de validade próprios. Para Catherine Walsh (2009), essa abertura exige práticas interculturais críticas, que não se limitam à tolerância, mas buscam confrontar as relações desiguais de poder que historicamente silenciaram saberes subalternizados.

Ao incorporar as ecologias de saberes, a universidade deixa de ser um espaço de transmissão linear para se tornar um território



de encontro e de criação compartilhada. A curricularização da extensão, por exemplo, pode se fortalecer como instrumento de ruptura com a epistemologia hegemônica, promovendo a aprendizagem a partir das comunidades e de suas formas de vida.

DIÁLOGO ENTRE SABERES POPULARES, TRADICIONAIS E ACADÊMICOS

A construção de uma universidade democrática e transformadora exige o reconhecimento de que o saber não é exclusividade dos espaços acadêmicos. Em contextos marcados por desigualdades históricas, o diálogo entre saberes populares e acadêmicos surge como uma prática essencial para democratizar o conhecimento e reconstituir a relação entre ensino superior e sociedade. Trata-se de transcender a lógica da inclusão meramente formal e assumir a necessidade de reconfigurar as próprias bases epistemológicas do ensino e da pesquisa.

Nesse sentido, o diálogo de saberes não é uma junção artificial ou hierárquica, mas uma interação viva e crítica, na qual diferentes epistemologias — indígenas, quilombolas, ribeirinhas, periféricas — se reconhecem como produtoras legítimas de conhecimento (Santos, 2014; Walsh, 2009). O processo, no entanto, exige metodologias de escuta ativa, tradução intercultural e valorização da experiência vivida como fonte válida de saber (Dussel, 2009).

A extensão universitária, especialmente aquela orientada pelas metodologias participativas, constitui um campo privilegiado para esses encontros. Ao romper com a transmissão unidirecional de conhecimento, as ações extensionistas podem se tornar espaços de intercâmbio genuíno, onde a universidade também aprende.





Encontramos na nossa história familiar um relato para ser incluído neste livro - a vivência de dona Creuzuleide, mulher ribeirinha nascida no Pará, guardiã de saberes da floresta sobre o uso medicinal dos óleos de andiroba e copaíba. Sua vida e seus ensinamentos, hoje serão incorporados nessa memória, registrados na potência do entendimento sobre os desafios do encontro entre mundos, apontando para sugerir que as universidades não apenas devem reconhecer outros saberes, mas se transformar a partir deles.

SABERES DE DONA CREUZULEIDE

Nascida em Santarém (PA), Creuzuleide contava muitas histórias; nunca chegou a estudar, mas dizia que foi por isso que a levaram naquele barco para Belém, ainda menina. Tornou-se ama-seca e adulta foi lavadeira, sua imagem carregando grandes trouxas de roupas nas pontes do bairro da Pedreira, era a maior lembrança de suas filhas. Durante toda a vida, acumulou e aplicou os saberes das florestas, aprendeu a manejar plantas e óleos com sensibilidade singular. Seus conhecimentos sobre andiroba, copaíba, e ervas não se limitavam à aplicação: envolvia o toque do cuidado, silêncio, oração e escuta. "O óleo entra onde precisa, mas só se a carne entender o que o corpo está pedindo", dizia ela; sua fala simples, mas que conquistava respeito e admiração. Seu saber, encarnado em décadas de cuidado, hoje leva sua neta a refletir sobre os limites entre ciência e tradição.

A experiência exemplifica o que Santos (2014) define como "ecologias de saberes": o saber de dona Creuzuleide, ancestral e relacional, transforma-se em prática de cuidado, curativa. É, acima de tudo, resiliente com a vida.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO CONHECIMENTO

As metodologias participativas emergem como ações que desafiam a lógica tradicional da produção de conhecimento baseada na separação hierárquica entre quem investiga e quem é investigado. Ao invés de observar e extrair saberes, essas metodologias propõem processos em que todos os envolvidos são coautores, atravessados pelo princípio da horizontalidade, da escuta ativa e do reconhecimento de que a voz de cada participante é legítima.

A pesquisa-ação, formulada por Fals Borda (1997), uma das mais conhecidas entre abordagens participativas, propõe uma metodologia investigativa em que os sujeitos da pesquisa também são protagonistas da ação transformadora. Diferentemente das abordagens tradicionais, ela rompe com a separação entre pesquisador e objeto, construindo um processo colaborativo e dialógico. Organiza-se a partir da identificação coletiva dos problemas vividos, seguida da produção compartilhada de informações e da análise crítica dos dados, sempre em estreita ligação com os interesses e saberes da comunidade. Mais do que produzir conhecimento acadêmico, a pesquisa-ação visa fomentar práticas concretas de transformação social, articulando reflexão e intervenção num ciclo contínuo. Nesse sentido, ela se configura também como prática pedagógica e política, que reconhece as comunidades como produtoras do saber e agentes ativos de sua própria emancipação. Na extensão universitária, a pesquisa-ação torna-se ferramenta fundamental para um ensino superior comprometido com a justiça social.

Entre as metodologias participativas, a cartografia social se destaca como uma prática de construção coletiva de saberes territoriais. Diferente dos mapas tradicionais, elaborados a partir de lógicas





técnicas e distanciadas, a cartografia social propõe que os sujeitos mapeiem seus espaços a partir de suas vivências, afetos, histórias e lutas. Segundo Harley (1990), todo mapa é uma construção de poder, pois escolhe o que representar e o que silenciar; a cartografia social, ao contrário, emerge permitindo que comunidades historicamente marginalizadas desenhem e narrem seus próprios mundos. Campos e Andrade (2011) ressaltam que essa prática não é apenas uma técnica de coleta de dados, mas um processo formativo e político, capaz de fortalecer identidades, articular resistências e disputar sentidos sobre o território.

As rodas de conversa e a escuta horizontal, inspiradas na pedagogia dialógica de Paulo Freire (2021), se constituem como espaços em que a experiência é reconhecida como ponto de partida para a produção coletiva do conhecimento; o círculo organiza simbolicamente a ausência de hierarquia: todos têm direito à palavra e à escuta ativa. Ela parte da ideia de que cada sujeito traz saberes válidos que, ao serem compartilhados, produzem um conhecimento coletivo novo. É uma metodologia que valoriza a oralidade, o encontro e a construção comum.

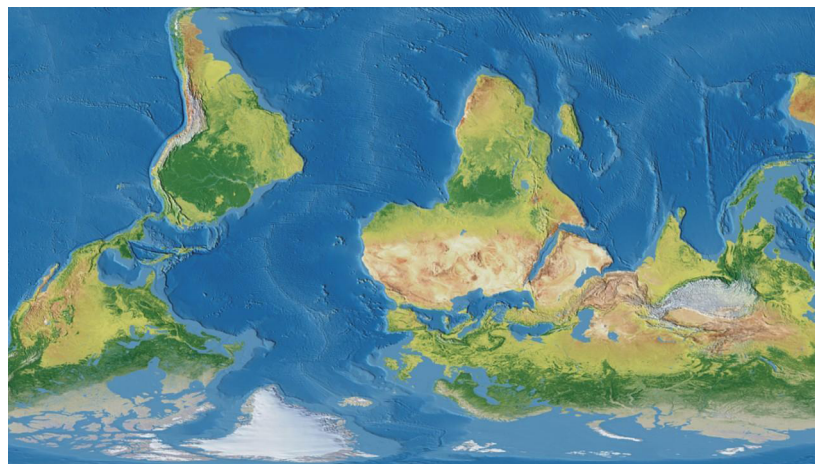
Inspirado nas ideias de Paulo Freire sobre educação como prática de liberdade, Augusto Boal desenvolveu o Teatro do Oprimido como uma metodologia que transforma o espectador em sujeito ativo da cena e da história. Como afirma Boal (2012), “o teatro é uma arma, e é o povo que deve empunhá-la”, reivindicando o palco como espaço de conscientização e transformação social. Assim como nas rodas de conversa, o Teatro do Oprimido rompe com a lógica hierárquica de ensino-aprendizagem, propondo práticas de escuta, criação coletiva e ação crítica. Ambas as metodologias — teatral e dialógica — convergem no princípio de que o conhecimento e a emancipação emergem do encontro entre sujeitos que compartilham e recriam suas experiências de vida.

Ambas as práticas buscam descolonizar o conhecimento e a ação, rompendo com a separação entre “quem ensina” e “quem aprende”, entre “quem conduz” e “quem apenas obedece”. Elas são, portanto, ferramentas práticas das ecologias de saberes.

TECENDO NOVOS MAPAS: A UNIVERSIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

Este capítulo se encerra com um convite para inverter os mapas que moldaram as hierarquias do saber. Assim como o mapa-múndi de cabeça para baixo, (Figura 1) apresentado há quase cinquenta anos, as ecologias de saberes e as metodologias participativas propõem uma ruptura com a lógica hegemônica da produção de conhecimento. Ao reconhecer os saberes populares, a universidade transforma-se em território de encontros e não apenas de transmissão. A inversão dos mapas torna-se metáfora viva da necessidade de olhar o mundo pelas perspectivas do Sul, das margens e dos corpos historicamente silenciados. Mais do que ajustes curriculares, trata-se de refundar sentidos: aprender, pesquisar e existir de maneira plural, insurgente e comprometida com a transformação social.

Figura 1 - Mapa-múndi invertido. A inversão desafia hierarquias geopolíticas e epistemológicas, propondo novos olhares sobre centros, margens e modos de conhecer



REFERÊNCIAS

BOAL, A. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 232 p.

CAMPOS, R. S.; ANDRADE, M. Cartografia social e educação ambiental: práticas e reflexões a partir da realidade amazônica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 27, p. 1-17, 2011.

DUSSEL, E. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2009. 672 p.

FALS BORDA, O. El problema de cómo investigar la realidad para transformarla: la investigación acción participativa. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 62-72, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. 256 p.

HARLEY, J. B. Deconstructing the map. **Cartographica**, Toronto, v. 26, n. 2, p. 1-20, 1990.

MCARTHUR, S. **Stuart McArthur's Universal Corrective Map of the World**. Melbourne: Stuart McArthur, 1979.

SANTOS, B. S. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2014. 638 p.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e educação intercultural. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 9-23, 2009.





Seção



DIRETRIZES CONSTRUTIVAS PARA UMA UNIDADE CURRICULAR EXTENSIONISTA

"A educação autêntica não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo."

Paulo Freire

APRESENTAÇÃO

Esta seção reúne cinco capítulos que oferecem ao leitor um olhar comprometido e reflexivo sobre a construção de uma unidade curricular para extensão universitária, em especial no contexto da formação em saúde. São textos que mostram, na prática, como a extensão se torna um campo de experimentação pedagógica, de compromisso ético e de transformação social.

Os autores irão dialogar e compartilhar uma visão convergente: a extensão não é um mero complemento curricular, mas um espaço formativo potente, que demanda intencionalidade, diálogo, avaliação crítica e construção coletiva. Seu valor reside justamente em desafiar modelos tradicionais de ensino, ao aproximar a universidade de saberes, sujeitos e territórios historicamente marginalizados.

O capítulo que aborda o **planejamento, programação e negociação de cenários de extensão** (JCT Caramori e MG Oliveira) nos convida a reconhecer que inserir a extensão no currículo requer mais do que uma organização didática — trata-se de um ato político-pedagógico que implica compromissos com a equidade, com a Agenda 2030, e com a valorização de saberes comunitários. Ao relatar a experiência de negociação com instituições locais, o texto demonstra que a construção dos cenários de extensão é, em si, um processo educativo: aprender com os territórios, negociar sentidos, superar limites logísticos e fortalecer alianças.



O capítulo relativo à **construção de um roteiro extensionista e de aprendizagens** segundo APAP Oliveira, MG Oliveira e E Ramos mostra como foram estruturadas as atividades da unidade curricular, considerando a atuação dos diferentes professores, alunos e cenários. A finalidade foi proporcionar um aprendizado significativo em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e permitir o protagonismo estudantil, diante da diversidade de equipamentos sociais.

No **referencial teórico** elaborado por A Ferrasi e E Ramos, seremos conduzidos por conceitos que fortalecem a base crítica da prática extensionista. O texto resgata a contribuição de Paulo Freire, Bell Hooks, Gadotti que defendem uma educação dialógica, libertadora e socialmente referenciada. A extensão aparece, então, como espaço de resistência contra práticas assistencialistas e verticais, afirmando-se como campo de construção compartilhada de conhecimento, de respeito à diversidade cultural e de formação cidadã. Além disso, a articulação com a Agenda 2030 e os ODS reforça a perspectiva de que a extensão deve estar orientada para impactos sociais concretos, não se limitando ao discurso acadêmico.

De modo complementar, às práticas de avaliação, foco de dois dos capítulos desta seção, são tratadas de forma inovadora e alinhada à pedagogia do compromisso social.

O capítulo sobre o **Processo Avaliativo da Aprendizagem do Estudante na Extensão** (E Ramos e A Ferrasi) aprofunda a compreensão da avaliação como ferramenta de autoconhecimento e construção de competências. As estratégias avaliativas aqui descritas — autoavaliação, avaliação entre pares, avaliação em cenários da comunidade e avaliação compartilhada das produções — promovem uma visão 360° do processo formativo. Ao valorizar o contínuo e a responsabilidade compartilhada, o modelo reforça que a aprendizagem na extensão não é apenas a aquisição de conteúdos, mas sobretudo o desenvolvimento de posturas éticas, críticas e colaborativas.

No capítulo ***Avaliação da Ação Extensionista como Prática Formativa e Coletiva*** (APAP Oliveira e JCT Caramori), a avaliação do processo é compreendida a partir dos valores de escuta, reflexão e transformação. A construção de critérios que privilegiam a comunicação dialógica, a responsabilidade social, a interprofissionalidade e as habilidades formativas mostra que avaliar é também um exercício ético e político, que deve alimentar o desenvolvimento integral dos estudantes e sua implicação com as realidades que os tocam.

Os capítulos que compõem esta seção provocam-nos a compreender que uma extensão curricularizada, crítica e emancipatória demanda escolhas metodológicas coerentes, avaliação formativa e uma escuta atenta aos territórios. O compromisso com os ODS, a interprofissionalidade, a comunicação dialógica e a construção de vínculos com as comunidades são princípios que perpassam todas essas práticas. As organizadoras aqui reunidas fazem compreender que a extensão universitária, quando tratada com intencionalidade de práxis transformadora, tem o poder de reconfigurar tanto a universidade quanto os territórios que ela toca. É, como dizia Paulo Freire, na criação de espaços “com” e não “sobre” que reside a verdadeira potência da educação e da extensão.



8

*Jacqueline Costa Teixeira Caramori
Mariele Gobo-Oliveira*

PLANEJAR E NEGOCIAR OS CENÁRIOS PARA AS AÇÕES EXTENSIONISTAS

REFLEXÃO SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE

Consideramos que a extensão universitária representa uma força viva entre o conhecimento acadêmico e as urgências do mundo social. A formação de enfermeiros e médicos transcende a transmissão de conteúdos para instaurar práticas dialógicas, comunitárias e emancipatórias. Ao integrar a extensão no ensino, a proposta se compromete com a realidade do território, reconhecendo saberes populares e promovendo a integração social no ambiente em que estamos inseridos. A extensão desafia estudantes a assumirem o papel de cidadãos, a compreenderem a sociedade e seus equipamentos, a construírem respostas coletivas a partir da participação e da escuta. Nesse movimento, não apenas se formam profissionais técnicos, mas sujeitos críticos, sensíveis e engajados na defesa intransigente da vida em todas as suas formas.

ARTICULAÇÃO DA UNIDADE CURRICULAR COM A AGENDA 2030

No desenho da extensão universitária em saúde, afirmar a Agenda 2030 é mais do que alinhar-se a um pacto global: é reconhecer que a universidade, enquanto instituição social, deve comprometer-se ativamente com a erradicação das desigualdades, a promoção da equidade e a construção de comunidades sustentáveis (Cabral, 2020).

A Unidade Curricular (UC) é obrigatória para o 2º semestre dos cursos de graduação de Enfermagem e Medicina e integra o





Programa “Agenda 2030: Ações da FMB UNESP para desenvolvimento sustentável, saúde e educação”. Propõe a cooperação municipal, nacional e internacional no sentido de construir planos de mudança e inovações para o município, favorecendo a integração de toda população à Agenda 2030.

A articulação da UC com a Agenda 2030 se concretiza na escolha intencional e estratégica dos cenários de atuação, voltados ao enfrentamento de desigualdades estruturais. Os projetos desenvolvidos pelos estudantes foram implementados em 10 territórios de Botucatu, acolhidos por instituições que atuam junto a crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência: Associação Pérola Negra, Associação Portas Azuis, Espaço Acolhedor, Banco de Alimentos, Padre Euclides, Obra Madre Marina, Aconchego, Associação Fraternal Pelicano - Botucatu, Associação de Pais e Amigos das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Cada espaço se constituiu como campo de vivência, escuta e intervenção. Nessas interações, os discentes exercitaram a escuta qualificada, construíram propostas de cuidado e refletiram criticamente sobre os determinantes sociais da saúde, em uma extensão que é prática de diálogo, transformação e reconhecimento da diversidade humana.

Ao ter uma UC inserida em um Programa de Extensão com foco em populações vulnerabilizadas – como crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência – essas vivências tornam-se potentes estratégias de concretização dos ODS no cotidiano das práticas em saúde.

CONSTRUÇÃO DO PLANO DE ENSINO COMO ATO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A elaboração coletiva do plano de ensino da UC *Extensão Universitária na Saúde* para dois cursos de graduação ultrapassa os limites formais do planejamento didático. Trata-se de um ato político-pedagógico que expressa compromissos éticos com a formação crítica do enfermeiro e do médico com a transformação das realidades sociais em que estão inseridos. Nesse sentido, o plano não apenas organiza conteúdos e metodologias, mas materializa valores como o diálogo, a equidade e a justiça social.

Essa construção foi orientada por princípios da educação popular, pelos marcos da Política Nacional de Extensão Universitária e pela intencionalidade de contribuir com os ODS, especialmente os ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade) e 10 (Redução das Desigualdades). Essa intencionalidade ganhou força com a adoção oficial da Agenda 2030 pelo município de Botucatu, por meio da Lei nº 6.300/2021, que institui diretrizes públicas voltadas à sustentabilidade, inclusão e saúde, fortalecendo a legitimidade institucional das ações extensionistas nos territórios. Isso amplia as possibilidades de articulação entre ensino superior, gestão pública e sociedade civil.

Assim, o plano de ensino contempla dimensões formativas articuladas entre teoria e prática, prevendo desde a introdução ao pensamento crítico sobre a extensão até o desenvolvimento de vivências nos cenários comunitários. A incorporação da UC ao Programa de Extensão propõe um percurso que vai da problematização dos territórios à proposição de intervenções socialmente referenciadas, reconhecendo os estudantes como sujeitos de transformação.



Ao incorporar a legislação local, a escuta das comunidades e os marcos globais da sustentabilidade, o plano torna-se instrumento de articulação entre universidade, Estado e sociedade, abrindo espaço para uma pedagogia engajada com os direitos humanos e a saúde coletiva.

ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA E DINÂMICA DAS ATIVIDADES

A UC *Extensão Universitária na Saúde* foi organizada em torno de uma estrutura teórico-prática que integrou os fundamentos da extensão com experiências concretas nos territórios, promovendo o desenvolvimento de competências comunicacionais, do reconhecimento de necessidades, da criatividade e da elaboração nos comportamentos de futuros médicos e enfermeiros.

O programa é baseado em oito encontros presenciais, distribuídos ao longo do semestre letivo, que se articulam em três eixos principais: formação teórica, planejamento das ações e vivência nos cenários. No primeiro momento, os estudantes são introduzidos aos fundamentos da extensão universitária, aos marcos legais (como a curricularização da extensão) e às diretrizes da Agenda 2030. São discutidos o papel da universidade na transformação social e a importância da comunicação dialógica com a sociedade.

A etapa seguinte envolve a construção coletiva das ações de intervenção. Nessa fase, os grupos tutorados por um professor realizam o mapeamento dos cenários comunitários, dialogam com as instituições parceiras, analisam as necessidades locais e desenvolvem estratégias de atuação (Figura 1). Durante a fase de execução, os grupos colocam em prática suas propostas junto às comunidades





atendidas. São dez comandos orientadores: contextualizar, planejar, propor, mobilizar, divulgar, definir indicadores, executar, documentar, relatar e avaliar. As ações realizadas vão desde oficinas de educação em saúde, revitalização de espaços e criação de ambientes de escuta até intervenções de caráter cultural, nutricional e socioeducativo. Ao final do percurso, os resultados são socializados em um momento coletivo de avaliação, devolutiva e reflexão crítica.

Figura 1 - Quadro da ação extensionista: Cada verbo representa uma etapa do processo pedagógico vivido pelos estudantes nos cenários de extensão, articulando teoria, prática e reflexão crítica em diálogo com os territórios e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Essa dinâmica promove não apenas o fortalecimento do vínculo entre universidade e comunidade, mas também a autonomia dos estudantes na construção de práticas profissionais comprometidas com o cuidado. O programa da UC, portanto, não é apenas um cronograma, mas uma proposta de formação em saúde baseada na ação, na escuta e na transformação mútua entre saberes acadêmicos e populares.

NEGOCIAÇÃO DE CENÁRIOS DE EXTENSÃO, DAS POSSIBILIDADES AOS DESAFIOS

Outra etapa fundamental está na negociação dos cenários de extensão. Mais do que uma escolha técnica, trata-se de um exercício de sensibilidade territorial com as instituições da cidade. As possibilidades esperadas para ter essa negociação são várias: aceitação da equipe local do grupo de estudantes, que houvesse contato direto com populações (crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência), reconhecimento de práticas comunitárias de cuidado. Entretanto, esse processo teve desafios. A ausência de transporte institucional adequado limita o acesso a certos territórios e demanda criatividade logística por parte das equipes docentes e discentes. Muitas vezes, os estudantes precisam articular caronas solidárias, adaptar os horários das visitas e reconfigurar seus planos de ação para garantir a continuidade das atividades. Apesar das adversidades, esse enfrentamento se converte em aprendizado sobre planejamento realista, articulação coletiva e compromisso social — elementos que qualificam a formação em saúde para além da sala de aula.

REFLEXÃO FINAL

Ao longo desse planejamento disciplinar ficou evidente que programar para o cuidado exige mais do que domínio técnico. A negociação com as comunidades, o compromisso com os ODSs e o reconhecimento da extensão como via legítima de formação apontam para uma universidade que se reinventa a partir de seu enraizamento social.

Como afirma Paulo Freire, “a educação autêntica não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 45). É nesse “com” que reside a potência da extensão: na criação de espaços compartilhados de saber, onde todas as vozes importam.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os equipamentos sociais pela parceria estabelecida e por, gentilmente, acolherem os estudantes e professores para a realização das ações extensionistas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Prefeitura Municipal de Botucatu. **Lei nº 6.300, de 14 de dezembro de 2021.** Adota a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz de políticas públicas em âmbito municipal e dá outras providências. Botucatu: Prefeitura Municipal, 2021.

CABRAL, R.; GEHRE, T. (org.). **Guia Agenda 2030:** integrando ODS, educação e sociedade. São Paulo: Unesp, 2020. Disponível em: <https://www.guiaagenda2030.org/>. Acesso em: 18 maio 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 256 p.



9

Adriano Paulo Aparecido Pereira Oliveira

Mariele Gobo-Oliveira

Érica Ramos

A CONSTRUÇÃO DE UM ROTEIRO EXTENSIONISTA E DE APRENDIZAGENS

*"Ninguém educa ninguém,
ninguém educa a si mesmo,
os homens se educam entre si,
mediatizados pelo mundo."*

Paulo Freire

O IDEALIZAR

A Universidade é um equipamento social muito cobiçado historicamente em movimentos coloniais, imperialistas, ditatoriais e de repressão, pois nessa máquina de tecnologia e inovação da humanidade, também encontra-se a obrigação do zelo ao conhecimento produzido e em produção de tal sociedade. Para manter o conhecimento vivo e sadio é primordial que ele seja acessado e compartilhado com os sujeitos sociais e, assim, seu alcance e sua construção em *universitas*, ou seja, em comunidade. A extensão universitária representa esse elo onde o ensino acadêmico e a pesquisa científica se encontram com o logradouro político-social, no propósito final da materialização e troca dos saberes em sociedade promovendo autonomia crítica dessa comunidade (QUIJANO, 2000).

Compreendido que a extensão universitária é pesquisa e intervenção *in situ*, de forma democrática, onde a realidade em sua complexidade será conceituada, problematizada, discutida, submetida a uma intervenção, documentada, refletida e avaliada, junto à comunidade, integrando os saberes de forma interprofissional, multidisciplinar e transversalmente dialógica, assim, o diálogo sustenta a troca de saberes, de afetos, a manutenção de vínculo, a promoção de autonomia, e a transformação social e ambiental (FREIRE, 1971). Após quatro gerações de extensão universitária, a democratização



crescente nos espaços universitários, do imperativo decolonial e da vida digital homogeneizante, persiste a questão: *como construir uma disciplina curricular extensionista e contemporânea?*

O CONSTRUIR

O fazer de uma disciplina curricular extensionista para o ensino superior demanda, primeiramente, o estabelecimento de parcerias com atores e instituições da comunidade. Uma extensão universitária é realizada por meio de muitas mãos, diferentes perspectivas e se concretiza na vivência, nos encontros, no presente-estar do cotidiano. A construção de uma rede político-social entre universidade-comunidade tem potencial para forjar as ferramentas de confiança e ação, na compreensão fraterna e dialógica da realidade. Nesse processo ambas as instituições se beneficiam e enriquecem durante o compartilhamento de conhecimentos e saberes, formando profissionais e cidadãos críticos, autônomos e comprometidos com a transformação social, ambiental e de realidades (NASCIMENTO, 2002).

Na Unidade Curricular “Extensão Universitária na Saúde” da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - UNESP, diversos foram os cenários da comunidade para atuação dos grupos formados por discentes do 1º ano dos cursos de Enfermagem e Medicina. Foram firmadas parcerias com equipamentos sociais Municipais ou conveniados ao poder público que receberam os estudantes, promoveram vivências próximas e dialogaram sobre os frutos desse encontro. Os cenários envolveram instituições voltadas à educação, ao cuidado e à qualidade de vida de crianças, pessoas com deficiência, idosos, pessoas em situação de rua e outros tipos de iniciativas sociais.





A construção do trabalho se deu na atuação de grupos menores e mistos de estudantes e professores, e teve a preocupação de orientar e dar suporte aos professores que atuariam nos cenários com os grupos de estudantes. Ou seja, além dos diferentes cenários, havia professores com atuações profissionais diversas, como biólogos, enfermeiros, médicos de diferentes especialidades e pedagogos. Ademais, por se tratar de estudantes ingressantes na universidade, a coordenação da disciplina de forma cautelosa, almejou proporcionar uma vivência extensionista inicial aos estudantes.

METODOLOGIAS DE AÇÃO

As metodologias ativas são estratégias, técnicas, abordagens e perspectivas de aprendizagem individual e colaborativa que envolvem e engajam os estudantes no desenvolvimento de projetos e/ou atividades práticas. Nos contextos em que são adotadas, o aprendiz é visto como um sujeito ativo, que deve protagonizar seu processo de aprendizagem (mediado ou não por tecnologias), enquanto reflete individualmente e com seus pares sobre aquilo que está experienciando (FILATRO, 2018).

No Brasil o uso das metodologias ativas no ensino do cuidar é uma iniciativa contemporânea, sendo um resgate de movimentos educacionais pré-modernistas, considerando a instituição do Sistema Único de Saúde em 1988. Paulo Freire explica que a construção da autonomia deve estar centrada na vivência de experiências estimuladoras que advém da tomada de decisão e da possibilidade de o estudante assumir responsabilidade por sua própria aprendizagem (FILATRO, 2018).

No contexto da curricularização da extensão universitária, a aprendizagem baseada em projetos como: o problema investigado,



o contexto analisado de forma dialógica com a comunidade e a construção de uma solução concebida, foram os princípios escolhidos para a construção do roteiro extensionista. Evidenciamos a necessidade de adaptação à realidade extensionista, dada a complexidade dessa rede interativa e dialógica que permeia as ações extensionistas. Dentre as competências que podem ser desenvolvidas por essa abordagem destacam-se a leitura compreensiva, as múltiplas linguagens pela interação dialógica, a capacidade de solucionar problemas, a visão sistêmica, a iniciativa, a criatividade, o pensamento crítico, a cooperação, a colaboração e a socialização (DEBALD, 2020).

ROTEIRO EXTENSIONISTA

Com a finalidade de responder à pergunta inicial "*como produzir uma disciplina curricular extensionista?*", com os cuidados de dialogar com os professores de diversas áreas de formação, com as comunidades de diferentes cenários, com os grupos de estudantes ingressantes de diferentes cursos e numa proposta de protagonismo estudantil, um roteiro foi criado.

Ao longo de oito encontros, sendo seis de interação dos grupos com a comunidade dos cenários, foram trabalhados temas principais por meio de discussões apoiadas nos referenciais teóricos e de um roteiro de atividades sugerido para a condução nas comunidades. A cada semana um novo texto-base era direcionado ao estudo e posterior discussão coletiva. O objetivo foi refletir o alinhamento dos conceitos e das premissas extensionistas com as atividades práticas e interativas nos cenários.

O primeiro encontro da disciplina contextualizou e organizou os conceitos de extensão universitária e buscou discutir como ele se desdobra em emancipação das comunidades a partir do



questionamento **“O que sabem sobre extensão universitária?”**. No segundo encontro da disciplina, a estratégia se baseou na questão **“Como Planejar a Extensão?”** e se desenvolveu pelo primeiro contato com as pessoas dos cenários parceiros, tendo como leitura prévia um referencial de comunicação e um momento. Os objetivos foram aproximar os estudantes da comunidade local e reconhecer o cenário para identificar necessidades ou desafios que podem ser trabalhados em conjunto com essa comunidade. No terceiro encontro, orientado pela questão **“Como Propor a Extensão?”**, que teve como leitura prévia a temática dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), deu continuidade às discussões e observações junto à comunidade, agora na perspectiva das possibilidades de contribuição com as ODS. Assim, o objetivo foi propor e planejar ações relevantes para o cenário, alinhadas aos interesses da comunidade e aos ODS.

Já o quarto encontro foi direcionado à questão **“Como Mobilizar e Divulgar e Extensão?”**, subsidiada pela leitura sobre responsabilidade social universitária, os estudantes pensaram junto à comunidade em parcerias para a divulgação da ação que propuseram no encontro anterior e, também, como se beneficiar do potencial de mídias digitais, mídia local e outros meios de comunicação. O quinto encontro abordou **“Como ter indicadores para extensão?”** a partir da discussão sobre a transformação social pela extensão universitária, tendo como objetivo refletir e desenhar possíveis indicadores do impacto da ação pretendida a partir da perspectiva de quem serão os beneficiados dessa construção. Ao professor foi disponibilizada, adicionalmente, exemplos de possíveis coletas de dados e formas de registrar desafios enfrentados e lições aprendidas.

O sexto encontro, **“Como executar a extensão?”** se destinou à execução da ação extensionista planejada à luz da leitura prévia sobre a interprofissionalidade e da sinergia provocada pelas

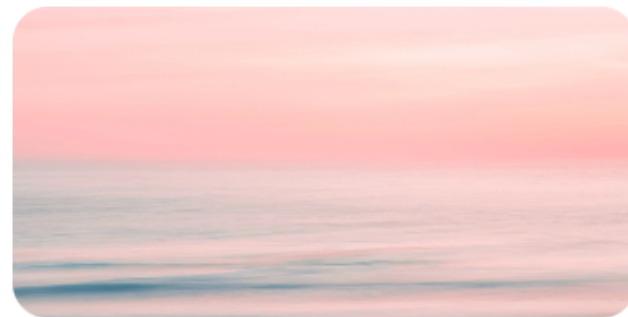


contribuições múltiplas e integradas nas ações. O sétimo encontro foi reservado à avaliação e sistematização das informações até essa etapa, bem como ao registro escrito coletivo sobre a ação coletiva, norteado pela questão **“Como relatar e documentar a extensão?”**. Nesse momento de reorganização e registro, os grupos receberam orientações sobre a importância de contextualizar a situação social, a relevância da proposta, a descrição dos ODS alinhados às demandas locais, a descrição da atividade realizada em todas as suas etapas e os seus resultados, incluindo o potencial impacto na comunidade.

Por fim, o último encontro, direcionado a **“Como avaliar a extensão?”**, possibilitou aos estudantes compartilharem entre os grupos e representantes das comunidades as ações realizadas, os desafios e as potencialidades que cada grupo vivenciou, e refletir sobre o impacto da trajetória e do processo construído e desenvolvido ao longo da disciplina sobre todos os envolvidos (estudantes, professores, gestores dos equipamentos sociais e comunidade).

REDE SOCIODIGITAL

A fim de responder à pergunta inicial *“como produzir uma disciplina curricular extensionista contemporânea?”*, foi incorporado o uso de plataformas digitais na curricularização da extensão universitária para ampliação das possibilidades de diálogo, registro e difusão do conhecimento produzido em interação com a comunidade. A Unidade Curricular “Extensão Universitária na Saúde” da FMB-UNESP adotou o Padlet como ambiente de rede sociodigital ativa, possibilitando a visualização, a valorização pública e o acompanhamento dinâmico das ações extensionistas realizadas pelos estudantes em múltiplos cenários reais.



Extensão Curricular - FMB UNESP

Criado por Adriano Paulo Aparecido Pereira de Oliveira

Criado em ter., 20 de agosto de 2024

Última atividade em ter., 17 de junho de 2025

Privacidade Público

Publicações 133

Contribuidores 22

Visualizações 430

Visitantes 223



A interface em formato de *feed* funciona como um mural colaborativo onde grupos extensionistas documentam suas atividades, relatórios, reflexões e produções visuais. Essa construção coletiva, pública e acessível reforça o compromisso da universidade com a transparência, a interdisciplinaridade e a visibilidade social das ações realizadas, produzindo prestação e devolutiva à sociedade. O mural também funciona como ferramenta pedagógica e avaliativa, permitindo à comunidade acadêmica e externa acompanhar as transformações ocorridas ao longo do percurso formacional.



Link para interface extensionista:
<https://padlet.com/adrianooliveira/ExtensaoCurricularFMBUNESP>

A construção do roteiro possibilitou que os professores direcionassem os grupos de estudantes em cenários distintos, permitindo um aprendizado significativo, em consonância com os ODS. O uso de plataforma digital e de metodologias participativas permitiu o protagonismo dos estudantes ingressantes, tornando positiva a experiência e reflexão com a extensão universitária.

REFERÊNCIAS

DEBALD, B. **Metodologias ativas no ensino superior**: o protagonismo do aluno. Porto Alegre: Penso, 2020. 120 p.

FILATRO, A.; CAVALCANTI, C. C. **Metodologias inov-ativas na educação presencial, a distância e corporativa**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. 272 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. 93 p.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. São Paulo: Perspectiva, 2002.

QUIJANO, A. Coloniality of power, eurocentrism and Latin America. **International Sociology**, Cardiff, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.



10

Adriana Camargo Ferrasi
Érica Ramos

REFERENCIAIS TEÓRICOS DA UNIDADE CURRICULAR



A extensão universitária é um pilar fundamental da universidade, conectando a produção de conhecimento acadêmico às demandas da sociedade. Sua concepção e prática evoluíram ao longo do tempo, refletindo mudanças sociais, políticas e epistemológicas. Para compreendê-la, é necessário analisar sua trajetória histórica, fundamentos conceituais e implicações para a formação acadêmica e desenvolvimento social.

A extensão universitária no Brasil começou a se definir entre 1950 e 1960, impulsionada por movimentos sociais e pela conscientização sobre o papel social da universidade. Nesse período, conforme destaca Gadotti (2017), a extensão passou a ser vista como indissociável do ensino e da pesquisa, com foco em compromisso social e conscientização sobre direitos, influenciada por figuras como Paulo Freire e iniciativas como o MCP (Movimento de Cultura Popular) e o CPC (Centro Popular de Cultura). Anteriormente, a extensão era associada à “educação continuada” e divulgação científica, sem caráter de diálogo e transformação social. Nesse sentido, a responsabilidade social universitária (RSU) está intrinsecamente ligada à extensão. A RSU implica um compromisso ético e político da universidade com a transformação social, promoção da cidadania e redução das desigualdades (EIDT; CALGARO, 2021). Assim, a extensão é um espaço privilegiado para o exercício dessa responsabilidade, promovendo a interação dialógica entre a universidade e a comunidade.

Paulo Freire propõe um modelo educacional dialógico, onde educador e educando aprendem juntos, construindo conhecimento coletivamente e rompendo com a “educação bancária”, que apenas deposita conteúdos. Essa perspectiva é fundamental para uma extensão emancipatória e colaborativa, que busca a conscientização e a transformação da realidade (MARIZ, 2021; HOOKS, 2013). Tal abordagem é essencial para uma extensão universitária que seja emancipatória e colaborativa, em vez de assistencialista ou impositiva.



Para bell hooks (HOOKS, 2013), a educação deve ser um espaço de transgressão, desafiando estruturas de poder e opressão. Nessa perspectiva, a extensão universitária se torna um campo fértil para práticas pedagógicas que promovam diversidade, inclusão e justiça social, conectando o saber acadêmico às lutas e saberes populares.

A extensão universitária também se revela um campo fértil para a aplicação e o desenvolvimento de modelos educacionais inovadores, especialmente na área da saúde. Figueiredo, Rodrigues-Neto e Leite (2010) contrastam o modelo tradicional de educação em saúde, focado na transmissão vertical de conhecimento, com o modelo dialógico, que promove conscientização, mudança e transformação, alinhado à filosofia emancipatória de Freire. Esse modelo dialógico se alinha aos princípios da extensão transformadora, que busca um aprendizado compartilhado e contextualizado.

O Caderno de Educação Popular e Saúde (BRASIL, 2007) destaca a importância de práticas educativas que se baseiam na realidade e nos saberes das comunidades, utilizando metodologias participativas para promover o diálogo e a construção coletiva de soluções. A extensão atua como um espaço de encontro entre o conhecimento científico e o saber popular, valorizando a diversidade cultural e fortalecendo o controle social no SUS (Sistema Único de Saúde).

Peduzzi (2015) destaca a importância da educação interprofissional (EIP) devido à complexidade do processo saúde-doença e à necessidade de colaboração entre profissionais e serviços. A extensão universitária pode ser um espaço ideal para promover a EIP, permitindo que estudantes de diferentes áreas aprendam juntos e desenvolvam competências colaborativas essenciais para atuar no SUS e em contextos complexos. Essa visão de uma extensão engajada e transformadora dialoga com as diretrizes mais amplas de desenvolvimento social e sustentabilidade. Nesse contexto, a curricularização da extensão, como destaca Gadotti (2017), prioriza



áreas de grande pertinência social e reforça o compromisso da universidade com a sociedade. Isso converge com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (CABRAL; GEHRE, 2020), que buscam erradicar a pobreza, proteger o planeta e promover paz e prosperidade para todos.

Em resumo, a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que, de forma indissociável do ensino e da pesquisa, articula a universidade com a sociedade. Fundamentada em princípios dialógicos, críticos e emancipatórios, visa promover a transformação social, o fortalecimento da cidadania e a produção de conhecimentos relevantes, contribuindo para a formação integral dos estudantes e o cumprimento da responsabilidade social da universidade.

O ESTUDO TEÓRICO ALINHADO À PRÁTICA EXTENSIONISTA

Ao longo da Unidade Curricular “Extensão Universitária na Saúde” foram propostos momentos para leitura e discussão de textos que fundamentam as ações propostas na metodologia. Cada texto-base foi escolhido pela riqueza de saberes, a compatibilidade de linguagem com o público-alvo e a capacidade de suscitar reflexões.

- Etapa de contextualização da extensão universitária e aproximação dos estudantes com os cenários da comunidade: discussão do texto “Modelos aplicados às atividades de educação em saúde”, 2010, dos autores Maria Fernanda Santos Figueiredo, João Felício Rodrigues-Neto e Maísa Tavares Souza Leite. A proposta da discussão foi explorar a comunicação dialógica e suas potencialidades no campo extensionista, aproximando os estudantes de uma escuta ativa, uma



aproximação acolhedora das demandas da comunidade e um olhar atento às suas necessidades;

- Etapa de proposição das ações extensionistas: discussão do texto “Guia Agenda 2030: Integrando ODS, Educação e Sociedade”, 2020, dos autores Raquel Cabral e Thiago Gehre. Esse momento teve como intencionalidade abordar o que é, como se organiza e como a Agenda 2030 da ONU, por meio dos ODS, podem ser alinhados às propostas de ações extensionistas dos grupos;
- Etapa de mobilização/divulgação das ações extensionistas: discussão do texto “Responsabilidade social universitária – histórico e complexidade implícitos na constituição do conceito”, 2021, das autoras Elise Cristina Eidt e Rosane Calgaro. A compreensão da responsabilidade social e seu caráter complexo traz mais clareza à proposição das ações extensionistas, na medida em que se tornam claros seus limites e suas possibilidades.
- Etapa de obtenção de indicadores das ações extensionistas: discussão do texto “Extensão Universitária: Para quê?”, 2017, do autor Moacir Gadotti. O objetivo é aprofundar os estudos sobre o potencial transformador e as práticas emancipatórias da extensão universitária, ao passo que os estudantes vivenciam as contradições e as realidades dos cenários da comunidade, refletindo sobre a prática e buscando maneiras de avaliar o impacto das ações planejadas.
- Etapa de execução das ações extensionistas: discussão do texto “O SUS é interprofissional”, 2015, da autora Marina Peduzzi. A intencionalidade é discutir a formação profissional dos estudantes para o SUS e mediante a necessidade do trabalho interprofissional que irão exercer. Essa reflexão também se aproxima da interprofissionalidade e da



interdisciplinaridade da extensão universitária, valorizando a formação interprofissional dos integrantes dos grupos, tanto discentes quanto docentes, e suas contribuições a projetos complexos.

Em síntese, este referencial teórico procura destacar a extensão universitária como um pilar essencial do ensino e da pesquisa, crucial para a responsabilidade social da Universidade. Inspirada em Paulo Freire e bell hooks, a abordagem dialógica e emancipatória permeia a evolução histórica e as práticas atuais da extensão, especialmente na área da saúde. Ao promover a interação entre o conhecimento acadêmico e popular, e ao se alinhar aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a extensão universitária reafirma seu papel transformador na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, capacitando os estudantes para uma atuação profissional engajada e interprofissional.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de Educação Popular e Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007.
- CABRAL, R.; GEHRE, T. (org.). **Guia Agenda 2030**: integrando ODS, educação e sociedade. Bauru: FAAC/UNESP; Brasília, DF: UnB, 2020. 192 p.
- EIDT, E. C.; CALGARO, R. Responsabilidade social universitária: histórico e complexidade implícitos na constituição do conceito. **Avaliação**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 89-111, 2021.
- FIGUEIREDO, M. F. S.; RODRIGUES NETO, J. F.; LEITE, M. T. Modelos aplicados às atividades de educação em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 63, n. 1, p. 117-121, 2010.

GADOTTI, M. **Extensão universitária**: para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em https://eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/02/Extensao_Universitaria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. 288 p.

MARIZ, S. F. Paulo Freire, Bell Hooks e a construção de uma pedagogia feminista crítica. **Revista Olhares**, Guarulhos, v. 9, n. 3, p. 51-74, 2021.

PEDUZZI, M. O SUS é interprofissional. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 19, p. 789-790, 2015. Supl. 1.



11

*Érica Ramos
Adriana Camargo Ferrasi*

O PROCESSO AVALIATIVO DA APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE NA EXTENSÃO: ESTRATÉGIAS E OLHARES

*"Se puderes olhar, vê.
Se puderes ver, repara"*

*(Ensaio sobre a cegueira
- José Saramago)*

O AVALIAR PROCESSUAL, MÚLTIPLO E MEDIADO

O ato de avaliar é inerente a muitas das ações humanas e decorre da observação e da interpretação cautelosa da realidade a partir de diferentes pontos de vista. Contudo, no contexto educacional, e em especial no contexto da extensão universitária, a avaliação não se limita à observação e registro dos fragmentos dessa realidade, ela pode e deve ser um ato democrático. Nesse sentido:

"Assumindo que cada educador, em sala de aula em nossas escolas, é o gestor do ato de ensinar e aprender, pretendemos [...] explicitar, de um lado, a riqueza da formação bem-sucedida de todos os estudantes sob nossa responsabilidade e, de outro, compreender que, para realizar essa tarefa, a avaliação é nossa parceira que está e estará sempre a nos sinalizar o sucesso ou o insucesso de nossos estudantes em sua aprendizagem. Sinalização que nos possibilitará novos investimentos, se necessário e se o desejarmos, para que todos conquistem a sua aprendizagem de modo satisfatório" (Luckesi, 2022).

Sendo a aprendizagem do estudante o foco principal desta investigação, a avaliação se amplia a um olhar para além dos conhecimentos adquiridos e engloba as relações estabelecidas no processo de ensino e aprendizagem, em especial no processo dialógico da extensão universitária. Nessas relações, a mediação dos professores se faz componente essencial às reflexões e à condução que indica o caminho a ser percorrido e sinaliza onde o estudante se



encontra em sua trajetória do aprender, propondo ações de construção conjunta que respondam aos objetivos iniciais, se aproximando de uma avaliação mediadora (Hoffmann, 1993).

Portanto, a partir dos objetivos de aprendizagem propostos no planejamento da Unidade Curricular (UC) e das premissas extensionistas adotadas, foram adaptadas estratégias de avaliação que almejam o acompanhamento do desenvolvimento das competências em dois momentos coletivos e abordando diferentes dimensões avaliativas, que vieram a subsidiar tomadas de decisão para proposição de ações de aprimoramento das aprendizagens de todos os envolvidos.

ESTRATÉGIAS AVALIATIVAS

A busca pelo desenvolvimento de atitudes e de habilidades, assim como pela apropriação de conhecimentos sob uma perspectiva crítica, culminando na construção de competências que os articulam, percorre o caminho de uma observação complexa da realidade (Perrenoud, 1999). Ao se considerar a multidimensionalidade do aprender e dos saberes praticados nos processos extensionistas, é essencial que a avaliação seja realizada de maneira mais ampla e tenha papel subsidiário à formação do estudante para a construção das competências profissionais almejadas.

Na área da Saúde, em função dos perfis profissionais a serem construídos, um processo avaliativo participativo que considere os diferentes olhares (educadores, estudantes e parceiros dos cenários de atuação profissional) e que valorize a autonomia e o protagonismo estudantil é demanda essencial. Adicionalmente, para esses profissionais a avaliação formativa se mostra efetiva quando estruturada sobre a base do *feedback* contínuo, no qual o educador coleta informações sobre a aprendizagem do estudante e as utiliza





numa proposta de reorientação das práticas estudantis para o aprimoramento do processo (Borges *et al.*, 2014).

A autoavaliação do estudante e o *feedback* do educador e de seus pares fomentam os processos de metacognição e possibilitam a esse indivíduo reconhecer suas fragilidades e suas potencialidades, assim como promover mudanças que favoreçam suas aprendizagens (Grillo e Gessinger, 2010). Nesse sentido, foram adaptadas estratégias bem-sucedidas de avaliação em cenários práticos do campo da saúde, utilizando diversos instrumentos para avaliar diferentes dimensões da aprendizagem. Isso permite uma visão 360° e multifonte, facilitando a coleta de dados para regular as aprendizagens. (Lockyert e Sargeant, 2017).

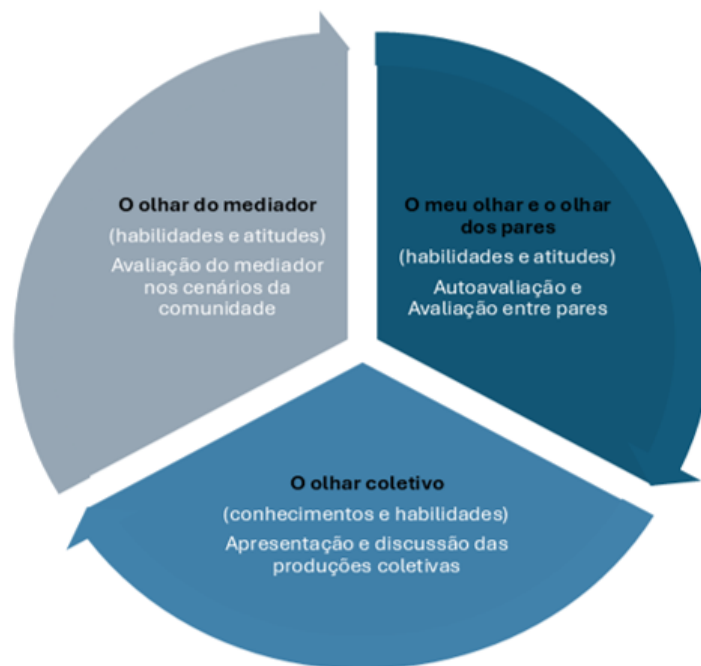
A partir da lógica de planejamento reverso discutida por Wiggins e McTighe (2019), foram escolhidas estratégias avaliativas coerentes com os objetivos de aprendizagem (Quadro 1) e que pudessem ancorar as estratégias metodológicas e os conteúdos a serem construídos na trajetória da UC.

Quadro 1 - Os objetivos de aprendizagem e as estratégias avaliativas selecionadas para o planejamento reverso de ações e atividades na UC

Objetivos de aprendizagem da UC	
Reconhecer a relevância da integração da extensão ao currículo dos cursos de graduação; Reconhecer as diversas modalidades de ações extensionistas; Exercitar a comunicação dialógica, no trabalho em equipe e nos princípios dos Objetivos Sustentáveis (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) - Agenda 2030; Vivenciar ações extensionistas na comunidade.	Autoavaliação: subsidia o protagonismo estudantil e a corresponsabilização no desenvolvimento de competências; Avaliação entre pares: favorece o aprimoramento e a reflexão sobre o desenvolvimento das competências comunicativas, inter-relacionais e dialógicas; Avaliação em cenários da comunidade: promove o desenvolvimento de competências dialógicas, do pensamento crítico a respeito das realidades sociais e de saúde da população, e o desdobramento dos conhecimentos estudados em vivências práticas; Avaliação compartilhada das produções: possibilita a reflexão sobre os conhecimentos teóricos a partir das práticas interativas em diferentes cenários da comunidade.

Sendo assim, foram estruturadas três dimensões avaliativas focadas em habilidades, atitudes e conhecimentos, sob a perspectiva do mediador, dos estudantes e de todos os participantes da UC (Figura 1).

Figura 1 - Síntese do processo avaliativo mediador, multifonte e contínuo, implementado na UC



TRABALHO EM EQUIPE (O MEU OLHAR E O OLHAR DOS PARES)

As premissas do trabalho coletivo e da aprendizagem interdisciplinar que permeiam os objetivos da UC e que são valorizados pela metodologia escolhida passam, então, a ser objetos de





observação. A partir das atitudes e das habilidades que os estudantes podem desenvolver durante os momentos de construção coletiva nos grupos interprofissionais foi possível a elaboração e a aplicação de um instrumento avaliativo voltado à avaliação entre pares e à autoavaliação. Esse instrumento permitiu aos estudantes expressassem suas percepções sobre os comportamentos observáveis no trabalho em equipe (de seus colegas e de si próprios) e foi composto por critérios como: embasamento teórico e preparo prévio às discussões do grupo, escuta respeitosa e comunicação clara sobre seus posicionamentos, disponibilidade para tarefas do grupo e busca de informações relevantes, além da participação ativa no preparo de materiais/estruturas necessárias para a realização da ação extensionista e proposição de soluções integrativas e colaborativas para os desafios encontrados.

AValiação em Cenários da Comunidade (O Olhar do Mediador)

Com o intuito de monitorar e subsidiar o desenvolvimento da comunicação dialógica, da responsabilidade social, da interprofissionalidade e demais atributos e saberes envolvidos na extensão por parte dos estudantes e em intercâmbio com a comunidade, foi elaborado um instrumento avaliativo por rubrica a ser preenchido pelos professores mediadores dos grupos.

O instrumento se baseou na adaptação da Escala de Avaliação da Colaboração Interprofissional em Equipe (Farias e Rossit, 2018) e nele os mediadores puderam registrar o progresso dos estudantes. Os critérios utilizados em sua elaboração avaliaram o desenvolvimento de uma comunicação colaborativa, ágil e responsável expressa por meio da escuta, da discussão empática, da transparência e por outros meios não-verbais. Também foram observados aspectos relacionados à responsabilidade social, tais como o



engajamento em benefício da comunidade, o pensamento voltado à sustentabilidade das propostas, e a adesão a princípios éticos e inclusivos nas ações e decisões. Por fim, os estudantes também foram avaliados quanto às decisões compartilhadas, a valorização de outros saberes e as habilidades colaborativas de trabalho em equipe (assumir tarefas com responsabilidade, estimular a inteligência coletiva, reconhecer méritos, reconhecer limites pessoais, saber pedir ajuda, tomar decisões e realizar devolutivas).

AValiação COMPARTILHADA DAS PRODUÇÕES (O OLHAR COLETIVO)

Os saberes teóricos que compõem o escopo da extensão universitária foram avaliados por um instrumento de questionário estruturado que foi respondido pelos educadores e pelas discussões e *feedbacks* realizados por docentes e discentes de outros grupos. Foram avaliados os conhecimentos alinhados às habilidades e atitudes e expressos por meio das produções de registros escritos (relatórios) e do compartilhamento no formato de apresentação das ações extensionistas realizadas em cada cenário parceiro da UC. Essa avaliação abordou a estrutura do relatório, a contextualização, os objetivos, a relevância, a metodologia e os resultados das propostas dos grupos. Além disso, na questão metodológica avaliada, se considerou o embasamento teórico do processo de planejamento da ação extensionista, a possível relação com os ODS, as informações levantadas sobre a realidade local, as etapas de execução da proposta. Já nos resultados, foram considerados os eventos mais significativos na implementação da proposta, o processo de divulgação, os indicadores de impacto na comunidade e a visibilidade da parceria entre a FMB-Unesp e a comunidade local.

AGRADECIMENTOS

Ao Núcleo de Apoio Pedagógico da Faculdade de Medicina de Botucatu-Unesp, em especial às educadoras Renata Maria Zanardo Romanholi, Denise Moreira Zornoff e Sumaia Inaty Smaira pela formação, pelo suporte técnico e, sobretudo, pela amizade que possibilitaram tamanho aprendizado refletido neste capítulo.

REFERÊNCIAS

BORGES, M. C. *et al.* Avaliação formativa e feedback como ferramenta de aprendizado na formação de profissionais da saúde. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 47, n. 3, p. 324-331, 2014.

FARIAS, E. P.; ROSSIT, R. A. S. Adaptação transcultural e validação estatística do Assessment of Interprofessional Team Collaboration Scale II. **Revista Científica Ágape**, Maringá, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2018.

GRILLO, M. C.; GESSINGER, R. M. **Por que falar ainda em Avaliação?** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 130 p.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação mediadora**: uma prática da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 1993. 160 p.

LOCKYER, J.; SARGEANT, J. **Introduction to MCC 360**: a multi-source feedback initiative - national guidelines. Ottawa: Medical Council of Canada, 2017.

LUCKESI, C. C. **Avaliação em educação**: questões epistemológicas e práticas. São Paulo: Cortez Editora, 2022. 232 p.

PERRRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999. 184 p.

WIGGINS, G.; MCTIGHE, J. **Planejamento para a compreensão**: alinhando currículo, avaliação e ensino por meio da prática do planejamento reverso. Porto Alegre: Penso, 2019. 384 p.



12

*Adriano Paulo Aparecido Pereira Oliveira
Jacqueline Costa Teixeira Caramori*

AVALIAÇÃO DA AÇÃO EXTENSIONISTA COMO PRÁTICA FORMATIVA E COLETIVA



A avaliação no contexto da extensão universitária vem sendo compreendida como parte constitutiva da formação, não como um fim em si. Quando pensada em consonância com a pedagogia do compromisso social, a avaliação ganha dimensões de escuta, corresponsabilidade e reconstrução de saberes. No âmbito da disciplina obrigatória “Extensão Universitária na Saúde”, ofertada aos cursos de Enfermagem e Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu (UNESP), foi implementado um processo avaliativo que acompanhou a trajetória de 120 estudantes, organizados em dez grupos e distribuídos em diferentes cenários extensionistas, sob a supervisão de educadores.

Ao longo da disciplina, o processo avaliativo foi desenhado a partir de critérios orientadores como: comunicação dialógica, entendimento da responsabilidade social, reconhecimento da interprofissionalidade e outras habilidades almejadas para a atuação em projetos da sociedade. A partir deles, pode-se trabalhar a avaliação e a formação de forma contínua, promovendo vínculos potentes entre saberes acadêmicos e realidades comunitárias.

A avaliação da ação extensionista, quando concebida como parte indissociável do processo formativo, constitui-se em espaço privilegiado de escuta, reflexão e transformação.

O quadro 1 mostra os eixos comunicação dialógica, responsabilidade social, interprofissionalidade e habilidades formativas — que se alinham aos princípios defendidos por Freire (2019), compreendendo a educação como prática de liberdade, fundada no diálogo, na escuta e no compromisso ético com os contextos históricos concretos.

Quadro 1 - Os quatro grandes eixos que fundamentam o modelo esperado de ação extensionista, ancorado em uma perspectiva emancipatória da avaliação

Comunicação dialógica	avaliada em sua capacidade de criar escuta, empatia e mediação entre saberes diversos.
Responsabilidade social	compreendida como eixo central da atuação universitária em territórios marcados por desigualdades.
Interprofissionalidade	promovida nas interações entre estudantes de diferentes cursos e nas alianças com trabalhadores e usuários dos serviços.
Habilidades formativas	como planejamento, escuta ativa, produção escrita, devolutiva à comunidade e uso de referenciais teóricos.

COMO AS AÇÕES EXTENSIONISTAS TÊM SIDO AVALIADAS

As ações desenvolvidas por cada grupo foram acompanhadas desde o planejamento até a etapa final, em um percurso de oito semanas. A cada etapa, os educadores supervisores promoveram momentos de análise e registro, com base em indicadores previamente definidos, como: número de pessoas alcançadas, qualidade da interação com a comunidade, articulação com os ODS, desafios enfrentados, capacidade de escuta e adaptação.

A construção dos relatórios finais pelos grupos foi guiada por uma estrutura comum e pela valorização de elementos como a sistematização da experiência e a reflexão crítica. Esses documentos foram posteriormente apresentados em evento de encerramento, estando alguns grupos com participação da comunidade.

AVALIAÇÃO ENTRE PARES

Cada grupo teve seu relatório lido e comentado por um professor que não participou diretamente da supervisão do grupo. Essa leitura gerou uma devolutiva formativa e uma nota, segundo os critérios padronizados. Além disso, os grupos foram convidados a avaliar as apresentações uns dos outros, exercitando a escuta, o feedback construtivo e a postura ética.

CRITÉRIOS FORMATIVOS CONSIDERANDO QUE AVALIAR É PARTE DA FORMAÇÃO

Compreender a avaliação como um dispositivo pedagógico é reconhecer sua potência não apenas para medir resultados, mas para alimentar processos formativos contínuos e coletivos. Avaliar, nesse contexto, significa acompanhar criticamente as experiências, reconhecer sentidos. A proposta adotada na disciplina buscou articular avaliação e formação como dimensões indissociáveis, em que os estudantes não apenas foram avaliados, mas também convidados a participar ativamente dando devolutivas e comentando sobre a sistematização das aprendizagens. Segundo Azevedo (2008), a avaliação é parte integrante do processo de ensino-aprendizagem e deve ser concebida como prática dialógica, reflexiva e transformadora.



Quadro 2 - Critérios Utilizados para Avaliação das Ações Extensionistas

DIMENSÃO AVALIADA	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO
Contexto	Importância social do tema abordado
Objetivos	Clareza e relevância da proposta
Metodologia	Coerência entre planejamento, ODS, organização e comunidade
Desenvolvimento das atividades	Efetividade, vínculo comunitário e integração com os ODS
Resultados	Alcance, impacto, visibilidade para instituição e comunidade
Referências	Qualidade da escrita e fundamentação teórica apropriada

REFLEXÕES DO MODELO DE AVALIAÇÃO CONTRIBUINDO PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA E CIDADÃ

A vivência deste modelo de avaliação, quando compreendido como parte de um processo vivenciado, contribuiu diretamente para a formação de estudantes comprometidos com a realidade que foram apresentados. Esse momento em que os estudantes observam seus próprios percursos, revisitando os cenários em que atuaram e a ação que realizaram, tornou-se um exercício de autoconhecimento sobre o próprio processo de aprendizagem. A devolutiva pública e a articulação entre teoria e prática promoveram o desenvolvimento de competências e de habilidades relacionais indispensáveis à prática em sociedade. Dessa forma, a avaliação revelou-se não apenas instrumento pedagógico, mas também exercício de responsabilidade cidadã, tal como citado por Gadotti (2017), ao afirmar que a extensão universitária deve contribuir para a transformação do estudante em sujeito político e socialmente implicado.

DESAFIOS E LIMITAÇÕES

Apesar da potência do processo avaliativo adotado, o tempo reduzido de duração da disciplina revelou-se um desafio significativo. A experiência extensionista, por sua natureza, demanda escuta paciente, construção de vínculos e maturação coletiva das ações, o que nem sempre foi plenamente possível em um período de apenas oito semanas. Essa limitação impactou especialmente a continuidade das estratégias iniciadas, a devolutiva à comunidade e o aprofundamento das análises nos relatórios finais.

Além disso, o curto tempo dificultou o acompanhamento longitudinal dos efeitos gerados pelas intervenções e a realização de ciclos avaliativos mais densos. Ainda assim, a proposta revelou-se fecunda ao estimular reflexões críticas e processos de escuta e sistematização que podem se estender para além do calendário letivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliar uma ação extensionista é mais do que aferir resultados: é reconhecer caminhos, processos e encontros que atravessam a formação em saúde. Neste capítulo, compartilhamos a construção de um modelo avaliativo que buscou romper com práticas meramente classificatórias, assumindo a avaliação como um dispositivo formativo, ético e político.

A experiência com 120 estudantes e dez cenários revelou a potência de critérios orientadores como comunicação dialógica, interprofissionalidade e responsabilidade social na constituição de um processo avaliativo mais horizontal, reflexivo e ancorado nas realidades vividas. Apesar das limitações de tempo, a prática permite que



mesmo em ciclos curtos ocorra espaços de escuta, sistematização e partilha de saberes. As experiências narradas e avaliadas deixaram marcas tanto nos estudantes quanto nas comunidades, reiterando o papel da universidade pública como instituição que aprende com o território. Ao final, permanece a certeza de que avaliar é também um gesto de cuidado com os sujeitos em formação e com os mundos que desejamos transformar.

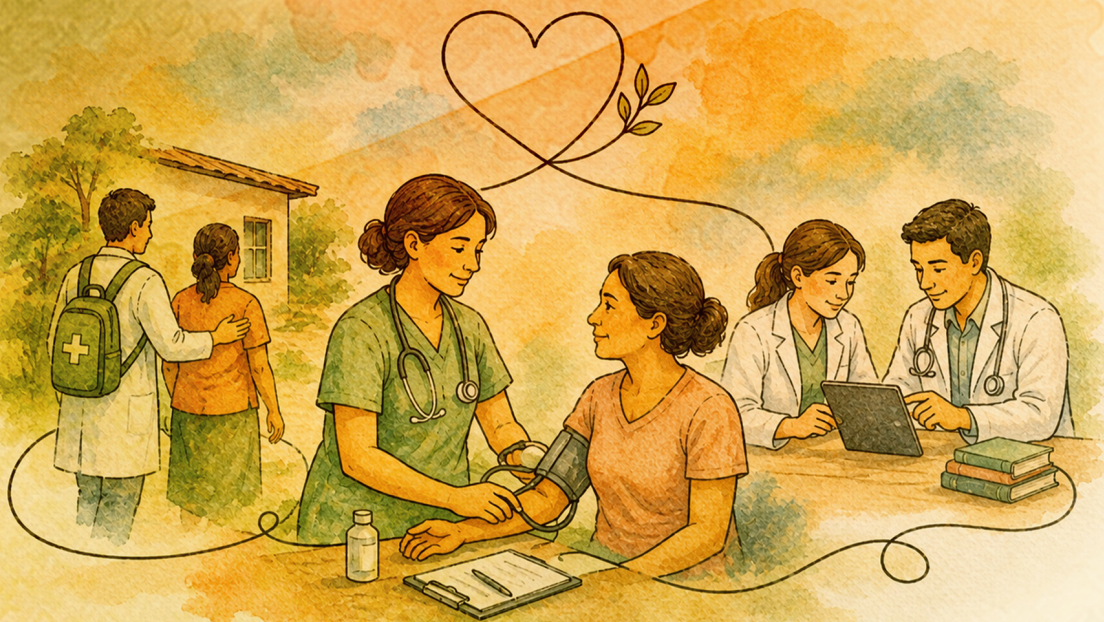
REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. J. F. **Avaliação**: uma prática em busca de sentido. Campinas: Papirus, 2008. 134 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. 256 p.

GADOTTI, M. **Extensão universitária**: para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.





Seção



VIVÊNCIAS DA EXTENSÃO EM ENFERMAGEM E MEDICINA

a verdadeira extensão universitária não se traduz em um ato de 'doação' ou 'invasão' cultural, mas em um processo genuíno de 'comunicação', de troca e diálogo horizontal entre saberes populares e científicos.

APRESENTAÇÃO

No cerne da extensão universitária emancipatória, tal qual defendida por Paulo Freire, a universidade e a comunidade se encontram em um diálogo horizontal para construir ações extensionistas. Nas vivências de estudantes de graduação em Enfermagem e Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu da Unesp os relatos seguem como testemunhos vivos dessa concepção, tendo como princípio fundamental promover a formação profissional engajada e interessada nas transformações sociais. Elas refletem a busca de escutas cuidadosas das comunidades e a construção conjunta de estratégias para o bem-estar.

A partir da análise dos relatos, é possível identificar eixos temáticos principais que interligam as diversas ações extensionistas, demonstrando a amplitude e os reflexos da curricularização da extensão na formação em saúde:

SAÚDE E BEM-ESTAR EM DIVERSOS CONTEXTOS

Este eixo abrange iniciativas voltadas diretamente à promoção da saúde física e mental, à educação para o bem-estar e à prevenção de doenças, adaptadas às necessidades específicas de diferentes públicos.





- **"Movimentos suaves, impacto profundo: Uma ação de extensão na APAPE com prática de Tai Chi Chuan":** Este relato descreve a promoção de práticas de Tai Chi Chuan na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAPE), visando o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos participantes. A ação apresenta a aplicação de terapias integrativas como ferramenta de promoção da saúde.
- **"Corpo, consentimento e conversa: a escola também é lugar!":** Desenvolvida na Obra Madre Marina Videmari, esta iniciativa focou na educação sexual para crianças, abordando o conhecimento do próprio corpo, desenvolvimento da puberdade e prevenção da violência sexual. Destaca a importância de romper preconceitos e promover a saúde integral em ambientes socioeducativos.
- **"Autismo, Alimentação e Acolhimento - Inclusão em Associação Portas Azuis":** A ação na Associação Portas Azuis abordou a seletividade alimentar em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por meio de um piquenique inclusivo e materiais educativos. Ressalta a importância do acolhimento e do cuidado nutricional para essa população, além de atividades que promoveram socialização.
- **"Promoção da Alegria em centro de convivência para idosos como ação extensionista":** Este relato descreve uma ação em um centro de convivência para idosos, focada na "Promoção da Alegria" e no bem-estar subjetivo. A iniciativa revelou como a extensão universitária pode ressignificar o contato com a comunidade, promovendo qualidade de vida e interações positivas para a pessoa idosa.

INCLUSÃO SOCIAL E ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE

Eixo que reúne projetos que buscam atuar diretamente com populações em situação de vulnerabilidade, oferecendo suporte, empoderamento e visibilidade, além de planejar ações educativas.

- **"Cultivando Pérolas de Sabedoria: Extensão Universitária na Promoção do Bem-Estar" e "Empoderamento e Inclusão Social: Experiência Extensionista no Projeto Pérola Negra":** Ambos os relatos descrevem ações na Associação Pérola Negra, que acolhe crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. As atividades incluíram reforço escolar, apoio psicológico, segurança alimentar e atividades culturais, visando afastá-los das ruas e capacitá-los para um futuro melhor.
- **"Cuidar, Ouvir e Dialogar:** Planejando ações educativas com adolescentes em acolhimento institucional»: Ação na Casa Ben Ammi Transitória (Associação El Shaddai) foi um processo de planejamento com adolescentes em situação de acolhimento institucional, aprendizado valioso sobre compromisso social, interprofissionalidade e comunicação dialógica.
- **"Vidas Visíveis: Cidadania e Dignidade para Pessoas em Situação de Rua":** Ação que focou na população em situação de rua em Botucatu, buscando promover cidadania e dignidade por meio de um olhar para o «Espaço Acolhedor». A iniciativa sublinha as desigualdades sociais e a necessidade de acesso a direitos básicos.





- **"Revitalização do Jardim Sensorial da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)":** Ação que aprimorou o jardim sensorial da APAE, proporcionando um ambiente terapêutico e inclusivo para pessoas com deficiência, reconhecendo suas potencialidades e promovendo a qualidade de vida.

SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SUSTENTÁVEL

Este eixo agrupa ações que abordam a questão da segurança alimentar e nutricional, bem como o desenvolvimento de comunidades através de práticas sustentáveis e apoio a cooperativas.

- **"Bancos de Alimentos: Caminhos para a Efetivação da Segurança Alimentar Sustentável":** O relato que explora o papel dos Bancos de Alimentos na garantia da segurança alimentar e nutricional, combatendo perdas e desperdícios de alimentos na cadeia produtiva. A experiência realça a importância desses equipamentos públicos na concretização do Direito Humano à Alimentação Adequada.
- **"Extensão participativa: Cuidado, Trabalho e Aprendizado com Pessoas Trabalhadoras da Cooperativa de Reciclagem":** A experiência na Cooperativa de Agentes Ambientais de Botucatu (COOPERAAB) promoveu cuidado, trabalho e aprendizado com os catadores. A ação enfatiza a integração entre cursos de enfermagem e medicina para desenvolver habilidades de comunicação, trabalho em equipe e pensamento crítico, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

As vivências aqui apresentadas ilustram a riqueza da extensão universitária na formação de profissionais de saúde mais humanos e conscientes de seu papel social, evidenciando a capacidade de construir soluções e promover o bem-estar em diversas frentes da comunidade. Ao ultrapassar os muros acadêmicos encontrou-se um horizonte emancipatório onde as vivências aqui relatadas foram se inserindo, tecendo uma rede de saberes e práticas, que o leitor vai conhecer...





**SAÚDE E BEM-ESTAR
EM DIVERSOS CONTEXTOS**

13

Sumaia Inaty Smaira

Leonardo Seiti Gossukuma

Anna Clara Nóbrega

Guilherme Teixeira Soares

Nathan de Abreu Gonçalves Caiafa da Silva Soares

MOVIMENTOS SUAVES, IMPACTO PROFUNDO:

**UMA AÇÃO DE EXTENSÃO NA APAPE
COM PRÁTICA DE TAI CHI CHUAN**

INTRODUÇÃO

A indissociabilidade entre atividades de ensino, pesquisa e extensão tem sido tema frequente na discussão sobre formação nas áreas da saúde, e está ligada à necessidade de responder à complexidade do modo de viver atual e sua influência no processo de adoecimento. O desafio é formar profissionais capazes de fazer uma escuta cuidadosa dos indivíduos, da comunidade considerando suas vulnerabilidades, seus conhecimentos e estratégias para enfrentá-las.

Estamos acostumados a um processo de formação em que o saber técnico científico ganha primazia diante do modo de viver das pessoas e de suas comunidades, e dessa forma orientar todo processo de cuidado e tratamento. A inclusão das atividades de extensão nos currículos é uma forma de romper com esse paradigma e possibilitar a aproximação entre os saberes acadêmicos e os da sociedade com o objetivo de construir estratégias para promoção de bem-estar e saúde, prevenção de adoecimento e tratamento quando a doença surge.

A Faculdade de Medicina de Botucatu dentro do seu projeto de curricularização da extensão criou uma disciplina cujo objetivo é discutir os conceitos e diretrizes da extensão e propiciar aos alunos a vivência da construção de uma ação de extensão.

Apresentamos nas próximas páginas a experiência de um grupo de 13 alunos dos cursos de enfermagem e medicina na elaboração de uma ação junto a Associação de Pais e Amigos das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (APAPE)



NOSSO CENÁRIO...

A APAPE é uma instituição sem fins lucrativos criada em 2000 a partir da iniciativa de um grupo de pais de crianças portadoras de algum tipo de deficiência que necessitavam de abordagens de cuidado além das ofertadas pelo sistema de saúde. Instalada inicialmente em uma casa, viu gradativamente a demanda crescer e a partir de convênio com a prefeitura em 2017 transferiu suas atividades para o Centro de Inclusão, uma estrutura recém-construída ao lado do Ginásio Municipal de Botucatu. A nova estrutura possibilitou ampliar as ações no cuidado de portadores de deficiência físico-motora e intelectuais, passando do atendimento de 35 crianças em 2000 para cerca de 10.000 atendimentos mensais em 2024.

A instituição oferece serviços de reabilitação com atividades de fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, odontologia para crianças com transtorno do espectro autista, hidroterapia/hidroginástica, equoterapia, Yoga, Zumba, entre outros sempre de forma gratuita e articulada com o sistema de saúde do município. A equipe multidisciplinar composta por psicólogos, fonoaudiólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, dentistas e assistente social, atende os pacientes encaminhados pelas Unidades Básicas de Saúde (UBSs).

O Centro de Inclusão conta com instalações administrativas, salão de fisioterapia, piscinas aquecidas, espaço para eletroestimulação e cinesioterapia, salão de jogos, yoga, consultório odontológico e um auditório.

Os espaços do Centro de Inclusão também são utilizados por outras instituições sem fins lucrativos que tem por objetivo a promoção do bem-estar e a inclusão social de pessoas com alguma vulnerabilidade. A Bethel é uma destas instituições que faz parceria com a APAPE para o desenvolvimento de algumas atividades como Yoga.

NOSSOS PRIMEIROS PASSOS...

As primeiras ações foram visitas à instituição para conhecê-la, entender seus objetivos, a população atendida, as atividades e cuidados oferecidos, a forma de encaminhamento e a relação com os outros equipamentos de assistência do município.

A partir destas informações identificou-se um grupo de usuários que participa das aulas de Yoga oferecidas pela Bethel nos horários destinados às atividades da disciplina. Com autorização dos coordenadores, os pacientes foram entrevistados com o objetivo de conhecer os motivos para frequentarem a atividade, a importância dela para sua vida e o interesse em participar de uma atividade coordenada pelos alunos.

Os dados deste levantamento mostram que a maioria dos usuários desta atividade são idosos com alguns problemas de saúde e que buscam nesta prática bem-estar físico e mental.

A partir destes dados e levando em consideração o interesse deste grupo de usuários em práticas voltadas ao relaxamento do corpo e da mente, como Yoga. O tempo disponível para realização de uma ação com um perfil parecido de resultados e o fato de ter entre os alunos um instrutor de Tai Chi Chuan a proposta apresentada às instituições (APAPE e Bethel) foi uma aula de Tai Chi Chuan. A proposta foi discutida com a professora de Yoga que prontamente se colocou à disposição dos alunos e ajudou na divulgação.

UMA PRÁTICA INTEGRATIVA...

O Tai Chi Chuan, conhecido como “meditação em movimento”, é uma arte marcial chinesa que se utiliza de técnicas de respiração e de movimentos leves e de baixo impacto, por isso indicado





para todas as idades para promover saúde mental e física, assim como melhorar a atenção, a cognição, a consciência corporal, a flexibilidade, a força muscular, o equilíbrio, contribuindo para redução do estresse e da ansiedade, além de resultar em melhor disposição e energia (Grugel, 2010; Cabral *et al.*, 2023; Chou *et al.*, 2004).

Conforme proposto pela Disciplina de Extensão, as ações realizadas no cenário escolhido deveriam atender pelo menos um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ODS - ONU) em 2015 como parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esses objetivos têm como finalidade enfrentar os principais desafios globais. A prática de Tai Chi Chuan atende a ODS 3- Saúde e bem-estar que visa garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as idades.

A PREPARAÇÃO...

Para a realização da atividade proposta para a unidade curricular, foram realizadas reuniões ao final de cada aula, juntamente com uma pesquisa de interesse entre os usuários da APAPE. Com base no interesse demonstrado pelos participantes foi proposta uma prática integrativa de Tai Chi Chuan, uma arte marcial originária da China, caracterizada por movimentos fluidos e controlados, associados a técnicas de respiração. De baixo impacto, essa prática é recomendada para pessoas de todas as idades devido aos seus inúmeros benefícios para a saúde física e mental.

A atividade foi precedida de preparação dos alunos com discussão a respeito do Tai Chi Chuan e os seus benefícios no

bem-estar físico e mental, e a apresentação da sequência de ações e movimentos que envolvem a prática. As orientações foram dadas por um dos alunos que é praticante de Tai Chi Chuan.

O ENCONTRO...

Na data combinada o grupo recebeu os usuários e a professora de Yoga na sala em que as atividades são realizadas e apresentou o que é o Tai Chi Chuan e seus benefícios e o plano traçado para atividade. Foi discutida a possibilidade de registro da atividade em vídeo e fotos ao que todos consentiram.

A atividade teve início com uma série de movimentos de pouco impacto que possibilitam o aquecimento e alongamento, ao mesmo tempo em que trabalharam a propriocepção - exigindo equilíbrio e controle do tônus muscular. Em seguida foram realizadas diversas técnicas de respiração que exigem controle ativo dos movimentos de inspiração e expiração, contribuindo para o foco e para a ativação do sistema nervoso parassimpático. Uma diversidade de técnicas que envolvem sincronização da respiração com movimentos dos membros e do tronco foram apresentadas e realizadas em conjunto pelo grupo.

A porção final da oficina foi dedicada à apresentação de algumas ações/sequências básicas Tai Chi Chuan. Os movimentos foram repetidos pelos usuários acompanhados de perto pelos demais alunos do grupo espalhados pela sala, auxiliando-os na realização de movimentos com maior complexidade de execução (por exemplo: posicionamento correto dos pés, direção do olhar e o sentido das analogias como “alisar a cauda do pássaro” e “espalhar a nuvem” que foram utilizadas para explicar a ação). Para o encerramento da ação



foi feita uma apresentação de Tai Chi Chuan pelo instrutor da oficina, acompanhada de música tradicional chinesa. Foi um momento de apreciar a arte e toda sua graciosidade, leveza e beleza.

O QUE FICA DA EXPERIÊNCIA...

O desenvolvimento desta ação extensionista permitiu que o grupo de alunos dos cursos de enfermagem e medicina vivenciar todo o processo de construção coletiva de um projeto extensionista passando pela ação planejada, a discussão da proposta com todos os envolvidos e a reformulação dela quando surgem impedimentos para sua execução. A ansiedade inicial, o medo de que a tarefa não seria realizada, a dúvida de como a proposta seria acolhida pelos usuários foi aplacada no momento da chegada de todos para a atividade e percepção de que as expectativas eram compartilhadas pelos dois grupos -estudantes e usuários. Ao final, o resultado foi muito satisfatório, com um feedback completamente positivo e solicitação de novos encontros e atividades como a praticada e que era desconhecida pela maioria.

Para além do oferecimento pontual de uma atividade extensionista, o grupo considera que não somente a ação em si, mas também o seu planejamento foram fundamentais para alcançar o objetivo de realizar uma ação de extensão. Outro ponto a se destacar é a possibilidade de formar profissionais da saúde que entendam seu compromisso para com a sociedade, e o respeito aos seus saberes na construção de processos de cuidado e tratamento.

Certamente, um único dia de prática de Tai Chi Chuan ou outra prática integrativa não é suficiente para promover promoção, prevenção e tratamento, mas abre espaço para discussão da inclusão, de forma sistemática e contínua no sistema de saúde e em outros setores.

AGRADECIMENTOS

Este é o relato de uma ação construída coletivamente e que contou com a contribuição de muitos atores: todos os alunos do grupo, a coordenação da APAPE, a professora de Yoga da Bethel e seus alunos. A todos os nossos sinceros agradecimentos.

Alunos: Giovanna Almeida da Silva; Lucas Tavares Garcia; Sophia Daleffe Aires; Davi Bortolozzi Mendes; Luan Gabriel Gaspar Lameiro; Sarah Liranco Lobo; Davi Borges Pacífico; Laura Ramos de Carvalho; Maria Aparecida de Oliveira; Juliana Mello Monteiro de Souza.

Coordenação da APAPE: Mônica Orsi e Danielle Corti.

Bethel: Fernanda Takahashi e Ana Paula Chavasco Brant de Carvalho.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, A. **Tai Chi**: guia para principiantes. São Paulo: Universo dos Livros, 2011.

CABRAL, A. M. E. *et al.* A prática terapêutica do Tai Chi Chuan em um serviço de referência em práticas integrativas e complementares. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. e220457pt, 2023.

CHOU, K.-L. *et al.* Effect of Tai Chi on depressive symptoms amongst Chinese older patients with depressive disorders: a randomized clinical trial. **International Journal of Geriatric Psychiatry**, Chichester, v. 19, n. 11, p. 1105-1107, 2004.

KOWK, C.; YING, E. **Tai Chi Chuan**. São Paulo: BaranyEditora, 2020.

ZHANG, S. *et al.* The effect of Tai Chi Chuan on negative emotions in non-clinical populations: a meta-analysis and systematic review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Basel, v. 16, n. 17, p. 3033, 2019. DOI 10.3390/ijerph16173033.

14

Maria Eduarda da Costa Mangialardo

Laura Fonte Boa Ramalho

Sabrina Simões Rodrigues

Alice Yamashita Prearo

Miriam Hashimoto

CORPO, CONSENTIMENTO E CONVERSA:

A ESCOLA TAMBÉM É LUGAR!



Dentro de uma disciplina acadêmica de Extensão Universitária em Saúde, um grupo de alunos do 1º ano de Medicina e Enfermagem da FMB-UNESP e de médicas pediatras aceitaram o desafio de realizar uma atividade de extensão universitária na Obra Madre Marina Videmari sobre o tema da educação sexual com enfoque no conhecimento do próprio corpo - abordando o desenvolvimento da puberdade e da sexualidade - e também na prevenção à violência sexual, tópico muito relevante, dado o histórico de violência em que as crianças da região estão inseridas. A escolha do tema partiu de discussões e reflexões com os profissionais que atuam na Obra Madre Marina em que se destacou a importância de romper com os preconceitos associados à sexualidade, discutir as transformações corporais na puberdade e o cuidado com a higiene corporal, de forma que a ação extensionista teve como fundamento a promoção da saúde por meio de atividades que envolviam uma tomada de consciência sobre a temática proposta.

A Obra Madre Marina Videmari, instituição socioeducativa particular desde 1997, é mantida pela Associação Santa Marcelina em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Botucatu, propõe educação de qualidade e desenvolvimento de múltiplas habilidades no Ensino Infantil e Fundamental I às crianças de famílias de baixa renda que vivem no bairro Vila Real.

A instituição conta com uma equipe multiprofissional de professores, diretores, psicóloga, auxiliar de enfermagem e dentista. Além de possuir uma infraestrutura sólida, com salas de aulas estruturadas, quadras, sala de música, informática, artes, brinquedos, enfermaria equipada, consultório odontológico, fábrica de uniforme, entre outros.

Entretanto, apesar da escola conseguir fornecer uma boa base para as crianças, os profissionais do projeto relataram a dificuldade de abordar temas relacionados às transformações na puberdade e à educação sexual. Visto isso, o público-alvo da ação extensionista foram alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental I (9 a 11 anos), faixa etária em que estão iniciando o processo de maturação sexual embora o tema esteja incluído na Base Nacional Comum

Curricular (BNCC) brasileira, ainda apresenta grandes interditos e desinformações associados, decorrentes de uma tradição histórica e uma perspectiva religiosa.

A organização da atividade de extensão universitária em saúde foi focada na forma de uma ação dialógica, a qual se baseia em um processo de conscientização, mudança e transformação por uma filosofia emancipatória dos sujeitos. Para estabelecer esse modelo, os discentes e docentes da UNESP optaram por realizar várias visitas no local para a criação de um vínculo com a comunidade - profissionais e crianças - conhecer as instalações e suas necessidades. As demandas surgiram após escutas ativas, em roda de conversa, com professoras das turmas de 4º e 5º ano, com a psicóloga Andréia Nobile, auxiliar de enfermagem Fernanda Rodrigues e a diretora Raquel Dorini (Figura 1), destacando-se “explicar as alterações do corpo na puberdade”, como nascem os bebês, cuidados com a higiene pessoal, dentre outros. E conseqüentemente, elaboraram-se ações que pudessem abordar estes temas com os alunos de três turmas, totalizando 75 crianças de forma interativa, visando uma participação ativa dos alunos.

Figura 1 - Reunião com equipe multiprofissional





O projeto se alinhou com alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, na promoção à saúde, bem como na educação; são eles: *ODS 3 - Saúde e Bem-Estar*: na discussão do autocuidado corporal, prevenção à violência sexual e mudanças corporais na puberdade, visando a promoção da saúde das crianças, com benefícios indiretos à comunidade, uma vez que essas crianças levam para casa tais informações. *ODS 4 - Educação de Qualidade*: uso de métodos educativos dinâmicos, interativos na abordagem de temas sensíveis com as crianças, visando educação sexual inclusiva e equitativa, mesmo em um contexto de vulnerabilidade social. *ODS 10 e 16 - Redução das Desigualdades e Paz, Justiça e Instituições Eficazes*: ao atuar em uma região de periferia e com fragilidade social, as ações oferecem oportunidades de aprendizado, prevenção à violência sexual como a promoção de um ambiente seguro e informativo para as crianças, relacionando-se diretamente à construção de uma sociedade mais igualitária, justa e pacífica. *ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação*: a colaboração entre a universidade, a escola e a comunidade local exemplificam a importância de parcerias para alcançar os objetivos propostos. Em síntese, esses esforços mostram como as ações locais podem ter um impacto significativo no avanço da Agenda 2030, promovendo mudanças positivas e sustentáveis na comunidade.

As atividades ocorreram sob o formato de três oficinas educativas simultâneas, (Figura 2)¹ com rotação entre as crianças, envolvendo duas turmas do 4º e uma do 5º ano do período vespertino, organizadas pelo grupo de discentes da UNESP, sob o acompanhamento e supervisão de docentes de pediatria da FMB-UNESP.

1

Declaramos que todos os rostos expostos foram devidamente autorizados para divulgação, aqueles para os quais não foi possível obter autorização prévia foram devidamente censurados.

Figura 2 - Realização das Oficinas Propostas





A Oficina 1 trabalhou a questão da higiene e prevenção à violência sexual, a partir de um jogo de perguntas e respostas utilizando placas individuais com "sim" e "não", com os alunos respondendo às perguntas apresentadas em slides. Exemplos de perguntas: "Espremer espinha?"; "Contar a alguém em quem confio que me sinto desconfortável com o toque de outro?". Essa dinâmica permitiu que as crianças falassem sobre o tema, trazendo questões e histórias pessoais, além de como seus pais e responsáveis alertavam em casa sobre a violência sexual, sobre os perigos da internet e hábitos de higiene.

A Oficina 2 abordou as transformações e mudanças corporais na puberdade em grupos de meninos e meninas separadamente, na forma de roda de conversa, com o objetivo de apresentar essas mudanças e esclarecer dúvidas, baseado no conhecimento prévio das crianças. No grupo das meninas foi abordado higiene durante esse período, uso correto de absorventes e mudanças comportamentais e corporais decorrentes da tensão pré-menstrual. Também, discutiu-se as alterações corporais como crescimento de pelos, mudanças nas mamas, alargamento do quadril, mudanças na pele (espinhas) e transpiração excessiva e cuidados com higiene pessoal como limpeza correta das partes íntimas e uso de antitranspirantes. O grupo dos meninos também dialogou sobre mudanças corporais como crescimento de pelos, aumento do suor, odor e mudanças na voz e especificamente sobre alterações e características do pênis e testículos, assim como questões sobre masturbação, privacidade e respeito ao corpo alheio. A higiene foi abordada no cuidado da pele, partes íntimas e axilas.

Por fim, a Oficina 3, que objetivou responder perguntas contidas em uma "caixinha de dúvidas" sobre sexualidade e transformações corporais, perguntas elaboradas pelas crianças, de forma anônima. As crianças e professoras foram orientadas sobre a dinâmica e o prazo de retirada da caixinha (uma semana). As perguntas foram lidas, analisadas e selecionadas. Surgiram diversas perguntas, dentre



elas: *-Existe idade para namorar? - Por que meninas são mais baixas do que meninos? - O que é fimose? - De onde vêm os bebês?* Grupos mistos de meninas e meninos de cada turma, alunos da Unesp, sob supervisão das pediatras, foram formados para a dinâmica das respostas, momento em que surgiram outras perguntas, por exemplo, - e se a “camisinha” rasgar? que foram prontamente respondidas.

Durante as atividades de Educação em Saúde² alguns aprendizados foram significativos para os estudantes de enfermagem e de medicina: observar e analisar em tempo real as reações das crianças de diferentes faixas etárias e o cuidado com o uso das palavras e exemplos para responder aos questionamentos de forma clara e cuidadosa para não constranger nenhum dos grupos. Além disso, a participação da auxiliar de enfermagem, dos professores, da psicóloga e da diretora foi fundamental durante o processo de planejamento das oficinas, de sua realização e no *feedback* da equipe sobre as diferentes atividades.

Após a realização das atividades, cumprimos os objetivos de dialogar sobre tópicos de higiene, prevenção contra a violência sexual, iniciação sexual, bem como sanar as dúvidas dos alunos, atendendo às premissas da educação dialógica, uma vez que o modelo de oficinas adotado abriu espaço para as crianças da escola se expressarem, serem ouvidas e compartilharem o que já sabiam sobre esses assuntos. São pontos de destaque nas atividades de extensão: oportunidade de aprender mais sobre a escola, vivenciar alguns momentos com os alunos, exercitar a comunicação dialógica com os alunos e diferentes profissionais que atuam na escola e aplicação de metodologias ativas de aprendizagem durante a intervenção com as crianças.

2

Vale ressaltar que a participação dos alunos no projeto não foi obrigatória e foi realizada mediante a permissão dos pais e aprovação da diretoria da escola. Houve também cuidado para que o projeto estivesse de acordo com os valores da escola e da comunidade.



As discussões propostas permitiram ampliar as perspectivas sobre saúde e bem-estar na vida dessas crianças. Ao término das oficinas, conversamos com a enfermeira e a psicóloga da escola, que disseram estar satisfeitas com as atividades realizadas e esperavam um efeito positivo sobre as demandas apresentadas pelas professoras. Foi fundamental compreender que a complexidade da temática exige ação e reflexão de forma contínua com o comprometimento de todos, sendo o trabalho realizado apenas em um momento de todo um processo educativo onde a cultura e os saberes dos educandos devem ser valorizados. Por fim, as coordenadoras salientaram que a escola estaria de portas abertas para projetos futuros em parceria com a Universidade. Portanto, consideramos que tal ação extensionista impactou positivamente a comunidade e estreitou os laços entre a Unesp e a Obra Madre Marina.

Dessa maneira, em um exercício de pensamento, a universidade pública tem um papel fundamental na transformação social, e sua responsabilidade vai além da formação acadêmica: ela deve devolver à comunidade os frutos do saber produzido por meio de ações de aprimoramento de saberes sobre a saúde coletiva. Nesse sentido, as atividades de extensão universitária, como o oferecido às crianças sobre educação sexual, baseados na pedagogia libertadora de Paulo Freire ganham uma dimensão ainda mais potente.

Ao adotar a perspectiva da “educação bancária” como algo a ser superado, a universidade se compromete com um processo dialógico, em que o conhecimento não é depositado, mas construído coletivamente com a comunidade e com profundo respeito à cultura local. Assim, o ambiente universitário envolto por essa lógica deve exercer seu protagonismo em contribuir para a transformação da realidade social.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a participação dos alunos: Daniel Yuuki Kishimoto, Eduarda de Souza Martins, Gustavo Gramoline Pacheco da Cunha, Henrique Reis Cardoso, Leonardo Campos Junqueira, Pedro Moryta Lopes, Samira Gonçalves de Oliveira e Vinícius Tadeu Margaria; aos profissionais da Obra Madre Marina na construção e execução das atividades de extensão e às crianças que participaram com entusiasmo das atividades propostas.

REFERÊNCIAS

CABRAL, R.; GEHRE, T. (org.). **Guia Agenda 2030**: integrando ODS, educação e sociedade. São Paulo: Unesp, 2020.

FIGUEIREDO, M. F. S.; RODRIGUES-NETO, J. F.; LEITE, M. T. S. Modelos aplicados às atividades de educação em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 63, p. 117-121, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 144 p.

LINS, D. B. *et al.* Dificuldades da educação sexual nas escolas: como enfrentar esse tabu social? *In*: JOIN ENCONTRO BRASIL-PORTUGAL DE JOVENS PESQUISADORES, 6, 2019, Campina Grande (PB). **Anais** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/57589>. Acesso em: 30 abr. 2025.

MIRANDA, J. C.; CAMPOS, I. C. Educação sexual nas escolas: uma necessidade urgente. **Boletim de Conjuntura** (BOCA), Boa Vista, v. 12, n. 34, p. 108-126, 2022.

SANTA MARCELINA. **Madre Marina Videmari**. Botucatu: Santa Marcelina, [2025?]. Disponível em: <https://www.santamarcelina.edu.br/escolas-socioeducacionais/nossa-historia/madre-marina-videmari/>. Acesso em: 1 maio 2025.

15

*Taciana de Albuquerque Pedrosa Fernandes
Débora Avellaneda Penatti*

AUTISMO, ALIMENTAÇÃO E ACOLHIMENTO: INCLUSÃO EM ASSOCIAÇÃO PORTAS AZUIS

A ASSOCIAÇÃO PORTAS AZUIS

A Associação Portas Azuis - “Autismo em ação” é uma entidade sem fins lucrativos que busca o acolhimento, o bem-estar e a garantia dos direitos da família e da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Atualmente 350 crianças e adolescentes com TEA ou em investigação diagnóstica são assistidos pela Associação, assim como seus pais, familiares e/ou responsáveis. Focada em famílias vulneráveis, a associação busca ajudar os pais a entenderem as características específicas de cada criança, especialmente aquelas sem laudo diagnóstico. Por meio da entidade, a comunidade tem acesso a psicólogos, psicopedagogos, professor de música, médico neurologista pediatra, dentre outros profissionais parceiros.

Na Associação, as crianças participam de aulas de musicalização, com foco pedagógico, que ajudam no comportamento e sociabilidade. E em parceria com a Associação de Deficientes Físicos de Botucatu (ADEFIB), algumas crianças fazem atividades como natação, ajudando a melhorar a qualidade do sono, e xadrez, que desenvolve raciocínio lógico. Há planos de iniciar um projeto de equoterapia em colaboração com a Unesp.

A Associação foi fundada em 2018, e em 2022 a prefeitura de Botucatu cedeu um imóvel para instalação da sua sede, que está localizado no centro da cidade. A sede é um imóvel antigo com cômodos que foram adaptados para os atendimentos a essa comunidade. O prédio não possui infraestrutura adequada, por não ter sido arquitetada para a finalidade a que se propõe. Sendo dividida em cômodos pequenos, onde estão localizadas sala da coordenadora, sala de música, recepção, consultório de atendimentos específicos. Mas, apesar de pequenos, esses cômodos são bem aproveitados conforme as necessidades.

Com a disciplina de Extensão Universitária da Faculdade de Medicina de Botucatu, Unesp, um grupo de alunos foi destacado para exercer seu papel na sociedade e executar atividades com essa comunidade. O grupo foi composto de quatorze alunos do primeiro ano dos cursos de Medicina e Enfermagem, orientados por duas professoras da Faculdade de Medicina, ambas Pediatras.

CONSTRUÇÃO DAS AÇÕES

A primeira atividade foi uma visita para conhecer o local, os funcionários, quais os objetivos da instituição e como eram realizados. Na ocasião, conhecemos, inclusive, algumas crianças e os pais/responsáveis que as estavam acompanhando. Fomos muito bem recebidos pela Assistente Social e Coordenadora da Associação, que tanto administra, quanto é o primeiro contato dos pais com a entidade. Ela é quem orienta quais são os passos necessários para as crianças adquirem os laudos diagnósticos e consultas, e ajuda até na questão dos direitos escolares, por exemplo. Foi dela de quem obtivemos mais informações das principais dificuldades e dúvidas enfrentadas pelas crianças, seus familiares e/ou responsáveis, e descobrimos que havia uma carência de profissionais da Nutrição e da Fonoaudiologia, para auxiliar as famílias. Ela nos explicou que crianças com TEA são geralmente muito seletivas acerca de certos alimentos, o que dificulta a receberem uma alimentação saudável, como também, muitos deles têm atraso/dificuldade na fala, sendo uma demanda das famílias o auxílio de Nutricionista e Fonoaudiólogo para orientações.

Nesse primeiro encontro conversamos com o professor de música, que após o atendimento a uma criança, nos explicou a importância da musicalização no processo de aprendizado dessas crianças e adolescentes. Também nos mostrou vários instrumentos musicais utilizados nas aulas, muitos deles construídos pelos





próprios alunos, com materiais recicláveis. E tivemos a oportunidade de conhecer três crianças assistidas pela Associação, cada uma com características singulares.

Ao final desse primeiro contato, alunos e professoras realizaram uma breve roda de conversa, para obter as impressões que cada um obteve para poder programar a próxima atividade.

O segundo encontro do grupo foi realizado numa sala de aula da Faculdade, quando foram levantadas todas as problemáticas e consideradas as demandas da comunidade para poder executar a ação dentro da Associação. Nessa reunião consideramos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluídos na Agenda 2030, nas quais basearíamos nossas ações (BRASIL, 2015).

Pensando nas informações obtidas na primeira visita a Associação, o grupo decidiu abordar a questão da seletividade alimentar, realizando um piquenique saudável para apresentar alimentos às crianças de uma forma diferente daquelas aos quais elas normalmente são expostas, de forma que eles pudessem lidar com essa seletividade de maneira lúdica. Outra ideia surgiu desse encontro, com objetivo de trazer um maior suporte às famílias e às suas necessidades, tentar intermediar um encontro entre a comunidade e profissionais de Nutrição e Fonoaudiologia.

A partir dessa reunião, foi elaborado um cronograma de atividades para os encontros seguintes. Dentre essas, realizar pesquisas e consulta de profissionais de Nutrição e Fonoaudiologia para elaborar ajuda às famílias.

O encontro seguinte foi novamente na Associação Portas Azuis, quando levamos as ideias a equipe e alinhamos como faríamos esse piquenique, qual espaço utilizaríamos e quais recursos dispúnhamos na Associação, o que precisaria levar e em qual horário faríamos. A coordenadora ficaria de comunicar as famílias. Então, com data marcada, todo o grupo se empenhou em estudar, pesquisar alimentos saudáveis, e sobre as particularidades que algumas



crianças com TEA apresentam, principalmente a seletividade alimentar, a dificuldade no aceite de algumas texturas e cores de alimentos.

E, o grande dia chegou, o piquenique foi elaborado a partir de ideias dos próprios alunos e com instrução de uma Nutricionista sobre a “escalada do comer”, que se caracteriza pelos 6 passos do ato de comer. Sendo eles: tolerar, interagir, cheirar, tocar, provar e engolir. O objetivo principal do piquenique foi que as crianças ali presentes, assim como seus pais/responsáveis, ficassem à vontade para o contato e para a experimentação de diversos alimentos apresentados de diferentes maneiras (Figura 1).

Foi utilizada uma estratégia totalmente inclusiva, pois mesmo aquelas crianças com seletividade quanto às texturas, mesmo que por curiosidade em montar o espetinho, tocaram o alimento e, alguns até provaram algumas frutas que já tinham sido oferecidas antes, mas anteriormente recusadas.

Nesse dia, além do piquenique, os alunos e os professores puderam conversar com alguns pais e crianças, recolher algumas dúvidas e entender um pouco mais sobre a seletividade alimentar e possíveis transtornos alimentares de suas crianças. Essa conversa tornou-se base para outra atividade a ser realizada pela equipe.

O cenário para esse piquenique foi a garagem da Associação. Mas todo o pátio e quintal do terreno foi utilizada pelas crianças, que após o piquenique, brincaram de bola e realizaram outras atividades com os alunos da Faculdade.

Foi uma tarde muito prazerosa para todos. Essa foi a **primeira ação** executada pelo grupo.

A **segunda ação** seria uma palestra com a Fonoaudióloga, para os pais/ familiares, mas com a presença – muito importante – de apenas duas mães, a palestra acabou se tornando um bate-papo interessante, quando todos puderam tirar as dúvidas, e tivemos a oportunidade de escutar relatos fortes sobre situações vivenciadas



pelas mães, alguns dele sobre o contato delas com profissionais da saúde que haviam sido totalmente negativo, havendo uma pujante falta de empatia durante os atendimentos, impactando a qualidade na qual ele deveria ter sido prestado.

A Fonoaudióloga tirou as dúvidas das mães presentes e explicou um pouco mais das características dessa neurodivergência como: dificuldade de comunicação, fala e interação social. O fonoaudiólogo é o profissional responsável por avaliar e reabilitar as funções relacionadas a respiração, sucção, mastigação, deglutição, expressão facial e articulação da fala. Atua ainda nas alterações neurofuncionais (que afetam não só a comunicação humana, mas a cognição) e nas questões sensoriais (habilidade auditiva).

Nesse mesmo dia ocorreu a **terceira ação** realizada pelo grupo na Associação, a entrega de um panfleto que continha a resposta às dúvidas dos familiares acerca da alimentação, além de esclarecimentos do TEA, dicas de alimentação (“Escalada do Comer”) e receitas dos alimentos oferecidos no piquenique (Figura 2). Esse material foi elaborado a partir das pesquisas realizadas pelos alunos e das orientações fornecidas pela Nutricionista.

Para a construção das primeira e terceira ações foram utilizadas: informações de artigos sobre TEA; a Agenda 2030, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 – Saúde e Bem-Estar, 4 – Educação de qualidade, e 10 – Redução das desigualdades; ensinamentos de uma Nutricionista, com experiência com crianças com TEA (BRASIL, 2015).

Os artigos utilizados para construção do conhecimento destacam que o contato direto com os alimentos exerce um impacto significativo na construção da familiaridade com esses, ressaltando a importância de oficinas culinárias que promovam essa interação direta (MAGAGNIN, 2021; OLIVEIRA, 2020). Em suma, contribuíram de maneira assertiva para a elaboração da ideia do piquenique com alimentos saudáveis e para abrir nosso olhar no tocante a estratégias

alimentares que facilitam o contato das crianças com os alimentos, bem como, com diferentes texturas, cheiros e sabores.

No que diz respeito os ODS, incluídos na Agenda 2030, nos quais foram baseadas as ações, é valioso mencionar a contribuição de cada um para o desenvolver das nossas ideias. Sendo assim, a principal relação estabelecida com o ODS 3, Saúde e Bem-Estar, é a abordagem sobre a seletividade alimentar e sua relevância diária na vida das crianças com TEA, além de algumas estratégias de como oferecer alimentos saudáveis de maneira diferente, possibilitadas através do piquenique realizado. Além disso, no ODS 4, Educação de Qualidade, é possível estabelecer relação com o compartilhamento de saberes entre a comunidade e a universidade, no qual houve esclarecimento de dúvidas respondidas por especialistas na área - nutricionista e fonoaudióloga. Por fim a conexão do ODS 10, Redução das Desigualdades, com as nossas ações estabelece-se principalmente na segunda atividade realizada, a palestra/ bate-papo com a fonoaudióloga, visto que o papel desse profissional para o bem-estar e inclusão dessas crianças e/ou adolescentes dentro da sociedade é muito significativo, e o contato das mães com a especialista possibilitaram a elas sanarem algumas dúvidas.

RESULTADO DAS AÇÕES

A atividade de Extensão, como relatado pelos próprios alunos, resultou na oportunidade de eles conhecerem melhor essas famílias e o contexto social no qual elas estão inseridas. Muitos pais relataram que descobrir o transtorno da criança foi uma surpresa e que a principal sensação era a insegurança em relação a como cuidar das crianças. Os pais não tinham preparo para lidar com as condições especiais da criança e não sabiam quais recursos utilizar do setor público. Assim, a participação da Associação Portas Azuis





na vida dessas famílias foi indispensável, pois apresentou um caminho a ser trilhado para buscar os direitos da criança.

E após o desenvolver das atividades de Extensão foi observado que a comunidade foi impactada através do contato com as diferentes estratégias alimentares e respostas a algumas dúvidas tiradas com a especialista em fonoaudiologia no bate-papo. Além disso, o folheto informativo sobre informes, direitos e estratégias alimentares relacionados ao TEA foi levado à Associação para ser distribuído aos responsáveis pelas crianças/adolescentes assistidos.

Acerca do que foi proporcionado a comunidade entende-se como uma ação positiva e proveitosa a todos, especialmente para os alunos e professores que foram impactados não só com as ações trabalhadas, mas também com todos os relatos dos responsáveis, possibilitando o aprendizado com cada palavra compartilhada.

Ou seja, o objetivo da extensão foi alcançado, a troca de saberes entre a Universidade e a comunidade. Além disso, por meio dessa interação com a comunidade, os alunos entenderam quanto o peso da postura deles, como futuros profissionais da saúde, exercem sobre a vida das pessoas. Bem como, o quanto uma comunicação empática e bem conduzida durante os atendimentos possui um significado de notória valia para os pacientes e até mesmo para seus respectivos acompanhantes.

Figura 1 - Piquenique inclusivo na Portas Azuis: crianças com TEA exploram alimentos saudáveis de forma criativa, reduzindo a seletividade alimentar



Figura 2 - Folder elaborado pelos estudantes, sobre esclarecimentos sobre o TEA, dicas de alimentação ("Escalada do Comer") e receitas do bolo oferecido no piquenique



TEA

Informes, direitos, estratégia alimentar

Você sabia?
Segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), que incluiu o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no censo de 2020, as estimativas mais recentes apontam para mais ou menos 2 milhões de pessoas com essa condição no Brasil, o que representa praticamente 1% da população do país. Além disso, de acordo com o órgão de saúde dos Estados Unidos, o Centers for Disease Control and Prevention (CDC), há uma prevalência de 1 em cada 44 crianças diagnosticadas com TEA no mundo inteiro. O aumento nesse número é algo que vem chamando atenção da comunidade científica com um todo!

Mas por que esses números vêm aumentando?
O aumento dos casos de TEA pode ser explicado por vários fatores. As pessoas estão mais informadas, o que facilita o diagnóstico, e os critérios para identificar esses casos foram atualizados, tornando o processo mais preciso. Além disso, novas ferramentas ajudam a detectar casos mais leves. Pesquisas também sugerem que uma combinação de fatores genéticos e ambientais pode influenciar o desenvolvimento do TEA.

Mas quais os direitos que todas essas pessoas possuem no Brasil?
No Brasil, as leis estão cada vez mais protegendo os direitos das pessoas com TEA. Graças a leis como a Berenice Piana e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, pessoas com TEA

têm direito a serviços como diagnóstico precoce, tratamento pelo SUS, educação inclusiva em escolas regulares, acessibilidade em diversos lugares e até mesmo a uma carteira de identificação específica. Essas leis visam garantir que todas as pessoas com TEA tenham as mesmas oportunidades e uma vida mais independente. Enfim, o Brasil está avançando para criar um ambiente mais justo e inclusivo para pessoas com TEA.

ESCALADA DO COMER!!

A aproximação das crianças com o alimento não acontece só quando elas engolem a comida! Então, uma forma de realizar essa aproximação, como tentamos fazer durante o piquenique, é seguir as etapas do comer: tolerar (suportar ficar no mesmo ambiente que o alimento), interagir (ajudar a preparar a comida, ou mexer nela com colher, garfo, etc), cheirar (não se incomodar com o cheiro, ou ter curiosidade de cheirar), tocar (colocar as mãos na comida), experimentar (colocar na boca, na língua) e, por último, engolir o alimento! Mesmo que a criança não termine todas as etapas, ou não engula o alimento, apenas ter contato com eles de alguma dessas maneiras já auxilia no aprendizado de uma alimentação saudável!



Mas por que as crianças com TEA são mais seletivas com a comida?

De acordo com estudos publicados em diversas revistas científicas, crianças com TEA muitas vezes têm dificuldade em aceitar novos alimentos. Isso acontece porque os cérebros delas processam as sensações de maneira diferente. Assim, uma comida que para pessoas sem o diagnóstico do TEA tem um cheiro ou uma textura normal, para as crianças com TEA podem ser estranhos, o que acaba afastando elas de determinados alimentos. Além disso, elas gostam muito de rotina e, por isso, alimentos novos podem deixá-las ansiosas.



Então com o que alimentar uma criança com TEA?

A alimentação da criança com TEA deve ser bem variada, sendo importante o consumo de frutas, vegetais, cereais integrais, laticínios, proteínas e gorduras, ou seja, é necessária uma dieta balanceada para garantir a saúde da criança com TEA.

Mas, infelizmente, pesquisas indicam que a maioria das crianças com TEA preferem comidas industrializadas frente a comidas frescas e mais saudáveis. Por isso, ainda que seja um processo demorado, é importante fazer a introdução de alimentos mais diversos na dieta rotineira da criança com TEA. Seguir os passos da escalada do comer é um bom modo de iniciar essa introdução.



Vai aqui a receita de um BOLO DE BANANA para variar o cardápio!

PARA ESSA RECEITA VOCÊ VAI PRECISAR DE:

- 2 bananas amassadas
- 1 colher de sopa de suco de limão
- ½ xícara de óleo vegetal
- ½ xícara de leite vegetal ou de vaca desnatado
- 1 xícara de açúcar mascavo
- 2 xícaras de farinha de trigo ou aveia
- 1 colher de chá de sal
- fermento químico e bicarbonato de sódio
- 3 colheres de sopa de linhaça moída
- 1/3 de xícara de nozes picadas
- óleo vegetal para untar a forma
- gotas de chocolate ou granulado a gosto

Modo de preparo

Pré-aqueça o forno a 180°, unte a forma e, em um recipiente, misture as bananas, o suco de limão, o óleo, o leite e o açúcar mascavo até se tornar uma mistura uniforme. Em um recipiente separado misture a farinha, o sal, o bicarbonato, o fermento, a linhaça moída e as nozes picadas. Adicione o recipiente de ingredientes secos no de ingredientes molhados e mexa a menor quantidade possível para misturá-los. Asse tudo por 45 minutos. Retire do forno e deixe esfriar.



Elaborado por alunos do 1º ano de Medicina e Enfermagem, disciplina "Extensão Universitária na saúde", Universidade Estadual Paulista – Unesp, 2024



AGRADECIMENTOS

Aos estudantes dos cursos de Medicina e Enfermagem que executaram com maestria a atividade de extensão: Ana Paula Rovani, Bheatriz Vanzeli Soldera, Clara Rasi Carvalho, Daniel Correa Ishida, Daniel Quinteiro Silva, Dulce Fernandes Gonçalves, Isabelly Domingues Martins Benessuti, Julia Barichello de Godoy, Klaus Rocha Santos, Lúgia Chiarini Teixeira Gonçalves, Maria Fernanda da Silva Carvalho, Maura Scopel Carlini, Miguel Marques Mantovani, Yuri Nascimento Chagas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Transformando nosso mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Preâmbulo. Brasília, DF: Nações Unidas Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.

MAGAGNIN, T. *et al.* Aspectos alimentares e nutricionais de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 1-12, 2021.

OLIVEIRA, B. M. F.; FRUTUOSO, M. F. P. Sem receita: deslocamentos do olhar da Nutrição sobre o comer de crianças autistas. **Interface** (Botucatu), v. 24, n. 1, p. e190597, 2020.



16

Matheus Cardoso M. Vieira

Aline Rabelo da Silva

Caroline Paredes Cover

Maria Helena Borgato

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, DA CONCEPÇÃO À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL:

**PROMOÇÃO DA ALEGRIA EM CENTRO
DE CONVIVÊNCIA PARA IDOSOS**

*"Os filósofos apenas
interpretaram o mundo... o que
importa é transformá-lo"*

Karl Marx

A concepção da extensão universitária, como tripé institucional, deu-se como último ato dentre as dimensões constitutivas da universidade, as quais até então eram 2: Ensino e Pesquisa (De Paula A. J, 2013). Originária na Europa, com ideais capitalistas e intervenções cristãs, tanto ortodoxas como protestantes, a extensão universitária se estendeu até a América do Norte, especificamente para os Estados Unidos da América, local onde desenvolveu-se a partir da perspectiva de unir a universidade ao setor empresarial, satisfazendo primariamente uma demanda social e posteriormente um conjunto de interesses políticos-econômicos.

Com efeito, as duas vertentes da extensão universitária consideradas até aqui estão ligadas a duas modalidades de desenvolvimento capitalista, a saber: ao modelo dominante em vários países europeus e que buscou legitimação e estabilidade mediante a implantação do Estado do Bem-estar Social; e ao modelo norte-americano de vocação rigorosamente liberal (De Paula, A. J, 2013).

No entanto, no quadro latino-americano a concepção da extensão universitária compôs outra vertente de atuação na sociedade. Fruto das revoluções do século XX, a sociedade latino-americana é marcada por reivindicações, lutas sociais e processos de construção identitários. Em meados de 1960 a sulamérica tem seus movimentos políticos e sociais-democráticos barrados pelos suscetíveis golpes ditatoriais financiados pelas nações dominantes com auxílio militar e político de viés direitista, de modo a desestruturar a sociedade a partir de repressão, culminando no dismantelamento social e educacional. No Brasil se agrava a situação pois, a instituição universitária foi somente estabelecida, mediante constituição, na década de 30, ou seja, em 1964, ano do golpe civil-militar brasileiro,





com apenas 34 anos de consolidação, as instituições brasileiras sofreram com represálias e perseguições político-intelectuais.

Conceitualmente, a extensão universitária é a práxis de ruptura, ou seja, a ação de retirar o véu que afasta a instituição universitária da população adscrita. O ato extensionista agrega-se como ferramenta educacional de modo a auxiliar a difusão de conhecimentos técnico-científicos para a malha civil, validando-se também da apropriação do conhecimento empírico adquirido da população pela academia. O extensionismo deve voltar-se a problemas reconhecidos pela sociedade como um obstáculo e letrar os acerca das raízes daquele problema. Letrar a sociedade, a partir do conhecimento acadêmico e/ou da promoção de cultura, protagonismo social, reconhecimento identitário ou outros processos antropológicos, é o modo de garantir o desenvolvimento do pensamento crítico e a evolução das discussões sociais para a população que não possui o acesso ao ensino superior, de modo a possibilitar o desenvolvimento social e a inserção ao ensino de qualidade e dignidade da vida.

Conjecturando o supracitado, o qual percorre a história, as barreiras e o papel pedagógico da extensão universitária para a sociedade, a Universidade Estadual Paulista (UNESP), através da Resolução UNESP N° 41, de 31 de agosto de 2021, tornou a extensão universitária uma prática permanente para os graduandos, através da curricularização da extensão.

Considerando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, definido pelo Art. 207 da Constituição Federal de 1988;

Considerando a responsabilidade social e ambiental da Universidade, impondo a ampliação do alcance dos processos de produção e difusão de conhecimento, visando ao enriquecimento curricular, à formação complementar e à maior integração com a sociedade que a subsidia;

Considerando o disposto na Meta 12.7 da Lei 13.005-2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE



2014-2024, regulamentada pela Resolução CNE/CES 7-2018, que trata da creditação da Extensão Universitária; bem como os princípios norteadores presentes na Política Nacional de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras, da qual a Unesp é signatária, e a legislação interna da Universidade;

Considerando o apontamento da Meta 12.7 do referido Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, segundo o qual a Curricularização da Extensão Universitária deve orientar a ação da Universidade, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social; (Resolução UNESP No 41 DE 31 DE AGOSTO DE 2021).

Fruto desta curricularização, através da unidade curricular “Extensão Universitária na Saúde 2024” discentes do curso de graduação em Enfermagem e Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB - UNESP) realizaram uma ação extensionista e intervencionista em uma instituição pública de convivência para idosos, promovendo o desenvolvimento das ODS’s 3 e 16 que abordam, respectivamente, saúde e bem-estar e instituições eficazes. Em seu cerne, a ação se deu no CCI-Aconchego, uma instituição pública de curta permanência com o objetivo de promover um envelhecimento ativo e saudável, através das ações de prevenção de doenças e reabilitação em saúde como os cuidados de enfermagem, atividades de fisioterapia, fonoaudiologia, apoio psicológico, acompanhamento nutricional, terapias ocupacionais e afins.

Outrossim, concomitante ao cuidado do indivíduo idoso, o cuidador também é beneficiado à medida que é possibilitado realizar tarefas ou lazer sem grandes preocupações com seu ente, ao ter um familiar assistido pelo serviço. Além disso, a instituição possui portas abertas para a universidade, favorecendo o elo de partilha e a aproximação com o público necessitado de letramento, a promoção da biopsicosocioespiritualidade e, também, a prevenção aos estressores psicossociais. Inicialmente, ao realizar visitas frequentes ao CCI foi possível acompanhar a rotina dos idosos frequentantes, desse



modo a análise do cotidiano nos permitiu identificar semelhanças comportamentais e limitações compartilhadas, a qual culminou na separação de grupos por semelhanças de nível de capacidade física e mental. Após tal feito, pensando em como poderiam ser potencializadas a harmonia dos grupos, estruturou-se células que continham de 6 a 7 idosos os quais passaram em atividades de bordado em papel, bingo com histórias, bocha e a oficina de culinária, a ação ocorreu em 2 períodos separados por um intervalo de 1 semana. O objetivo da ação foi promover atividades recreativas que estimulassem a memória, a capacidade física e o bem-estar subjetivo validando-se da emoção "Alegria" como ferramenta capaz de viabilizar o bem-estar, isso porque, através de interações e práticas lúdicas, buscou-se evocar um sentimento de satisfação e prazer acerca da vida e das ações cotidianas.

A alegria, mais que a complexa expressão poética da emoção é, senão, o entrelace do entendimento da realidade através do riso e a sensação de plenitude frente aos processos finitos das interações humanas.

...o riso é libertador, subverte e burla a ordem das coisas, para que o expectador adorne-se com a arte de rir da sua própria condição, transmutando assim sua realidade (Matraca, M. V. C. 2011).

Evocar a alegria como ferramenta de saúde contrapõe a ideia de saúde como ausência de doença, o que por vez implica em um processo complexo de promoção de autonomia biopsicossocioespiritual.

Saúde não são apenas processos de intervenção na doença, mas processos de intervenção para que o indivíduo e a coletividade disponham de meios para a manutenção ou recuperação do seu estado de saúde, no qual estão relacionados os fatores orgânicos, psicológicos, socioeconômicos e espirituais (Pereira, A. L. DE F. 2003).



Usufruindo da dialogia entre alegria e saúde, o processo de trabalho foi permeado pela transdisciplinariedade do cuidado, de modo a promover mudanças positivas na situação de bem-estar dos idosos contemplados pela ação e desenvolver, para os alunos responsáveis, uma nova interpretação da sociedade a partir do exercício da empatia e compaixão na promoção de alegria ao próximo, reconhecendo o indivíduo como um organismo cultural, social, político, manifestante de ideias e emoções, tal efeito foi possível observar nas reuniões semanais realizadas pelos alunos, os quais dentro de seu campo de habilidades, competências e atitudes buscaram contribuir para a comunicação dialógica e a construção da ação intervencionista, os múltiplos olhares que carregam não só o que se aprendeu na universidade mas também o que se foi vivenciado ao decorrer do desenvolvimento individual, foi o elo forte que possibilitou entender todas as dimensões que devem ser consideradas ao incitar transformações para outros indivíduos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos alunos: Antonio de Oliveira, Barbara de Campos, Beatriz Rodrigues, Eduarda Brito, Giulia Manzano, Gustavo Benatti, João Victor Silva, Luiza Irio e Pedro Becaro.

Agradecemos ainda a instituição CCI - Aconchego por possibilitar essa partilha de experiências.

REFERÊNCIAS

DE PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces** - Revista de Extensão da UFMG, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.

MATRACA, M. V. C.; WIMMER, G.; ARAÚJO-JORGE, T. C. Dialogia do riso: um novo conceito que introduz alegria para a promoção da saúde apoiando-se no diálogo, no riso, na alegria e na arte da palhaçaria. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 10, p. 4127-4138, 2011.

PEREIRA, A. L. F. As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1527-1534, 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Resolução nº 41, de 31 de agosto de 2021**. Dispõe sobre a Curricularização da Extensão Universitária nos Cursos de Graduação da Unesp. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 170, p. 58, 1 set. 2021. Disponível em: https://metricas.usp.br/wp-content/uploads/2023/01/PRCEU-2023-UNESP_Curricularizacao-Resolucoes-41-170123-2021.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.





**INCLUSÃO SOCIAL
E ENFRENTAMENTO
DA VULNERABILIDADE**

17

*Adriana Camargo Ferrasi
Gabriela Vasconcelos Tonelli
Gabrielle do Nascimento Queiróz
Giovani Gomes Bello
Raquel Silva Santos*

CULTIVANDO PÉROLAS DE SABEDORIA:

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
NA PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR**



Pérolas negras são raras, valiosas e de beleza singular. São formadas dentro de conchas como resposta a corpos estranhos e microrganismos que invadem ostras e mexilhões. É a Natureza, em sua sabedoria, que transforma dor em beleza, agressão em proteção, criando joias únicas a partir de um processo de defesa e superação. Inspirada nesse fenômeno, a 'Associação Pérola Negra' nasce com a missão de acolher crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, ajudando-os a transformar os desafios e feridas do entorno em força, propósito e valor. Como verdadeiras pérolas negras, cada uma dessas crianças e adolescentes carrega em si o potencial de se tornar extraordinária.

A Associação Pérola Negra, portanto, é uma entidade civil de caráter assistencial, sociocultural e educativo, sem fins lucrativos, cujos princípios estão pautados nas diretrizes estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Atendendo crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, a Associação oferece acolhimento, atividades recreativas, educacionais e culturais, como música, dança e judô, no período do contraturno escolar, de forma a manter as crianças afastadas das ruas, visando centralmente a proteção contra a violência social urbana.

Em busca de cumprir um dos papéis da Universidade em nossa sociedade por meio da extensão que, de acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico (FORPROEX, 2012), formamos uma equipe com o objetivo principal de planejar, propor e executar uma ação de Extensão Universitária na Associação Pérola Negra. A equipe foi composta por doze alunos dos cursos de Enfermagem e Medicina, orientados por uma docente da Faculdade de Medicina de Botucatu, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), colaborando para a Educação Interprofissional em Saúde, a fim de romper com a concepção puramente biomédica e



reconhecer a importância da multiprofissionalidade no cuidado em suas múltiplas faces (PEDUZZI, 2016). Como já exposto em capítulos anteriores, esse projeto fez parte de uma ação mais ampla, proposta pela disciplina “Extensão Universitária na Saúde”. Assim, buscando maior objetividade neste capítulo, iremos suprimir as atividades comuns a todas as equipes, bem como a etapa de contato inicial com os cenários de extensão, realizada pelas coordenadoras da disciplina.

A seguir, relatamos as ações realizadas desde o planejamento até a execução do projeto, que demandaram sete encontros para a elaboração do trabalho coletivo:

O **primeiro encontro** da equipe ocorreu na sede da Associação Pérola Negra, localizada no bairro Parque Marajoara, na cidade de Botucatu-SP. Nesta visita inicial, o principal objetivo foi conhecer a dinâmica do cenário: sua infraestrutura, logística de funcionamento, seus agentes e, sobretudo, a comunidade-alvo. Fomos recebidos pela coordenadora da instituição, Sra. Maria Aparecida, que compartilhou conosco sua motivação pessoal para criação do projeto, destacando seu comprometimento em acolher as crianças carentes. Após essa apresentação, explicamos os nossos objetivos e solicitamos acesso para que pudéssemos circular livremente pelo local.

Com a devida autorização, dividimo-nos em subgrupos para coletar impressões, depoimentos e relatos dos diferentes atores da instituição: a coordenadora, a assistente social, uma das professoras, a responsável pela cozinha e, em especial, várias crianças de diversas faixas etárias. Por meio de uma comunicação dialógica, buscamos identificar necessidades, desafios e demandas que pudessem ser trabalhados naquela comunidade.

Finalizada essa etapa exploratória, nosso grupo organizou uma “roda de conversa” para discussão dos destaques e, principalmente, das vulnerabilidades identificadas no cenário. Instalado



em um tipo de galpão há pouco tempo, o projeto apresentava um espaço restrito e ainda passava por adaptações estruturais. Como não havia uma sala reservada para que pudéssemos conversar, o barulho gerado pelas atividades diárias das crianças dificultou nosso diálogo. Por essa razão, decidimos programar o próximo encontro em uma das salas de aula da Universidade, com o intuito de planejarmos, com mais tranquilidade e foco, as etapas seguintes da atividade de extensão.

No **segundo encontro** destacamos as principais demandas e aspectos considerados importantes advindos de cada pequena pérola, isto é, de cada criança para escolha de ações que fossem efetivas e possíveis de execução com os recursos e tempo disponíveis. Com isso, alinhamos as ações propostas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas e instituídos no Programa Municipal de Implementação da Agenda 2030 (Botucatu, 2021), subscrita pela República Federativa do Brasil (CABRAL; GEHRE, 2020), de forma a agregar não somente o feito como também um propósito de saúde global por trás da ação.

Portanto, os seguintes aspectos foram considerados:

- Na ocasião, a associação acolhia em torno de 80 crianças, com idades entre 4 e 12 anos, no período da tarde e, 30 adolescentes entre 11 e 17 anos no período da manhã. Assim, em razão da grade curricular de nossos graduandos, a ação presencial deveria ocorrer no período da tarde e com as crianças;
- Segundo relato da coordenadora, a maioria das famílias das crianças atendidas mora no bairro Marajoara e apresentam alguma vulnerabilidade social;
- O Projeto funciona em um galpão, custeado pela prefeitura. Esse espaço conta com três salas de aulas pequenas, depósito, cozinha e três áreas de convivência, uma delas com seis



mesas grandes para refeições. Logo, uma área pequena e pouco estruturada deveria ser levada em consideração na escolha das atividades;

- Os aniversários de cada mês são comemorados com um bolo comunitário, tradição adotada pelo projeto e apoiada pelas confeitarias da cidade ou outros patrocinadores.

Contudo, foi relatado que em alguns meses havia dificuldades em conseguir voluntários;

- Conversando sobre as adolescentes com a assistente social, notamos a demanda por absorventes íntimos femininos;
- Ficou evidenciado para a equipe que, muito além da falta de recursos, as crianças presentes demandavam por atenção e afeto.

Assim, deu-se início à implementação da proposta de ação:

1. Realizar atividades lúdicas e dinâmicas, do tipo gincanas, que, além de divertir e integrar as crianças, também reforçassem os temas de cuidados e higiene pessoal e prevenção da dengue, aplicadas para a faixa etária de 4 a 12 anos. Para isso, as crianças seriam divididas em cinco grupos com aproximadamente 15 integrantes, e cada grupo começaria a dinâmica em uma estação com tema diferente, passando para a seguinte após a conclusão da atividade;
2. Para tornar as atividades mais atrativas e festivas, cada participante seria premiado com balas e chocolates após atingir os objetivos em cada estação. Previamente, a coordenadora foi consultada quanto a possíveis restrições alimentares;
3. A equipe ofereceu bolo e refrigerante, garantindo que todos comemorassem os aniversários daquele mês;



4. Uma campanha de aproximadamente 40 dias de arrecadação de absorventes íntimos foi organizada junto aos cursos de graduação e corpo de docentes da Universidade Estadual Paulista;
5. Alguns profissionais e empresas foram consultados quanto à doação de kits de higiene oral.

Após a definição das atividades que fariam parte da ação de extensão, a proposta foi encaminhada para a análise da coordenadora da Associação, cuja aprovação foi integral.

O **terceiro encontro** foi dedicado à elaboração das atividades lúdicas a serem realizadas e a formação das equipes de tutores de cada estação.

As formas de divulgação da ação extensionista foram definidas no **quarto encontro**, envolvendo diversas iniciativas realizadas tanto pelos alunos quanto pela professora. Em destaque, foi realizada uma campanha de arrecadação de absorventes para as adolescentes, incluindo a confecção de caixas personalizadas para a coleta e exposição realizada na recepção da Faculdade de Medicina e na Biblioteca do Campus. Também foi realizada a divulgação da ação nas redes sociais dos graduandos.

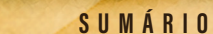
O **quinto encontro** foi especial, a equipe estava entusiasmada e as crianças bem agitadas e curiosas. Em síntese, esse foi o dia escolhido para a realização pontual da ação extensionista. Foram desenvolvidas atividades recreativas voltadas para a promoção da higiene pessoal e conscientização sobre a prevenção de doenças. As atividades foram organizadas em cinco estações de atividades lúdicas que atendiam, cada uma, em torno de 15 crianças e era coordenada por dois membros discentes da equipe (tutores). O principal objetivo foi reforçar conceitos de cuidados pessoais e promoção da saúde. A seguir, breve descrição de cada estação:



1. Bingo da Higiene Pessoal: foram criadas “cartelas” com imagens de hábitos que ilustram hábitos saudáveis, como tomar banho, cortar as unhas, lavar as roupas, entre outros. Também foram elaboradas frases que reforçavam os cuidados com a higiene como “objeto usado para cortar as unhas” ou “ação realizada após chegar em casa da rua ou antes de qualquer refeição”. Conforme as frases eram sorteadas e lidas pelos tutores, as crianças marcavam em suas cartelas as imagens correspondentes às frases lidas. A Figura 1 ilustra uma das cartelas utilizadas no jogo.
2. Jogo dos sete erros - Prevenção da Dengue: As crianças analisavam uma imagem com situações relacionadas à proliferação do mosquito da dengue. Com orientação dos tutores, identificavam os erros enquanto aprendiam sobre o ciclo da doença, os sintomas e formas de prevenção. A imagem usada pode ser visualizada na Figura 1.
3. Lavando as Mãos: cada criança recebeu uma gota de tinta nas mãos e, de olhos fechados, simulou o ato de lavá-las como fazia normalmente. Ao abrirem os olhos, perceberam que a tinta ainda estava presente em várias áreas. Em seguida, os tutores demonstraram a técnica correta de higienização, abrangendo todas as partes das mãos e punhos. Também foi abordada a importância da lavagem das mãos antes das refeições e após a utilização do banheiro. Após a demonstração, as crianças lavaram suas próprias mãos com água e sabão, retirando completamente a tinta.
4. Jogo da Memória da Higiene: a proposta era encontrar pares de imagens opostas, como “mão suja” e “lavagem das mãos”. A ideia era reforçar, de forma lúdica, o entendimento sobre a importância de ações básicas de higiene, tanto no cuidado pessoal quanto na saúde coletiva. As tutoras explicavam a lógica das associações, estimulando o raciocínio e a conscientização. A Figura 2 ilustra o material utilizado.



SUMÁRIO





5. Circuito do Descarte Correto e Combate à Dengue: um circuito com obstáculos simulando ambientes com focos potenciais de criadouros do mosquito foi montado. As crianças percorriam o trajeto, identificando os erros e corrigindo-os, como fechar garrafas, jogar lixo no cesto e evitar água parada. O desempenho era cronometrado, tornando a atividade ainda mais dinâmica.

Durante as atividades, os participantes receberam balas, pirulitos e bombons como premiação. Para reforçar os cuidados com a saúde bucal e a prevenção de cáries, foram distribuídos 100 kits de higiene oral (escova e creme dental), em parceria com o Projeto Sorriso Feliz da FOA-UNESP e a Colgate. As crianças utilizaram os kits logo após o consumo dos doces.

Pensando no público adolescente, foram doados e distribuídos 650 absorventes arrecadados ao longo do projeto, com o intuito de promover a dignidade menstrual e a equidade de gênero.

Ao final do dia, os aniversários foram comemorados com bolo e refrigerante doados pela equipe. Em seguida, as crianças emocionaram a todos com uma apresentação musical de encerramento. Foi uma tarde de muita troca e aprendizado para todos.

O sexto e o sétimo encontros cuidaram da organização e registro formal dos dados gerados pela ação extensionista. As atividades tiveram como foco a relatoria e elaboração conjunta de um manuscrito que comunicasse, de forma organizada, as experiências vividas, os indicadores específicos para avaliar o impacto da ação e a metodologia aplicada no desenvolvimento do projeto.

Para ser efetiva, a extensão universitária deve ser pautada na troca de saberes e nas particularidades da comunidade-alvo da ação (GADOTTI, 2017). A Associação Pérola Negra já atua filantropicamente na atenção de crianças, jovens e suas famílias,



oferecendo acolhimento e alimentação no contraturno escolar, combinados com atividades esportivas, artísticas e apoio psicológico, fundamentais para a promoção da cidadania, dignidade e empoderamento. Assim, nesse cenário, nossa proposta buscou fortalecer essa missão por meio de ações que promovessem a conscientização sanitária, a prevenção de doenças, e principalmente, a promoção da autonomia das pessoas atendidas, buscando o reforço positivo para saberes trazidos pelas crianças.

Nos surpreendeu a intensa demanda das crianças por atenção e afeto, o que nos levou a concluir que atividades lúdicas como brincadeiras, diálogos e gincanas, são uma abordagem eficaz para estabelecer laços de confiança e estimular ao aprendizado nessa comunidade.

Ousamos considerar essa ação extensionista como um projeto piloto promissor, que, embora pontual e de curta duração, está alinhado com a Agenda 2030. Em resumo, o projeto alcançou os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): reforçou conceitos sobre cuidados pessoais e prevenção à dengue, promovendo saúde e bem-estar (ODS 3); reduziu a desigualdade de gênero por meio da arrecadação e distribuição de absorventes (ODS 5); e estabeleceu parcerias eficazes com o Projeto Sorriso Feliz da FOA-Unesp e Colgate, fortalecendo a colaboração para alcançar os objetivos (ODS 17).

Outro aspecto fundamental é o fortalecimento das relações entre a comunidade e a Universidade (EIDT; CALGARO, 2021). A Associação já desempenha um papel importante no fortalecimento de vínculos sociais, e nossa proposta buscou potencializar essa função ao integrar saberes acadêmicos com necessidades da comunidade. Também, a ação extensionista proporcionou aos estudantes universitários a oportunidade de aplicar na prática os conhecimentos adquiridos. A prática em campo, a interação com a comunidade e o

desenvolvimento de habilidades pedagógicas são aspectos cruciais que complementam a formação teórica e técnica dos alunos envolvidos, promovendo maior responsabilidade social e profissional.

Essa experiência é enriquecedora tanto para a Universidade quanto para a comunidade, refletindo o compromisso da FMB-Unesp com a responsabilidade social e o serviço comunitário. Ao engajar alunos em projetos de extensão, a Universidade demonstra seu papel ativo na solução de problemas locais e na promoção do bem-estar da comunidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à equipe do Projeto Pérola Negra, a coordenadora Maria Aparecida dos Santos, e especialmente às crianças e aos jovens assistidos, pelos valiosos momentos de troca. Nosso reconhecimento aos discentes Ana Clara Vicari, Ana Julia R. Silvestre, Daniel do N. Ynoue, Gabriella K. de L. Caversan, Helena B. A. de Souza, Isabella S. Soares, Julia Pellegrini, Luca T. Marques e Myllena da C. M. de Souza, pela brilhante atuação na ação extensionista.

REFERÊNCIAS

- CABRAL, R.; GEHRE, T. (org.). **Guia Agenda 2030**: integrando ODS, educação e sociedade. São Paulo: Unesp, 2020. Disponível em: https://www.guiaagenda2030.org/_files/ugd/9d6116_6a17e1773a19464684cab3197d92d349.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.
- EIDT, E. C.; CALGARO, R. Responsabilidade social universitária: histórico e complexidade implícitos na constituição do conceito. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 26, n. 1, p. 89-111, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/ktfPHtWfL36TyD3zz3hPgdw/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política nacional de extensão universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária**: para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/02/Extensao_Universitaria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 22 maio 2025.

MUNICÍPIO DE BOTUCATU. **Lei Ordinária nº 6.300, de 14 de dezembro de 2021**. Adota a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz de políticas públicas em âmbito municipal e dá outras providências. Botucatu, SP: Prefeitura Municipal, [2021?]. Disponível em: <http://leismunicipa.is/kbuqz>. Acesso em: 25 jun. 2025.

PEDUZZI, M. O SUS é interprofissional. **Interface** (Botucatu), v. 20, n. 56, p. 199-201, 2016. DOI 10.1590/1807-57622015.0383.



18

*Manuela dos Santos Poiana
Ana Luisa Tarrio Ferraz de Almeida
Pedro da Silva Fernandes
Helena Ruas Brandes
Anna Paula Ferrari*

EMPODERAMENTO E INCLUSÃO SOCIAL:

**EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA
NO PROJETO PÉROLA NEGRA**

DESCRIÇÃO DO CENÁRIO

No ano de 2023, estudantes dos cursos de Medicina e Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB), da Universidade Estadual Paulista (UNESP) "Júlio de Mesquita Filho", foram divididos em grupos e cada grupo visitou um projeto social da cidade de Botucatu-SP, com o propósito de desenvolver uma ação extensionista juntamente à comunidade local. O objetivo era que os alunos pudessem compreender as demandas locais e, a partir disso, aplicar melhorias que beneficiassem a população.

Nesse contexto, o Projeto Pérola Negra foi selecionado, por ser um espaço de contraturno escolar para crianças residentes no bairro Parque Marajoara. Atendendo alunos da faixa etária entre 4 a 17 anos, promove diversas atividades como aulas de lutas marciais, música, educação física, reforço escolar, brincadeiras, rodas de conversa, além de apoio psicológico e ações de segurança alimentar para as famílias. A associação, à época, era gerida pela idealizadora e fundadora do projeto, um assistente social e uma pedagoga. A priori, o objetivo do Pérola é afastar as crianças e os jovens das ruas, onde estão sujeitos à influência da criminalidade, e empoderá-los para que cresçam de maneira saudável e íntegra, com sonhos, objetivos e motivados a lutar por um futuro melhor (MAPA DA CULTURA, 2025).

O Pérola surgiu em 1997, na própria residência da fundadora, que começou a acolher crianças em situação de negligência. Atualmente o projeto conta com um espaço próprio que contém salas de aulas, cozinha, escritório e área de alimentação, e recebe apoio da prefeitura do município (MAPA DA CULTURA, 2025). No entanto, existem dificuldades como a dependência de doações e filantropia para manter o Pérola, falta de infraestrutura, carência de meios de transporte para buscar as doações recebidas e contextos precários e/ou abusivos que algumas das crianças assistidas vivenciam, que geralmente são encaminhados para os serviços de assistência social



e saúde. Outra problemática é a falta de educação em saúde das crianças e suas famílias sobre alimentação saudável, higiene pessoal, puberdade e cuidados com o corpo.

Figura 1 - Logotipo do Projeto Pérola Negra



CONSTRUÇÃO DA AÇÃO

O grupo formado por 13 graduandos, sendo 3 do Curso de Enfermagem e 10 de Medicina realizou uma primeira visita ao projeto, supervisionados por uma docente do Departamento de Enfermagem da FMB, com o intuito de conhecer o Pérola, a equipe, as crianças e jovens, bem como a missão e funcionamento do projeto. Depois disso, houve uma data em que ocorreu uma reunião na universidade para a programação da ação, e um terceiro dia para a realização propriamente dita.



A partir das demandas trazidas pelos funcionários do projeto, sob a supervisão da docente responsável pelo grupo, foi acordado no planejamento das atividades que as crianças seriam organizadas por faixa etária e gênero, criando ambientes específicos para abordar temas como higiene corporal, puberdade e menstruação. A princípio, dentro das divisões, os estudantes iniciaram uma rodada de apresentações e, posteriormente, dispararam perguntas reflexivas acerca de cada temática, a fim de instigar as crianças. Além disso, foi programado ao final das conversas em grupo uma brincadeira com bexiga d'água, para descontração das crianças.

Dessa forma, o grupo responsável por atuar com crianças menores de 9 anos desenvolveu uma ação voltada para os hábitos de higiene e a prevenção em saúde. A temática foi abordada em dois momentos: inicialmente, realizou-se uma roda de conversa para esclarecer como manter uma higiene pessoal adequada a fim de evitar doenças, além de responder dúvidas levantadas pelas crianças sobre o tema. Em seguida, foi conduzida uma dinâmica prática em forma de quiz, com perguntas e respostas curtas baseadas nas informações discutidas anteriormente.

Por sua vez, os estudantes que estavam com os meninos acima de 9 anos realizaram uma atividade interativa que consistiu no preenchimento coletivo de um quadro com perguntas relacionadas à puberdade e aos cuidados com a saúde durante as transformações corporais. As perguntas incluíam: "O que é?", "Quando começa?", "Quais são as mudanças?", "Por que ocorre?" e "Quais os cuidados?". Com isso, as respostas foram construídas em conjunto, esclarecendo verdades e desfazendo mitos a partir dos conhecimentos prévios trazidos pelos participantes.

No caso das meninas acima de 9 anos, a atividade seguiu uma dinâmica semelhante, mas com foco no processo fisiológico do ciclo reprodutivo feminino e na dignidade menstrual. A ação também foi estruturada a partir de perguntas que estimularam o debate sobre percepções, receios, cuidados e os aspectos científicos que envolvem a menstruação.



A construção e a realização da ação extensionista no Projeto Pérola Negra foi pautada, em grande parte, na comunicação e na educação dialógica. Para Paulo Freire, a educação ocorre como um processo mútuo, onde todas as partes devem ter a oportunidade de expressarem-se e de contribuir de modo ativo para com a discussão, sendo que cada indivíduo ou grupo é protagonista em seu próprio processo de aprendizagem (FREIRE, 2019). Seguindo esses preceitos, a interação com a comunidade ocorreu de forma respeitosa e aberta, permitindo que as crianças e adolescentes tivessem interações significativas com os discentes.

Em concordância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos através da Organização das Nações Unidas (ONU), a ação extensionista escolhida pelos alunos da UNESP condiz com a ODS 3: Saúde e bem-estar (Organização das Nações Unidas, 2015). Isso porque está relacionada com a garantia do acesso à saúde de qualidade e promoção do bem-estar, pois a abordagem das temáticas tinha a finalidade de ampliar o conhecimento e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida das crianças.

Figura 2 - Construção coletiva realizada com os meninos acerca da puberdade masculina e dinâmica das bexigas realizada com as crianças sobre cuidados de higiene e em saúde



RESULTADO DA AÇÃO

As atividades planejadas foram executadas de forma fluida, descontraída, ordenada e completa. Com participação significativa das crianças, demonstraram grande interesse em se envolver nas dinâmicas, além de expressarem livremente suas noções atitudinais e sua familiaridade com as temáticas propostas, com respeito e espontaneidade. As meninas acima de 9 anos, por exemplo, que a princípio estavam envergonhadas e retraídas, começaram a fazer perguntas sobre as mudanças corporais da puberdade, menstruação e autocuidado, demonstrando interesse e confiança no espaço construído. A escuta ativa e o respeito mútuo foram essenciais para a criação desse ambiente de troca e aprendizado.

A aproximação com a realidade das crianças e de suas famílias proporcionou reflexões sobre as desigualdades sociais e o papel da universidade na promoção do cuidado, da educação e da cidadania. A ação reforçou a importância do envolvimento de estudantes em atividades que contribuam com o desenvolvimento social e com a formação humana, ética e comprometida com o bem coletivo. Assim, a responsabilidade da universidade para com a sociedade foi considerada e esteve presente em todas as etapas do trabalho.

Nesse sentido, essa experiência reafirmou a importância do compromisso social que deve acompanhar a formação em saúde. Foi valorizado, dentro da atuação dos discentes, o trabalho como ouvintes atentos, como facilitadores de diálogo e como pessoas dispostas a aprender com a realidade da comunidade. O contato direto com os sujeitos da ação foi importante para despertar o senso de empatia, cooperação e propósito, elementos essenciais para a formação de profissionais éticos, humanos e socialmente comprometidos.

A interprofissionalidade foi um aspecto fundamental do processo, pois os estudantes de Medicina e Enfermagem atuaram de





forma integrada, articulando a educação em saúde de uma forma multidisciplinar e fluida. A articulação entre os diferentes saberes permitiu uma abordagem mais ampla e eficaz das necessidades identificadas, fortalecendo o impacto da ação na comunidade e a aprendizagem dos próprios graduandos. Ainda, a elaboração conjunta dos alunos e a inserção da ação na comunidade fortificou a capacidade destes de colaborar em equipe de forma efetiva e respeitosa, contribuindo não apenas para seu desenvolvimento acadêmico, mas futuramente profissional e pessoal.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos colaboradores do Projeto Pérola Negra, bem como às crianças e aos jovens assistidos, pela acolhida e pelos valiosos momentos de troca. Essas vivências marcaram nosso processo de formação e serão levadas conosco para toda a vida.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **A pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

MAPA DA CULTURA. **Projeto Pérola Negra**. Botucatu: Mapa da Cultura, [2025?]. Disponível em: https://mapa.cultura.gov.br/agente/2314342/projeto_perola#infoONU. Acesso em: 5 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 05 maio 2025.

19

Amanda Petrini

Giulia Borba da Silva

Matheus Albano Cavallari

Victor Precípito Fuentes Bertie

Débora Avellaneda Penatti

CUIDAR, OUVIR E DIALOGAR:

**PLANEJANDO AÇÕES EDUCATIVAS
COM ADOLESCENTES
EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

INTRODUÇÃO

A extensão universitária é uma das dimensões fundamentais do ensino superior brasileiro, pois permite o contato direto entre o saber acadêmico e a realidade social, promovendo a transformação mútua entre alunos, docentes e comunidade (BRASIL, 2004). Este capítulo apresenta a experiência de construção de uma ação de extensão na Casa Ben Ammi Transitória, vinculada à Associação El Shaddai, com foco em adolescentes acolhidos em situação de vulnerabilidade.

Embora a ação de extensão não tenha sido executada, o processo de planejamento revelou-se valioso, oferecendo reflexões importantes sobre compromisso social, interprofissionalidade e comunicação dialógica (FREIRE, 2019).

HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO EL SHADDAI

A Associação El Shaddai surgiu em 1995 a partir da mobilização de um grupo de voluntários interessados em oferecer apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social, aliando assistência e formação cristã. Em 2008, foi implantado um projeto de alfabetização e, em 2010, a Creche Professora Roseli Leite Alves foi inaugurada em parceria com a Prefeitura Municipal. Em 2013, foi fundada a Casa Ben Ammi Transitória, com a missão de oferecer acolhimento institucional a crianças e adolescentes em risco. Em 2020, foi criado o projeto de escuta especializada para atendimento de vítimas e testemunhas de violência.





A Casa Ben Ammi acolhe cerca de 20 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, em regime de abrigo institucional. O ambiente é estruturado de forma a se assemelhar a um lar, favorecendo o bem-estar e o fortalecimento de vínculos. A equipe é composta por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e profissionais de enfermagem.

Por meio de uma ação de extensão universitária da Faculdade de Medicina de Botucatu – UNESP, um grupo de doze estudantes dos cursos de Medicina e Enfermagem, orientados por uma docente pediatra, foi mobilizado para atuar com a comunidade atendida pela instituição. A proposta inicial era desenvolver atividades com a Creche Roseli Leite Alves, mas, após visita técnica, verificou-se que a creche estava com boa estrutura e sem demandas relevantes para a atuação do grupo.

Dessa forma, a atenção se voltou à Casa Ben Ammi Transitória, onde foi identificado, por meio de diálogo com a coordenadora e a assistente social da casa, um conjunto de demandas envolvendo educação sexual, autoconhecimento, orientação vocacional e oportunidades acadêmicas para os adolescentes acolhidos.

CONSTRUÇÃO DAS AÇÕES: COMUNICAÇÃO, INTERPROFISSIONALIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O processo de trabalho adotado foi orientado por princípios da comunicação dialógica, valorizando a escuta ativa, a troca horizontal de saberes e o respeito à experiência dos profissionais da instituição (FREIRE, 2019). O diálogo inicial com a coordenadora da casa foi essencial para identificar temas sensíveis e propor ações adequadas à realidade dos adolescentes.



A ação de extensão contou com uma abordagem interprofissional, ao integrar estudantes de áreas distintas da saúde (medicina e enfermagem) e alinhar as propostas com o trabalho de profissionais da assistência social e da psicologia já inseridos na rotina da casa. A presença de uma docente da Faculdade de Medicina como orientadora possibilitou embasamento técnico e ético nas ações propostas.

A proposta se fundamentava na responsabilidade social da universidade, buscando promover educação em saúde, prevenção de violências, fortalecimento da autoestima e incentivo ao projeto de vida dos adolescentes acolhidos. A ideia era que os encontros fossem educativos, interativos, lúdicos e seguros, de forma alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), especialmente o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar).

A ação de extensão foi dividida em três frentes principais:

1. Cuidados com o Corpo e Proteção Corporal: Voltada às crianças mais novas, essa frente teria como foco a educação sobre limites do corpo, autocuidado, higiene e proteção contra abusos, utilizando recursos visuais e jogos para facilitar a compreensão.
2. Gincana Educativa com Adolescentes: Para os adolescentes, foi planejada uma gincana educativa com duas estações temáticas:
 - Educação Sexual: perguntas e respostas sobre saúde sexual, dinâmica “torta na cara” e caixa de perguntas anônimas.
 - Profissões e Futuro: jogos de adivinhação sobre profissões, dinâmica com bexiga d’água, discussões sobre ensino superior e perspectivas de carreira.

As atividades seriam encerradas com uma roda de conversa, estimulando reflexão e compartilhamento em grupo.

3. Plano de Sustentabilidade e Continuidade: Além da execução pontual, o grupo planejava manter uma atuação anual, com capacitação dos alunos participantes, ampliação dos temas e visitas extraordinárias conforme demanda. Também havia o objetivo de mapear outras instituições similares para expansão da ação de extensão.

Figura 1 - Imagem ilustrativa da atividade de extensão proposta pelo grupo



OBSTÁCULOS E REFLEXÕES: QUANDO O PROJETO NÃO SE CONCRETIZA

Apesar do planejamento detalhado e do entusiasmo dos participantes, a ação de extensão não foi executada. O principal obstáculo foi logístico: as crianças e adolescentes acolhidos permanecem



na casa, majoritariamente, apenas durante o período noturno e aos fins de semana, incompatíveis com a disponibilidade dos estudantes.

Esse desfecho gerou frustração no grupo, especialmente pelo potencial transformador que as ações teriam. No entanto, também foi uma oportunidade de aprendizado. Compreendeu-se que nem toda boa ação de extensão é, de fato, exequível — e que a realidade institucional deve guiar nossas intenções, e não o contrário.

Mesmo sem ter sido realizada, a ação de extensão gerou impacto nos alunos envolvidos ao promover consciência crítica, humildade intelectual e senso de compromisso social. A proposta continua viva como possibilidade futura e como memória de um esforço coletivo de escuta, cuidado e responsabilidade com a juventude em situação de risco (FREIRE, 2019; BRASIL, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma ação de extensão envolve, mais do que a execução de atividades, a criação de vínculos, a disposição ao diálogo e a abertura à realidade do outro. Mesmo sem a realização prática, a experiência contribuiu para a formação de estudantes mais conscientes, empáticos e comprometidos com o cuidado humano e integral. Que essa vivência, mesmo inconclusa, inspire novas tentativas e reafirme o papel transformador da universidade pública junto às populações mais vulneráveis.

Figura 2 - Fotografia do grupo de extensão 2023



AGRADECIMENTOS

Aos estudantes que participaram com dedicação ao longo do período de extensão de 2023. Em especial, deixo meu reconhecimento a Ana Luisa Marques Rodrigues, Eliza Sandoval Vieira Pinto, Gabriela Soares Ferreira, Julia Polotto da Silva, Lucas Gonçalves de Freitas, Sophia Rossi de Barros Almeida, Vinicius Ryota Nakanishi e Vitória Caires Lucena. A presença, o envolvimento e os retornos positivos foram extremamente valiosos. Saber que esse período contribuiu para sua formação acadêmica e pessoal é motivo de grande satisfação.

Agradecimento especial às Professoras Jacqueline Costa Teixeira Caramori e Cátia Regina Branco da Fonseca pelo convite

para integrar essa disciplina, logo no meu primeiro ano de docência na Faculdade de Medicina de Botucatu – UNESP. Foi uma honra e uma experiência muito enriquecedora. Muito obrigada por fazerem parte desse processo!

Débora Avellaneda Penatti

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS**: documento base. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. 256 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Brasília, DF: Nações Unidas Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 4 ago. 2025.



20

*Luciana Montes de Oliveira
Dominique Cesar dos Santos
Yasmim Tacila da Silva Cruz
Maria Eduarda de Oliveira Pinheiro*

VIDAS VISÍVEIS:

**CIDADANIA E DIGNIDADE
PARA PESSOAS
EM SITUAÇÃO DE RUA**

UM OLHAR PARA O ESPAÇO ACOLHEDOR EM BOTUCATU

A consolidação da sociedade capitalista, ao longo da história, caracteriza-se pela busca incansável de posses e lucros, viabilizada pela venda da força de trabalho daqueles que não detêm os meios de produção. Esse modelo tem gerado profundas desigualdades sociais e econômicas, à medida que a riqueza se concentra nas mãos de uma minoria. Desde o seu surgimento, o capitalismo tem produzido riqueza e miséria de forma proporcional: quanto mais se acumula nas mãos de poucos, mais se intensifica a precariedade da maioria, privada do acesso aos bens produtivos, sobrevive diariamente através da venda de sua mão de obra. Assim, perpetua-se o ciclo de acumulação que privilegia os detentores do capital e marginaliza os demais.

Por conseguinte, compreende-se que a população em situação de rua representa, de forma concreta, os efeitos da distribuição desigual do capital. Esses indivíduos, que acumulam miséria enquanto contribuem indiretamente para o enriquecimento de outros, encontram-se sem acesso às condições mínimas de sobrevivência, sendo levados à realidade das ruas como única alternativa de vida. Nessa condição, estão mais suscetíveis a desenvolver ou agravar transtornos mentais relacionados à sua condição de vida, com precariedade, exclusão e falta de vínculos sociais e familiares, como também se torna comum o contato com substâncias psicoativas. Como destaca o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, a desigualdade é essencial para a reprodução e aumento do lucro do capital e com a concentração das riquezas, os recursos que deveriam garantir direitos básicos como saúde e moradia deixam de ser acessíveis à parcela mais pobre da população, intensificando a divisão entre pobres e ricos se intensifica (Tiengo, 2018).

Essa dinâmica impacta diretamente na saúde, principalmente quando se compreende o conceito de determinação social da





saúde. Ter saúde não significa apenas a ausência de doenças ou a negação do estado patológico como um fenômeno biológico isolado, mas é decorrente de um fenômeno social, relacionado à organização da produção e da forma de distribuição dos bens e serviços socialmente produzidos (Laurell, 1982). A condição de vulnerabilidade, não é fruto de uma escolha individual, mas consequência de uma macroestrutura social que escapa do controle do sujeito, porém interfere nas condições de vida e por consequência, no processo saúde-doença. Dessa forma, torna-se imprescindível a análise holística do paciente, que considere também os determinantes sociais que influenciam sua saúde,

O Sistema Único de Saúde (SUS) é orientado pelos princípios de integralidade, universalidade e equidade, com objetivo de garantir atenção à saúde a todos os cidadãos brasileiros. No entanto, quando se trata de pessoas em situação de rua, observa-se, na prática, um afastamento desses princípios por muitos profissionais de saúde, que parecem esquecer que esses indivíduos também fazem parte da sociedade. Esse comportamento pode ser compreendido, em parte, como consequência de uma formação profissional distanciada da realidade das populações vulnerabilizadas e carente de uma abordagem efetiva da saúde coletiva. Em serviços de saúde, como unidades básicas e hospitais, é comum encontrar profissionais pouco preparados para acolher e atender as necessidades específicas da população em situação de rua. Soma-se a isso a escassa sensibilização diante das complexidades sociais que envolvem essa população, contribuindo para a reprodução de estigmas e preconceitos já presentes na sociedade. Como consequência, muitas dessas pessoas sobrevivem em condições de extrema precariedade e são frequentemente privadas de cuidados médicos e sociais básicos. Em diversos contextos, profissionais de saúde recusam atendimento sob a justificativa de que os indivíduos não se encontram em “condições adequadas”, perpetuando, assim, práticas excludentes e desumanizadoras, incompatíveis com os princípios fundamentais do SUS.



A disparidade social alimenta um ciclo contínuo de exclusão, marcado por práticas discriminatórias e ações higienistas, que tratam essas vidas como descartáveis, intensificando a internalização do sofrimento e agravando a marginalização. Essa situação dificulta ainda mais a criação de vínculo com profissionais da saúde, importante para a adesão a tratamentos e a construção de confiança, fundamentais para o cuidado efetivo. Em decorrência disso, muitas pessoas tentam lidar sozinhas com seus sintomas e sofrimentos, muitas vezes sem acesso ou suporte, levando a acumulação de agravos físicos e psíquicos e reforçando o ciclo de exclusão e adoecimento.

Assim, o Espaço Acolhedor de Botucatu surge como uma importante ruptura na lógica excludente dessa população marginalizada, possibilitando que as pessoas em situação de rua sejam reintegradas na coletividade e tenham sua dignidade restabelecida. Sem um lar para buscar refúgio, esses indivíduos enfrentam não apenas a ausência de abrigo, mas também uma profunda carência de suporte básico, o que intensifica sua vulnerabilidade e dependência de intervenções e políticas públicas efetivas, capazes de atender suas demandas essenciais de saúde. Nesse contexto, a extensão universitária se revela como uma poderosa ferramenta de transformação social e um importante impulsionador na quebra de estigmas e da desumanização dos atendimentos em saúde. Contribui para a implementação de ações sociais, para o enfrentamento das desigualdades, dando voz àqueles que a sociedade faz questão de invisibilizar: as pessoas em situação de rua.

O Espaço Acolhedor, localizado na Vila Jahu, no município de Botucatu, estado de São Paulo, é um serviço municipal que tem como objetivo abrigar e acolher temporariamente pessoas em situação de rua, em vulnerabilidade socioeconômica e/ou que estão em trânsito no município (migrantes). Entre seus diversos serviços, o Espaço Acolhedor tem como missão promover a reintegração social desses indivíduos, oferecendo oportunidade de trabalho, apoio para emissão de documentos essenciais, moradia temporária, sendo possível usar



o endereço da instituição para fins de cadastro em serviços de saúde e programas sociais. Além disso, contam com a possibilidade de acompanhamento e apoio assistencial e orientação de uma equipe multiprofissional (e-Multi). Próximo ao local, funciona o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e ao lado o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - ambas unidades que integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O ambiente do Espaço Acolhedor conta com uma área administrativa, um refeitório, onde são oferecidas refeições diárias e dormitórios divididos em alas feminina e masculina. Há também uma área externa, além de uma estante com livros variados em bom estado, bem como jogos recreativos, que proporcionam momentos de lazer e estímulo à convivência.

No processo de desenvolvimento do projeto proposto na disciplina, a comunicação mostrou-se essencial para a construção de um senso comum e para a realização eficaz das atividades em equipe. Essa dinâmica favoreceu o exercício do interprofissionalismo, da responsabilidade social e da comunicação dialógica, fundamentais para um processo de trabalho positivo e colaborativo. Dessa forma, a comunicação dialógica, utilizada tanto em discussões em grupos quanto em conversas com os profissionais do equipamento social, favoreceu a interação e a troca de saberes, promovendo a construção do conhecimento de maneira horizontal e respeitosa, em conformidade com os princípios da pedagogia crítica de Paulo Freire.

A interprofissionalidade, ao integrar diferentes áreas do conhecimento, abre canais de comunicação entre os membros do grupo, promovendo resultados mais eficazes nas ações e um maior dinamismo no grupo. Isto porque não se trata apenas de cada um fazer sua parte, mas de construir, em conjunto, uma abordagem integral. Além disso, o desenvolvimento da responsabilidade social contribui para a transformação das realidades desiguais, aprimorando o pensamento crítico e orientando o trabalho para as necessidades concretas da comunidade, com foco na equidade e na justiça social.



Durante todo o desenvolvimento do projeto foram pensadas diversas possíveis ações, desde a arrecadação de roupas até a reestruturação do currículo formativo e intervenções públicas em forma de protesto. No entanto, diante do tempo limitado destinado à disciplina, tornou-se evidente o anseio dos alunos em elaborar algo que realmente fosse capaz de alcançar os objetivos propostos: atuar de forma efetiva dentro daquela comunidade.

Diante dessa dificuldade, iniciou-se o que viria a ser a parte mais transformadora do projeto, antes mesmo da definição da ação final: o diálogo com a comunidade. Foram realizadas visitas ao Espaço Acolhedor, com o objetivo de conhecer e compreender as reais demandas desse público. As conversas ocorridas nesse momento foram profundamente esclarecedoras e transformadoras, gerando um impacto significativo no grupo, que desencadeou uma série de ideias e possibilidades – muitas das quais extrapolavam o cronograma da disciplina, mas que certamente poderão servir de base para futuras propostas e intervenções sociais.

Dentro do diálogo estabelecido na unidade, as maiores demandas relatadas pela comunidade de pessoas em situação de rua foram a falta de respeito por parte da sociedade e a dificuldade ao acesso à saúde, que decorre dessa realidade. Para tematizar a ação, foram escolhidos dois Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

- ODS 3 - Saúde e Bem-Estar: visa garantir o acesso à saúde de qualidade, e promover o bem-estar para todos. No qual destaca-se o subobjetivo 8, que visa atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde dignos, e a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.
- ODS 10 - Redução das desigualdades: visa reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países. O subobjetivo 2 se destaca ao planejar, até 2030, empoderar e promover a

inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou condição econômica.

Foi então decidido que a melhor abordagem possível para atingir um objetivo tão extenso, dentro de um prazo tão curto e com poucos recursos, seria realizar uma ação que pudesse ser reaproveitada e divulgada posteriormente, funcionando como uma fonte contínua de informação. Nesse sentido, os principais destaques das ações realizadas foram o informativo no formato de *flyer*, que pontua os direitos das Pessoas em Situação de Rua (PSRs), e o vídeo, que busca sensibilizar a sociedade sobre o preconceito e as dores sofridas por essa população. Espera-se que, até 2030, possamos consolidar o entendimento de que todas as pessoas merecem respeito e uma vida digna.

Sob a ótica do projeto, as atividades voltadas à educação em saúde são de grande importância, pois, ao proporcionar conhecimento sobre os direitos dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, espera-se que se estabeleça uma base para ações concretas e transformadoras. Ao se apropriarem desses direitos, esses indivíduos passam a ter melhores condições de reivindicar e acessar intervenções e serviços que atendam de forma adequada às suas necessidades.

Por meio das ações desenvolvidas com o objetivo de promover melhorias no sistema de saúde no que se refere ao acolhimento, os estudantes também passaram por um processo formativo voltado à construção de uma mentalidade humanitária no cuidado e tratamento de pessoas em situação de rua e/ou vulnerabilidade socioeconômica. Utilizando como recursos um informativo sobre a negligência do cuidado humanizado com essa população e um vídeo produzido pelos próprios estudantes — que reúne relatos de moradores do Espaço Acolhedor de Botucatu — foi possível dar visibilidade a vivências marcadas por maus-tratos, falta de empatia, ausência de profissionalismo e comprometimento ético por parte de alguns profissionais de saúde.





Espaço Acolhedor e UNESP



Como deve ser o atendimento de saúde para pessoas em situação de rua?

1

A unidade de saúde atende as pessoas em situação de rua da região?

Os profissionais devem saber o perfil do território que eles atendem. Então, caso haja um baixo fluxo desse grupo, deve-se identificar se há uma pequena população ou se eles não estão querendo frequentar as unidades.

A unidade de saúde tem sido receptiva com essa população?

Pessoas em situação de rua possuem os mesmos direitos que toda população. Então eles não podem ser impedidos de entrar nos espaços de saúde.

2

Será que a equipe de saúde possui preconceitos com o fato de ser alguém em situação de rua?

Pessoas em situação de rua podem apresentar vestimentas gastas e estarem há longos períodos sem banho, mas isso não tira seu direito ao tratamento.

3

Será que estamos cobrando os documentos certos?

A falta de um endereço de moradia não pode impedir o atendimento, já que pessoas em condição de vulnerabilidade devem ser atendidas sem ele.

4

Tornamos um ambiente acolhedor?

A pessoa em condição de rua não pode ser vigiada ou negligenciada pela equipe médica, já que, como qualquer pessoa, deve-se prezar pelo bem estar físico e mental do paciente.

5

Devemos conter pacientes em serviços de saúde?

Só deve-se realizar a contenção em caso de o paciente colocar em risco a saúde de outro ou o patrimônio público. Se tais fatos não ocorrerem, o paciente deve ser tratado com os mesmo critérios que os demais.

6



Em parceria com os cursos de Enfermagem e Medicina

REC

7





Essa realidade fere diretamente a qualidade de vida de toda uma comunidade, especialmente aquela que depende exclusivamente do serviço público de saúde para garantir o mínimo de dignidade. A própria Constituição Federal, considerada a Carta Magna brasileira, assegura que o direito à saúde é universal e dever do Estado. Foi a partir desse princípio que nasceu o Sistema Único de Saúde (SUS), oficializado em 1990, com a promulgação da Lei nº 8.080, que estabelece as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Contudo, a falta de humanização no cuidado, que ainda persiste em muitos contextos, revela a prevalência de preconceitos enraizados, resultando em atendimentos desiguais, desumanizados e banalizados — sobretudo para aqueles em situação de maior vulnerabilidade. Esse cenário desrespeita os princípios do SUS, viola a Constituição e contraria os direitos humanos, aprofundando a exclusão de quem mais precisa ser acolhido.

Ademais, as iniciativas intervencionistas desenvolvidas no projeto contribuem diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades). Essas ações visam construir uma sociedade mais humanista, que valoriza a equidade no cuidado em saúde e busca reduzir o preconceito e a desigualdade social. Para isso, aposta-se na educação em saúde como instrumento de transformação, direcionada a moradores dos Espaços Acolhedores, Centros de Referência Especializado, e especialmente às pessoas em situação de rua e/ou em extrema vulnerabilidade.

Por meio dessas experiências, os estudantes puderam tomar consciência dos impactos da negligência social nas unidades de saúde. Espera-se que, enquanto futuros profissionais, atuem com um olhar mais sensível e promovam o cuidado humanizado em suas respectivas áreas de atuação, contribuindo para a mitigação dessa problemática social. Foi uma experiência valiosa tanto para os alunos quanto para os tutores, pois contribuiu significativamente



para aumentar a sensibilidade, a empatia e o olhar em relação às pessoas em situação de rua. Essa vivência aproximou teoria e prática, fortalecendo o compromisso ético com o cuidado, com a dignidade e com a equidade.

Objetiva-se que, por meio dos projetos desenvolvidos pelos estudantes, haja uma maior conscientização da realidade enfrentada pelas pessoas em situação de rua, além de uma ampliação do engajamento da população local em ações no Espaço Acolhedor, como doação de roupas, calçados e itens de higiene pessoal. Almeja-se também que, futuramente, haja adesão governamental, possibilitando a realização de ações voluntárias com estudantes de diversas áreas. Tais iniciativas contribuem para atenuar a invisibilidade social, promover educação em saúde e romper com a mentalidade excludente que ainda persiste na sociedade — a ideia equivocada de que alguns indivíduos seriam mais ou menos merecedores de um cuidado digno e humanizado, tanto dentro quanto fora dos serviços de saúde.

AGRADECIMENTOS

Aos estudantes Carlos Eduardo Rezende Barroso, Gian Lucas Lopes da Silva, Jenniffer Karine de Souza, João Gabriel Tavares, João Vitor Vaz de Mello Costa, Luis Felipe Tavares Ferreira, Maria Eduarda Nogueira Barbosa, Paulo Davi de Oliveira Pires Sobrinho, Sofia Giulietti Farias, Thiago Souza Brito, que, com empenho e sensibilidade, se esforçaram para ampliar o olhar da comunidade para a realidade das pessoas em situação de rua.

À equipe técnica que nos recebeu no Espaço Acolhedor de Botucatu: Paula Graziela Belavenute (assistente social e coordenadora), Anderson Gabriel Quinalha (psicólogo) e Lidiane Aparecida Reis Pinheiro (assistente social), que nos receberam e explicaram



sobre o funcionamento do espaço acolhedor, e aos usuários entrevistados, mantidos anônimos por pedido, mas cujos relatos foram essenciais para a construção e o aprofundamento deste projeto.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. O. **Lei nº 8.080**: 30 anos de criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: BVS, 2020. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/lei-n-8080-30-anos-de-criacao-do-sistema-unico-de-saude-sus/#:~:text=Em%2019/9/1990%20foi,%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20\(SUS\)](https://bvsms.saude.gov.br/lei-n-8080-30-anos-de-criacao-do-sistema-unico-de-saude-sus/#:~:text=Em%2019/9/1990%20foi,%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20(SUS).). Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.

COUTO, J. G. A. *et al*. Saúde da população em situação de rua: reflexões a partir da determinação social da saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. e220531pt, 2023. DOI 10.1590/S0104-12902023220531pt.

LAURELL, A. C. A saúde-doença como processo social. **Revista Latinoamericana de Salud. Mexico**, n. 2, p. 7-25, 1982.

RAMOS, L. M. P. C. **A presença de Paulo Freire nos projetos de educação de rua no Rio de Janeiro**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2020. Disponível em: [https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/6ec81735-8282-4b39-9074-58963fbb0584/content#:~:text=Com%20o%20seu%20apoio%20surgem%20associa%C3%A7%C3%B5es%20de,N%C3%A3o%20Governamentais%20\(ONGs\)%20modernas%2C%20muitas%20das%20quais](https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/6ec81735-8282-4b39-9074-58963fbb0584/content#:~:text=Com%20o%20seu%20apoio%20surgem%20associa%C3%A7%C3%B5es%20de,N%C3%A3o%20Governamentais%20(ONGs)%20modernas%2C%20muitas%20das%20quais). Acesso em: 26 abr. 2025.

TIENGO, V. M. O fenômeno população em situação de rua enquanto fruto do capitalismo. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 138-150, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/29403/17158>. Acesso em: 21 abr. 2025.

21

Rhyanne Vasconcellos Nascimento

Gabrielle Oliveira Silva

Érica Ramos

Michelle Cristine de Oliveira Minharro

REVITALIZAÇÃO DO JARDIM SENSORIAL DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE)



À sombra das Araucárias

Manuel Bandeira

*"Não aprofundes o teu tédio.
Não te entregues à mágoa vã.
O próprio tempo é o bom remédio:
bebe a delícia da manhã.*

*A névoa errante se enovela
na folhagem das araucárias.
Há um suave encanto nela
que enleia as almas solitárias...*

*As cousas têm aspectos mansos.
Um após outro, a bambolear,
passam, caminho d'água, os gansos
Vão atentos, como a cismar...*

*No verde, à beira das estradas,
maliciosas em tentação,
riem amoras orvalhadas.
Colhe-as: basta estender a mão.*

*Ah! Fosse tudo assim na vida!
Sus, não cedas à vã fraqueza.
Que adianta a queixa repetida?
Goza o painel da natureza.*

*Cria, e terás com que exaltar-te
no mais nobre e maior prazer.
A afeiçoar teu sonho de arte,
sentir-te-ás convalescer.*

*A arte é uma fada que transmuta
e transfigura o mau destino.
Prova. Olha. Toca. Cheira. Escuta.
Cada sentido é um dom divino."*

DIALOGANDO COM A DIVERSIDADE E RECONHECENDO POTENCIALIDADES

A APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) é uma organização social sem fins lucrativos criada no Brasil em 1954, no Rio de Janeiro, com o propósito inicial de promover assistência médico-terapêutica às pessoas com deficiência. Contudo, com o crescimento da instituição e a intensificação das lutas em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, houve uma ampliação desses objetivos que agora se voltam ao cuidado integral das pessoas com deficiência e ao acolhimento de seus familiares. Nesse sentido, a APAE promove ações de qualidade de vida, educativas, de promoção da saúde, esportivas, culturais, de inclusão no mercado de trabalho e de assistência social. Além disso, a APAE também oferece apoio e orientação contínua às famílias dos assistidos.

Segundo a Federação Nacional das APAEs (<https://apae-brasil.org.br/>), existem 26 unidades estaduais e mais de duas mil e duzentas APAEs distribuídas pelo país, com cada unidade da APAE funcionando de maneira autônoma, mas seguindo as diretrizes estabelecidas pela Federação Nacional das APAEs. Fundada em 1969, a APAE de Botucatu-SP (<https://www.apaebotucatu.org.br/>) possui sede própria, onde são atendidas em torno de 330 pessoas tanto do município de Botucatu quanto de municípios vizinhos, como Pardinho e Itatinga. A instituição tem como foco de atendimento pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e Transtorno do Espectro Autismo - TEA, de idades variadas, e crianças de 0 a 5 anos com atraso neuropsicomotor. Segundo a Lei Federal nº 13.146 de 6 de julho de 2015, é considerada pessoa com deficiência (PCD) “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. As PCD que frequentam





a APAE de Botucatu diariamente participam de atividades de escolarização, esportivas, de artesanato, musicais, de horticultura, entre outras, desenvolvidas e integradas na rotina dos usuários e adaptadas à individualidade de cada um. Uma equipe multiprofissional proporciona os cuidados de saúde e atenção pedagógica, por meio da integração de diferentes profissionais como pedagogas, psicóloga, enfermeiro, terapeuta ocupacional, fonoaudióloga, neurologista, dentre outros. Além disso, os diversos espaços são adaptados às atividades propostas, visando o bem-estar, o desenvolvimento e a integração dos atendidos.

No ano de 2024, a coordenação da unidade curricular “Extensão Universitária na Saúde”, componente do “Programa Agenda 2030: Ações da FMB UNESP para desenvolvimento sustentável na saúde, educação e implementação de parcerias” da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) - Unesp, atuou em parceria com APAE de Botucatu-SP para a idealização, o planejamento e a realização de ações extensionistas colaborativas envolvendo estudantes, docentes e servidores técnicos da FMB - Unesp, bem como a equipe de trabalhadores e os atendidos pela APAE. Ao longo das atividades da unidade curricular, ministrada a estudantes dos primeiros anos dos cursos de graduação em Enfermagem e Medicina, almejou-se desenvolvimento da extensão universitária sob a perspectiva emancipatória, interdisciplinar e dialogada, visando contribuir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Mediante as vivências realizadas pelos estudantes no espaço da APAE e suas interações com os assistidos, bem como o diálogo com os profissionais e os gestores do local, foram identificadas demandas nas quais os estudantes pudessem contribuir ativamente. Dentre as possibilidades identificadas, a revitalização do espaço do Jardim Sensorial apresentou potencial para atender ao interesse da instituição e da equipe local no que se refere à promoção do bem-estar psicológico e social de todos que frequentam o

espaço, visto que o mesmo foi extensivamente utilizado no passado mas que na atualidade carece de uma nova abordagem, que seja autônoma e compatível com a possibilidade de manutenção oferecida pela instituição.

A REVITALIZAÇÃO EM MEIO ÀS RESSONÂNCIAS DOS SENTIDOS

Jardins sensoriais são locais onde é possível explorar a interação do indivíduo com o ambiente por meio dos sentidos, estimulando de forma individual e criativa esse contato. O estímulo das sensações pelo movimento, toque, cheiro, gosto, sons e cores propicia o reconhecimento do próprio corpo e a percepção sensorial transmitida por ele, além de incentivar a criatividade, fomentar conexões afetivas, promover o lazer e o bem-estar. Outras possibilidades do jardim envolvem ensinar, através das plantas e dos animais, sobre a biodiversidade e promover consciência ambiental e social na perspectiva de inclusão e acessibilidade, visto que o espaço é destinado à comunidade em geral, incluindo pessoas com deficiências físicas - pessoas cegas, com baixa visão, cadeirantes e de pouca mobilidade (Schneider, 2020).

O estímulo ao desenvolvimento de novas habilidades produz resultados ativos. Ambientes inclusivos que buscam trabalhar os desafios de comunicação social presentes em indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por exemplo, podem promover momentos mais significativos de interação social e integração com os colegas por meio da estimulação. Consequentemente, é possível estabelecer uma relação interativa entre o indivíduo portador de deficiência e o ambiente ao seu redor, o que contribui para o desenvolvimento da autonomia, da autorreflexão e da qualidade de vida.





Práticas pedagógicas em jardins sensoriais têm demonstrado ser de grande ajuda no desenvolvimento da interação social e podem ajudar a reduzir os níveis de estresse e ansiedade, levando a uma melhor regulação emocional e bem-estar geral. Os impactos gerados variam de indivíduo para indivíduo, temos como exemplo habilidades motoras, após interação com o jardim os indivíduos podem vir a desenvolver novos gostos e habilidades, produzir novos sons, e construir conhecimentos e experiências que geram sentimentos únicos e memórias afetivas.

Assim, a utilização do jardim sensorial da APAE enquanto espaço para a promoção do bem-estar e da educação contribui diretamente com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, mais especificamente o ODS 3 - Saúde e Bem-Estar, ao reduzir o estresse e ansiedade por meio do contato e conexão com a natureza, e o ODS 4 - Educação de Qualidade, ao promover aprendizagem sensorial, ambiental e inclusiva. Dessa maneira, o grupo elaborou e planejou ações de revitalização do jardim sensorial da APAE, repensando a proposta do espaço quanto à sua intencionalidade, organização e manutenção, e otimizando seu potencial para a promoção de bem-estar, de conexão com a natureza, e de ressonância dos sentidos.

Um primeiro mapeamento do jardim foi realizado para reconhecimento de sua atual organização e a identificação de potenciais melhorias. A partir da estrutura existente, o grupo de estudantes se dividiu em setores do jardim para que assim, de forma organizada e criativa, cada setor recebesse a devida atenção e pudesse ser revitalizado. Um mapeamento dos recursos também foi feito, tanto para a revitalização em si, quanto para a confecção de outros elementos que buscaram ampliar os estímulos sensoriais, como por exemplo plantas específicas às estimulações (cores, cheiros e texturas), pinturas das estruturas do jardim e de placas sinalizadoras, chocalhos para estimulação auditiva em resposta ao vento, dentre outros elementos produzidos por meio de materiais artísticos e de jardinagem. Para



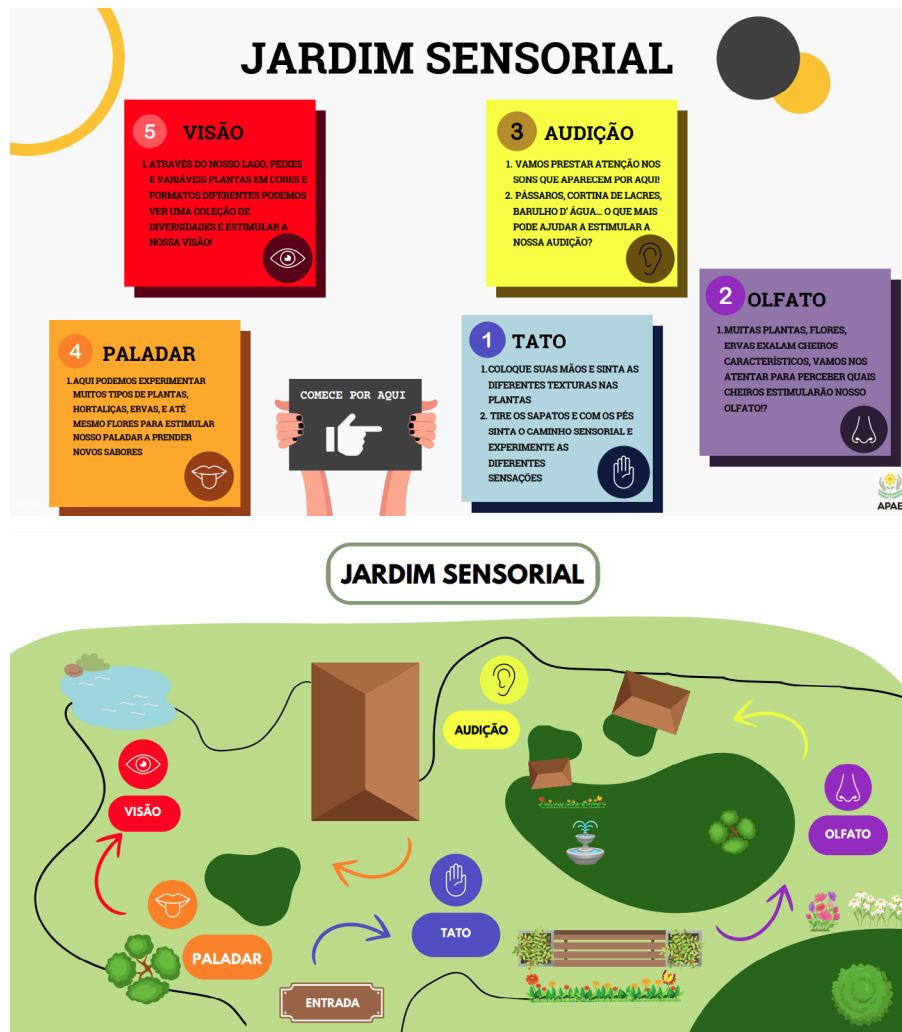
uma orientação mais efetiva e que pudesse tornar o passeio pelo jardim autônomo e educativo foram definidas cores específicas para identificação de cada ambiente quanto à estimulação proporcionada de forma mais intensa e específica a um dos sentidos naquele setor. Além disso, houve a renovação das placas que nomeavam cada sentido, a reorganização de plantas antes distribuídas em outros ambientes e a elaboração de um mapa autoguiado (Figura 1) para os casos de visitação sem orientações dos profissionais, ainda que o grupo reconheça a relevância e o enriquecimento que tal profissional traz na composição da equipe, em especial no contexto educativo.

A respeito do caráter educativo contido em espaços como a natureza:

Todos os lugares são lugares de aprender. Cidades, florestas, quintais, territórios a serem investigados, com árvores, rios, clareiras, praças, praias. A natureza é um manancial de possibilidades para a formação estética, não só para as crianças, como para todos os seres humanos (BARBIERI, 2012, p. 115).

Novas formas, texturas, cheiros e até mesmo sentimentos são descobertos durante a exposição à natureza (Pavesi 2016). Para as crianças as sensações produzem novas memórias e futuras recordações, para os adultos uma sensação de paz e muitas vezes de lembranças permanentes. Além do bem-estar, esta conexão com a natureza permite também uma interação com o novo, uma oportunidade de explorar, conhecer e se interessar por novos conhecimentos sobre botânica ou até mesmo sobre a biodiversidade. Também age positivamente atuando de forma terapêutica para a saúde mental e, no caso do Jardim Sensorial, temos ainda o reconhecimento corporal e a autopercepção, a comunicação e a inclusão a partir da experiência coletiva.

Figura 1 - Mapa autoguiado do Jardim Sensorial da APAE de Botucatu-SP produzido pelos estudantes de Medicina e Enfermagem da FMB-Unesp





- **Reconhecimento Corporal e Autopercepção:** Durante a conexão com a natureza busca-se permitir o toque, a aproximação com as flores para sentir o cheiro, e vários outros movimentos que decorrem de ações corporais. O reconhecimento corporal tende a ser desenvolvido com a observação atenta aos movimentos realizados pelo corpo enquanto este realiza novas descobertas.
- **Comunicação:** Está relacionada com os relacionamentos, ali no momento de conexão com a natureza, para além de vivenciar aquela experiência de forma individual, o objetivo também inclui novas experiências na comunicação interpessoal.
- **Inclusão:** Como o objetivo é explorar e desenvolver as habilidades de todos os grupos, mesmo que para isso sejam necessárias algumas modificações, a fim de alcançar a maior quantidade possível de alunos e participantes, a inclusão social é o foco principal para que o Jardim continue sendo utilizado de forma ativa.

DAS APRENDIZAGENS E VIVÊNCIAS COLABORATIVAS COM AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ao finalizar todo o processo de revitalização, em sua última visita, o grupo buscou avaliar o impacto da ação de revitalização do jardim sensorial, por meio da percepção dos profissionais da APAE quanto à utilização do espaço (indicador). As devolutivas dos profissionais que trabalham na APAE se mostraram positivas a respeito do que foi realizado, como o elogio à reorganização das plantas e das sinalizações, que evidenciaram as estações de estimulação dos sentidos e tornaram o Jardim mais atrativo à visitação, além de melhorar



a sensação de bem-estar de quem o visita. Além disso, também foi reportado que essa atratividade incentivou as pessoas que frequentam a APAE a adentrarem o jardim para vivenciar a experimentação sensorial ou para relaxar e espairecer. Assim, o retorno dado pelos profissionais valorizou o trabalho do grupo e indicou que os objetivos da proposta foram cumpridos, ainda que muitas outras ações possam ser desenvolvidas a partir de seus resultados.

As respostas positivas coletadas na escuta ativa dos estudantes apontaram que o espaço é relevante para a vida cotidiana dos estudantes e dos profissionais da APAE e trouxe benefícios físicos e mentais a todos que o frequentaram, estabelecendo uma conexão com a natureza e explorando os sentidos especiais (visão, audição, paladar e olfato) e os sentidos somáticos (tato e pressão), em especial nas situações onde as pessoas procuraram o espaço de forma espontânea e se beneficiaram dele para a regulação emocional.

Além disso, a ação estreitou laços colaborativos com a comunidade e entre as instituições locais. Para a APAE, segundo relatos de seus gestores, a revitalização do Jardim Sensorial representou uma renovação no ambiente terapêutico e educativo, retomando suas atividades e oferecendo uma experiência mais rica e completa para seus usuários. A presença de plantas específicas para cada sentido ajuda no desenvolvimento sensorial e promove a interação lúdica e educativa que pode ser incluída no planejamento de atividades curriculares das crianças que vivem sua escolarização na instituição.

Para a UNESP, o projeto de extensão reforça seu compromisso com a responsabilidade social e a integração com a comunidade, bem como proporciona a formação humanizada e integrativa dos estudantes de graduação que, futuramente, atuarão na área da Saúde. A participação ativa em projetos como este demonstra a importância da universidade não apenas como um centro de ensino e pesquisa, mas também como um agente de transformação social. A disciplina também possibilitou a interação interprofissional entre



os graduandos e com os profissionais, sendo trabalhada a questão comunicativa e colaborativa, e contemplando o planejamento conjunto de uma ação na promoção da saúde.

O processo de construção da ação extensionista é, em si, o aprendizado mais destacado pelos estudantes. Ainda, para todos os envolvidos, conhecer as situações complexas da realidade em um cenário de ensino voltado ao cuidado, à educação e à qualidade de vida de pessoas com deficiência e neurodiversas é sensibilizador e mobilizador de outras aprendizagens. Na horizontalidade de relações e na interprofissionalidade, pressupostos da extensão universitária emancipatória, se observa o favorecimento de vínculos, o que impulsiona a corresponsabilização diante dos desafios encontrados. Sendo assim, o processo de florescimento e revitalização vai muito além do jardim sensorial, mas também das aprendizagens de estudantes, docentes, profissionais e gestores, espelhando a margarida de pétalas amarelas e centro alaranjado ladeada pelas mãos que a cuidam, símbolo oficial da APAE Botucatu-SP.

AGRADECIMENTOS

Aos estudantes Maria Clara Trigueiro Oliveira Guedes, Isabela dos Santos Rosa, Lorenzo Mello de Carvalho, Isabelly Murback Ribeiro da Silva, Daniela Marcondes Nascimbeni, Pedro Leite de Farias, Isabella Bubola Duarte, Beatriz KotiLazzari, Eduardo Macedo Garcia Leao, Victor Issao de Godoy e Vitor MoretiMalvezzi por contribuírem de maneira significativa com o florescimento das ações e vivências extensionistas ao longo da Unidade Curricular.

À comunidade e gestão da APAE, em especial à Coordenadora Priscila Lisboa Baptista, que nos recebeu de braços abertos, incentivando e subsidiando as ações propostas, e nos apresentando à comunidade da APAE onde tanto aprendemos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE). **Quem somos**. Brasília, DF: APAE Brasil, 2024. Disponível em: <https://apaebrasil.org.br/conteudo/quem-somos>. Acesso em: 13 set. 2024.

BARBIERI, S. **Interações**: onde está a arte na infância? São Paulo: Blucher, 2012. 162 p.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011

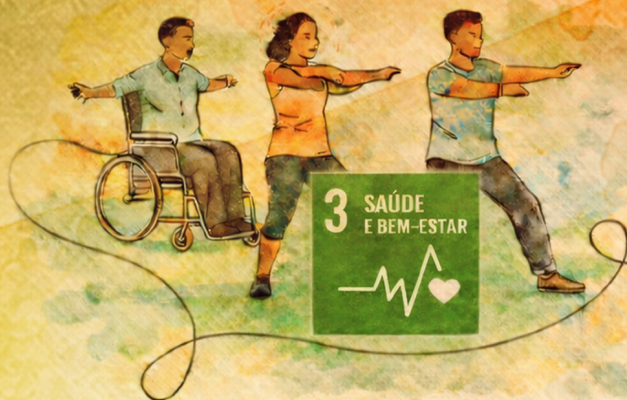
BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

MARAFON, D.; SANTOS, V. L. M. As crianças com autismo e as vivências no jardim sensorial. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 18, n. 52, p. 400-417, 2024. DOI 10.5281/zenodo.11177140.

PAVESI COCITO, R. A natureza como espaço educacional: oportunidades para a infância. **ColloquiumHumanarum**, Presidente Prudente, v. 13, n. Especial, p. 94-100, 2016.

SCHNEIDER, R. M. R.; RODRIGUES, R. C. Brincando e explorando os 4 elementos da natureza: relato de propostas desenvolvidas. **Saberes em Foco** - Revista da SMED NH, Novo Hamburgo, v. 3, n. 1, p. 77-91, 2020.





SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SUSTENTÁVEL

22

Eduardo Sanches Gil
Maria Eduarda Pires Marchetti
Mariele Colletti Coral Batista
Mariele Gobo-Oliveira

BANCOS DE ALIMENTOS: CAMINHOS PARA A EFETIVAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR SUSTENTÁVEL



(...) *"Do que é que a fome é feita
se não tem gosto nem cor
não cheira nem fede a nada
e o nada é seu sabor.
Qual o endereço dela,
se ela tá lá na favela
ou nas brenhas do sertão?
É companheira da morte
mesmo assim não é mais forte
que um pedaço de pão" (...)*

Fome, Bráulio Bessa

Os Bancos de Alimentos (BA) são equipamentos públicos, tendo como perspectiva a concretização do Direito Humano à Alimentação Adequada. Seu objetivo é garantir a segurança alimentar e nutricional e o combate às perdas e desperdícios de alimentos que ocorrem na cadeia produtiva (BRASIL, 2023).

O primeiro BA, *St. Mary's Food Bank*, surgiu na cidade de Phoenix - Estados Unidos da América em 1967 (COSTA *et al.*, 2014). Seu modelo de funcionamento seguiu para o Canadá, Europa e depois para América Latina (BRASIL, 2023). No Brasil, os BA surgiram na década de 90 como iniciativa implantada pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) (BRASIL, 2023).

Para que cumpra com seu objetivo, os BA realizam a arrecadação, seleção, armazenamento e distribuição de alimentos, identificando potenciais doadores e entidades beneficiadas. Os alimentos podem ser *in natura* ou processados (BRASIL, 2023).

No município da atividade extensionista, o BA foi fundado em 2015 e contempla aproximadamente 40 projetos sociais e 350 famílias (BOTUCATU, 2015). O BA não faz atendimento direto ao público nem realiza venda de alimentos. Seu atendimento é exclusivo aos projetos sociais que, por sua vez, realizam a distribuição dos



alimentos aos seus usuários em situações de vulnerabilidade, após avaliação e cadastro por meio do Serviço Social municipal.

Com o propósito de realizar uma ação extensionista no BA municipal, como atividade da Disciplina de Extensão em Saúde, um grupo formado por 14 alunos dos cursos de Enfermagem e Medicina e sob a supervisão do professor, realizou seis visitas ao BA. No primeiro momento, o grupo conheceu sua infraestrutura, forma de funcionamento e a equipe. Foi compreendido que a busca pelos alimentos doados ocorre nos supermercados e nas quitandas locais. Seguindo as recomendações nacionais, possui infraestrutura para o processamento dos alimentos dividido em: (1) recepção e pré-higienização para separação do que pode ser consumido, como embalagens plásticas; (2) seleção e triagem, dos alimentos que ainda possuem valor nutricional daqueles que não são mais próprios para o consumo; (3) higienização e processamento dos alimentos previamente selecionados; (4) separação, dos alimentos que serão destinados aos *kits* ou que passarão por processamento, como frutas que serão transformadas em doces de compota; (5) montagem dos *kits* que serão destinados a cada família e a cada instituição; (6) distribuição, área para retiradas dos *kits* pelas instituições; e (7) compostagem, onde alimentos que não são próprios para consumo são depositados para servirem de adubo.

Com o objetivo de compreender as necessidades do equipamento social, o grupo conversou primeiramente apenas com a coordenação do BA, não chegando em um consenso sobre a abordagem prioritária para a ação. Norteados pelos preceitos da comunicação dialógica em que todos, alunos e profissionais atuam como iguais, ainda que com papéis diferenciados, para a tomada de decisão (FIGUEIREDO, 2010), a abordagem se estendeu a todos os trabalhadores do BA. Os alunos foram divididos em dupla e conversaram individualmente com toda a equipe do BA, levando à clareza de que

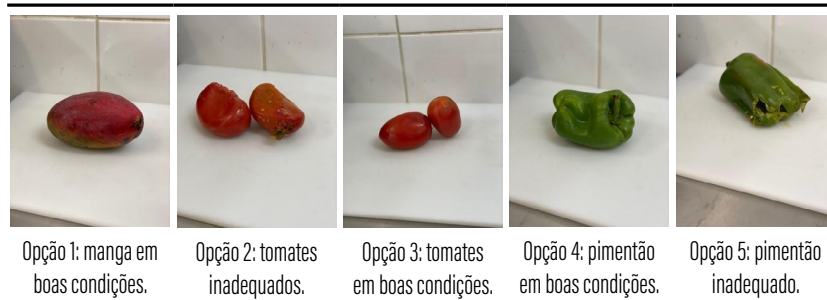


a necessidade prioritária era melhorar a qualidade dos alimentos doados e a quantidade das doações. A abordagem escolhida para sua realização, foi a elaboração de um vídeo explicativo.

O vídeo foi produzido pelo grupo de alunos, com a duração de um minuto e 44 segundos. Consistiu na apresentação do BA, incluindo sua infraestrutura e função, guiada por um aluno. Iniciou-se com a apresentação da sala de coordenação, o processo de seleção dos alimentos doados, mostrando exemplos de alimentos com e sem valor nutricional, a fim de instruir acerca da separação dos itens para a doação. Após isso, passou-se à apresentação da higienização e divisão dos alimentos por público atingido em *kits* específicos a serem enviados para os projetos sociais. A seguir, foi exposta a cozinha, para visualização da confecção dos doces, quando pertinente, e a área externa com a composteira. Na parte final, foi reforçada a importância das doações para o BA.

Após a aprovação do vídeo pela coordenação do BA, os alunos foram divididos em grupos menores e visitaram quatro, de seis instituições doadoras previamente indicadas pela equipe do BA. Nas visitas foi possível dialogar com os trabalhadores e as gerências locais, reproduzindo o vídeo produzido. Além disso, um formulário online confeccionado pelo grupo de alunos foi aplicado antes e após a reprodução do vídeo, com o objetivo de avaliar seu impacto e a compreensão das informações relatadas. O formulário continha três questões: 1. O BA é responsável por (*respostas: a. distinguir alimentos estragados; b. reduzir o desperdício, coletando alimentos que não podem ser vendidos nem consumidos; c. reduzir o desperdício, coletando alimentos que não podem ser vendidos, mas podem ser consumidos; d. armazenar grãos para distribuição*); 2. Como você avalia a sua capacidade de selecionar alimentos? (*respostas: a. boa; b. regular; c. ruim*); 3. Qual dos alimentos abaixo você doaria para o BA? (Figura 1).

Figura 1 - Opções de alimentos a serem ou não doados



Nas visitas, nove pessoas responderam aos questionários. Os participantes se avaliaram como bons na seleção dos alimentos a serem doados, não havendo mudança após assistirem ao vídeo. Em relação à função do BA, a maioria das respostas foram certas, porém, pós-aplicação do vídeo, houve um aumento do número de participantes que assinalaram a função de armazenar grãos para a distribuição pelo BA, que pode ter gerado entendimento da amplitude das funções do BA. Sobre a escolha dos alimentos a serem doados, após o vídeo, mais pessoas selecionaram os alimentos corretos. Além disso, os participantes relataram que se surpreenderam com a organização e o estado de extrema higiene da instituição.

No último dia do grupo ao BA foi relatado que, após a visita de sensibilização aos doadores, uma das instituições que até então doava alimentos esporadicamente, comunicou ao BA que realizaria todas suas doações semanalmente para o equipamento social. Assim, com a ação, foi possível adicionar 600 kg semanais às doações de alimentos do que o habitual ao BA.

A ação realizada foi pautada pelo Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 *"acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura"* (CABRAL, 2020). Apesar de não termos verificado o impacto direto na população, é provável que o aumento da arrecadação tenha contribuído



para atingir mais famílias em insegurança alimentar no município, além de estimular o maior aproveitamento de alimentos que seriam descartados, contribuindo com a sustentabilidade.

Com a realização e repercussão da ação, os estudantes puderam experienciar a aproximação da Universidade e sociedade, se reconhecendo relevantes no processo. A vivência do grupo, construção coletiva, protagonismo nas ações e o diálogo, entre os mesmos e com a sociedade, foi uma oportunidade de vivenciarem a interprofissionalidade, especialmente importante para alunos do segundo semestre de graduação. Vale destacar que, por se tratar de estudantes de diferentes classes sociais, conhecer um equipamento social permitiu o compartilhamento de experiências diversas.

Outro ponto a destacar é a aproximação dos estudantes com os ODS. Vivenciar a atividade extensionista, orientada pelos ODS e Agenda 2030 fomentou discussões e reflexões como a distribuição equitativa de alimentos, a quantidade de projetos sociais existentes no município e os possíveis desafios enfrentados por portadores de doenças crônicas para manter uma alimentação adequada em um contexto de insegurança alimentar. Todos esses, temas relevantes para cidadãos e futuros profissionais da saúde, para compreensão da importância da realidade social de seus pacientes de acordo com necessidades humanas básicas. Afinal, um pedaço de pão é ainda mais forte.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à coordenação e equipe do Banco de Alimentos “Lourdes Pedutti Soares Batista”, pela recepção e colaboração com a ação realizada. Aos alunos participantes que realizaram ação extensionista: Ana Clara Nascimento dos Santos, Heloisa Jose Nascimento

Pereira, Maria Clara da Silva, Caio Herkes Martins, Christine Aliança Araujo de Souza, Diego Mattos Lobert, Elisa Rodrigues Lima, Gabriel Invencioni, Hugo Soares Lemos, Lara Munhoz Mathias, Leonardo de Souza e Silva Filho, Yasmin Borges Castro Pinto e Nogueira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Programa Banco de Alimentos**: manual do pesquisador. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/estudo_pesquisa/estudo_pesquisa_288.pdf. Acesso em: 24 mar. 2025.

BOTUCATU. **Banco de Alimentos**. Botucatu: Ação cidadania de Botucatu, 2015. Disponível em: <https://www.acaodacidadaniadebotucatu.org/projetos/banco-de-alimentos>. Acesso em: 24 mar. 2025.

COSTA, L. A. *et al.* Capacidade de resposta de Bancos de Alimentos na captação, distribuição e redução de desperdício de alimentos. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 38, n. 1, p. 30-48, 2014.

FIGUEIREDO, M. F. S.; RODRIGUES-NETO, J. F.; LEITE, M. T. S. Modelos aplicados às atividades de educação em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 63, n. 1, p. 117-121, 2010. DOI 10.1590/S0034-71672010000100019.

CABRAL, R.; GEHRE, T. (ed.). **Guia Agenda 2030**: integrando ODS, Educação e Sociedade. São Paulo: UNESP, 2020.



23

Roberta Quinaia Galdi

Livia Pasterchak

Marco Munhoz

Maria da Conceição da Silva

Juliane Andrade

EXTENSÃO PARTICIPATIVA:

**CUIDADO, TRABALHO E APRENDIZADO
COM PESSOAS TRABALHADORAS
DA COOPERATIVA DE RECICLAGEM**

CONTEXTO

Conforme o capítulo III da Seção II deste livro, a experiência de extensão universitária aqui relatada foi desenvolvida no contexto de uma Unidade Curricular de Extensão universitária na Enfermagem e em Saúde, orientada pelas diretrizes da Resolução nº 7/2018 do CNE/CES e Resolução Unesp Nº 41/2021, que estabelece a curricularização da extensão no ensino superior. Logo, este capítulo tem a pretensão de trazer a experiência de um grupo desta UC que teve como cenário a Cooperativa de Agentes Ambientais de Botucatu (COOPERAAB). Esta UC acontece de forma integrada entre os cursos de enfermagem e medicina e tem como foco promover a participação dos estudantes em ações extensionistas, de forma a incentivar o desenvolvimento de habilidades como comunicação, trabalho em equipe e pensamento crítico, com os princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (UNESP, 2021).

A experiência relatada aconteceu em 2023 e o grupo foi composto por 10 estudantes, sendo três da enfermagem e sete da medicina, e uma professora facilitadora.

O cenário foi escolhido por já haver um vínculo existente entre a facilitadora e a equipe da cooperativa. Além disso, a especificidade do local é alinhado a intencionalidade da UC, pois trata-se de um espaço onde se realiza um trabalho de extrema importância para a sociedade e cuidado com o meio ambiente, por ser um espaço destinado à seleção de materiais recicláveis e sua comercialização para empresas/fábricas, que os reutilizam como insumos na produção de novos produtos; todavia é um contexto que requer atenção do poder público, bem como pela própria comunidade, tanto para o incentivo do descarte correto de materiais, que potencializaria os resultados da cooperativa, como para as condições de trabalho dos agentes ambientais da cooperativa.





Para a aproximação do grupo de estudantes com a cooperativa, foi planejada previamente, de forma colaborativa entre a facilitadora da disciplina e a presidente da cooperativa, uma estratégia de inserção que respeitasse o tempo e o contexto da comunidade composta pelos agentes ambientais da cooperativa. Considerando que a unidade curricular previa apenas dois encontros presenciais no cenário, houve o cuidado de evitar uma relação vertical e mecânica, em que a comunidade fosse utilizada unicamente como espaço para o processo de ensino-aprendizagem. Partiu-se do entendimento de que a extensão universitária constitui um movimento de vínculo transformador entre universidade e sociedade, com caráter educativo e científico, que deve respeitar os aspectos culturais do local. Trata-se, portanto, de uma via de mão dupla, que favorece trocas horizontais para a transformação social e para o fortalecimento institucional da universidade plural (BRASIL, 2018; UNESP, 2021; FREIRE, 1983).

Assim, a presidente da Cooperativa conversou com sua equipe, ponderou o que já conhece dela, o que vivem no dia a dia e trouxe que um ponto a ser considerado para a atividade extensionista era ter foco nas pessoas que ali trabalhavam. A presidente foi a articuladora entre a equipe e o grupo para que a ação desenvolvida fizesse sentido.

Neste contexto, o tema abordado foi o cuidado com as pessoas trabalhadoras, de modo a reforçar a importância de condições dignas de trabalho e de acesso à saúde, diante do cenário de vulnerabilidade social em questão.

DESCRIÇÃO DO CENÁRIO/PÚBLICO

A COOPERAAB fica ao lado do Aterro Sanitário de Botucatu. A equipe conta com cerca de 35 pessoas que, em geral, chegaram à cooperativa por meio de indicações de amigos. Essas pessoas



trabalhadoras apresentam idades variadas (de jovens a idosos), sendo majoritariamente mulheres (com histórias de vida difíceis, algumas marcadas pela violência) e de baixa escolaridade.

O local é composto por um galpão e, a cerca de 100 metros dele, há uma construção usada como banheiro. Na época, o espaço entre os dois ambientes não possuía cobertura. Além disso, o chão que dava acesso ao local utilizado como banheiro não era revestido, havendo apenas terra e mato no trajeto.

No galpão, há um terraço não cimentado e descoberto onde os caminhões descarregam os resíduos, e alguns cooperados despejam esses materiais em dois funis que desembocam em duas esteiras, que ficam na parte de baixo, parte coberta. Ao lado tem outro ambiente onde ficam três compactadores mais uma grande caçamba de destino dos vidros. Neste mesmo espaço tem a mesa em que realizam as refeições, que fica próxima ao local que todo o trabalho ocorre. Ao lado do local em que realizam as refeições tem uma sala administrativa, único local fechado da cooperativa.

O trabalho realizado tem riscos, visto chegar materiais perfuro-cortantes nas esteiras por conta de descarte incorreto (muitas vezes estes são infectantes), além disso o vidro despejado na caçamba precisa ser quebrado. Frente à situação de periculosidade é imprescindível o uso de equipamentos de proteção individual (EPI). Contudo, a cooperativa tem apenas um par de botinas para cada membro da equipe, protetores auriculares e luvas que não são as indicadas para o tipo de serviço.

Em dias quentes, além da sensação térmica de temperatura elevada, o mau cheiro fica intensificado; em dias de chuva, o trajeto até o banheiro fica prejudicado, pois não há cobertura, além de molhar os materiais que irão para esteira, uma vez que a cobertura neste espaço não é suficiente. Em dias frios, o vento atinge as pessoas trabalhadoras durante o expediente, por não ter uma barreira nas



laterais do galpão. O espaço utilizado é da prefeitura, que também cede EPIs e custeia a energia, contudo os galões de água para consumo são de responsabilidade da COOPERAB, até aquele momento.

A prefeitura fornece os EPIs e a energia elétrica. Os custos atuais referem-se aos galões de água, que em breve também serão fornecidos pela prefeitura.

PROCESSO DE TRABALHO

No intuito de chegar à cooperativa e construir uma relação horizontal, de vínculo, sem algo pronto, e assim planejar e executar algo que faça sentido para as pessoas, respeitando seu espaço e sua cultura, tomamos como base as concepções de Paulo Freire em relação à educação dialógica, um processo de interação entre os envolvidos que buscam, conjuntamente, compreender e transformar a realidade (FREIRE, 2020).

Essa abordagem vai ao encontro das premissas da extensão universitária, entendida como um processo dialógico em que universidade e comunidade se encontram para somar, compartilhar e construir saberes de forma horizontal, reforçando o compromisso social da universidade com a transformação da realidade (BRASIL, 2018; UNESP, 2021). Inspirada na concepção Freiriana, essa prática se opõe à ideia de uma extensão verticalizada e assistencialista, promovendo a escuta e a participação crítica (FREIRE, 1983; FREIRE, 2020).

Como os estudantes teriam apenas dois encontros com a equipe local, a facilitadora preparou uma narrativa introdutória que aproximasse o grupo da realidade do território, utilizando-a como dinâmica no primeiro encontro. Essa estratégia buscou sensibilizá-los desde o início, favorecendo a escuta atenta e o envolvimento



com o contexto. Segundo a avaliação do grupo, a proposta foi bem recebida e contribuiu significativamente para que chegassem à cooperativa com um olhar mais cuidadoso, empático e comprometido. A narrativa buscou inserir os estudantes no cenário, oferecendo elementos que possibilitassem a construção de um roteiro de aproximação. Esse roteiro orientou tanto a coleta de informações com a equipe quanto o fortalecimento do vínculo com os sujeitos envolvidos, base para o planejamento das ações.

O roteiro foi elaborado a partir de múltiplos olhares, não apenas pelas trajetórias pessoais de cada integrante, mas também pelas vivências acadêmicas nos cursos de Enfermagem e Medicina; evidenciando a potência do trabalho interprofissional na elaboração de propostas integradas e contextualizadas. Durante a visita, a presidente recebeu o grupo e apresentou o espaço, compartilhando as especificidades do trabalho ali desenvolvido. Os estudantes demonstraram cuidado durante a vivência, atentos aos aspectos éticos e relacionais do encontro: evitaram expressões não verbais que pudessem traduzir estranhamento ou julgamento em relação ao ambiente; formularam perguntas respeitosas, com o intuito de compreender a dinâmica do trabalho e colaborar na construção de uma atividade conjunta; e buscaram se comunicar em momentos oportunos, sem interferir no fluxo das atividades cotidianas da cooperativa.

É importante destacar que o valor de uma ação extensionista não reside necessariamente em sua complexidade técnica, mas em seu potencial transformador. Atividades simples, quando construídas com escuta ativa, respeito mútuo e compromisso com o território, podem gerar impactos significativos na vida das pessoas e na formação dos estudantes. Assim, a extensão se realiza como prática emancipadora, na medida em que promove encontros verdadeiros, reflexões críticas e possibilidades de mudança, ainda que em pequenas escalas (FREIRE, 1983).

CONSTRUÇÃO DA AÇÃO

O grupo se reuniu após a primeira visita e listou essas fragilidades (Quadro 1), lembrando que o foco eram as pessoas trabalhadoras da COOPERAB. Também houve o cuidado de verificar o que o grupo junto com a cooperativa tinha governabilidade para fazer.

Dentre as demandas levantadas em conjunto com as pessoas trabalhadoras da COOPERAB, destacaram-se a ausência de EPIs, a falta de equipamentos para refrigeração de alimentos e questões estruturais, como a distância e a falta de cobertura até o banheiro, além da inexistência de encanamento, entre outras. No entanto, naquele momento, o grupo não dispunha de governabilidade para intervir em aspectos estruturais, embora reconhecesse que as condições de ambiência impactavam significativamente o bem-estar da equipe.

Diante disso, optou-se por direcionar o olhar para o cuidado direto às pessoas, observando que, apesar das orientações frequentes da presidente da cooperativa sobre a importância de cuidar da saúde, muitas trabalhadoras não priorizavam seu próprio autocuidado. Assim, surgiu a proposta de promover ações de saúde voltadas especificamente às pessoas trabalhadoras da cooperativa, compreendendo que estas ações envolviam o ODS 3, saúde e bem-estar.

Com o intuito de fortalecer as ações da Unidade Curricular junto à comunidade, contou-se com a presença de um vereador comprometido com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no município. Seu envolvimento possibilitou a viabilização de iniciativas que inicialmente não estavam sob a governabilidade do grupo, como a aquisição de um kit de primeiros socorros, micro-ondas e geladeira (Quadro 1). Estudantes e equipe da COOPERAB compreenderam que tais ações estavam diretamente relacionadas ao ODS 8 — Trabalho decente e crescimento econômico.



Quadro 1 - Fragilidades, possibilidades de governabilidade e ações realizadas, com o respectivo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado, identificadas na Unidade Curricular de Extensão Universitária junto à Cooperativa de Agentes Ambientais de Botucatu – COOPERAB, 2023

Fragilidades	Governabilidade	Ações Realizadas	ODS
Falta de percepção sobre necessidades de saúde	Sim	Roda de conversa sobre cuidado em saúde em geral, realizada no segundo encontro	3
Falta de kit de primeiros socorros e do conhecimento para utilizá-lo	Sim	Doação de um kit e atividade educativa. Kit entregue após a finalização da Unidade Curricular* com a contrapartida de um integrante da cooperativa- bombeiro civil- realizar o treinamento de primeiros socorros.	8
Falta de Equipamentos de proteção individual	Não	Não se aplica	Não se aplica
Ausência de micro-ondas e geladeira	Sim	Doação de um micro-ondas*	8
Falta de água para consumo	Não	Não se aplica	Não se aplica
Problemas estruturais	Não	Apesar da informação que havia um planejamento para reforma, esta não tinha data, junto a prefeitura, de data para início.	3 e 8

*ODS- Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, 3- ODS 3: Saúde e Bem-Estar,
8- ODS 8- Trabalho decente e crescimento econômico.*

**Interlocução com vereador que acompanhou o desenvolvimento da Unidade Curricular*

Além disso, ao planejar a entrega do kit, reconheceu-se a importância de oferecer treinamento para seu uso. A presidente da cooperativa indicou um dos cooperados, que possuía formação em bombeiro civil, para realizar a capacitação, o que se configurou como um exemplo concreto de relações horizontais e de ação participativa, princípios amplamente valorizados na experiência extensionista.

A atividade que os extensionistas se propuseram a realizar foi planejada em conjunto com a presidente da cooperativa,



considerando em que momento seria oportuno para não interferir na rotina do trabalho da equipe. A proposta incluiu, além de uma roda de conversa, a criação de um espaço de cuidado naquele mesmo encontro. Para isso, os estudantes se organizaram e ofereceram um café da tarde à equipe, criando um ambiente acolhedor no qual o diálogo pôde acontecer de forma espontânea e respeitosa.

Durante o café, as participantes se sentiram à vontade, o que favoreceu uma troca rica sobre diversos temas, como saúde menstrual, a importância de manter a caderneta de vacinação atualizada e o papel da Atenção Primária à Saúde (popularmente conhecido como posto de saúde) no apoio às demandas de saúde da equipe.

Por fim, esse tipo de encontro traduz, em sua essência, o verdadeiro sentido da extensão universitária: promover transformações na comunidade a partir do “faz sentido a ela”; e, ao mesmo tempo, permitir que essas vivências também transformem os sujeitos em formação.

REFLEXÃO

Ao construir ações a partir do diálogo, da escuta e da corresponsabilidade, a universidade se aproxima de seu papel social transformador, formando sujeitos comprometidos com a justiça social e o cuidado em saúde. Essa experiência mostrou que, mesmo quando há limitações materiais ou institucionais, é possível criar espaços de sentido, cuidado, solidariedade e aprendizado mútuo. Para os estudantes, ficou a marca de que aprender com a comunidade é tão essencial quanto aprender sobre ela, e que o conhecimento se fortalece quando caminha junto com a vida real. Para a cooperativa, a presença dos estudantes representou mais do que uma visita: foi um reconhecimento de sua existência, um gesto de valorização do trabalho e da história ali construída com tanto esforço.

AGRADECIMENTOS

É com alegria que agradecemos à equipe da cooperativa, que, com generosidade e tempo doado, participou ao nosso lado, somando saberes e afetos nesta caminhada que é, por essência, coletiva. Neste capítulo, ganha destaque a presença sensível da presidente da cooperativa, que não apenas viveu conosco a experiência, mas também emprestou sua voz e seu olhar a esta escrita.

Estendemos também nosso agradecimento aos estudantes que, mesmo ausentes desta etapa da escrita, foram parte essencial da história que aqui se compartilha. (Dimitri Zazeri Citti, Gabriel Franco de Sousa Barros, Giovanna Correa Martins, João Pedro Craco Lorentz, Julio César Oliveira Quirino dos Santos, Luís Felipe da Silva, Marina Ávila Zago, Mateus Maturo Gonzalez e Pedro Henrique Ribeiro).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014–2024. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 241, p. 49-50, 19 dez. 2018.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 128 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020. 256 p.

UNESP. **Resolução UNESP nº 41, de 31 de agosto de 2021**. Dispõe sobre a curricularização da Extensão Universitária nos cursos de graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). São Paulo: UNESP, 2021. Disponível em: <https://www.rosana.unesp.br/Home/administracao/secaotecnicadeapoioacademica/resolucoes-41-2021---curricularizacao-da-extensao-universitaria.pdf>. Acesso em: 26 maio 2025.



Seção

IV

**ENTRE O PRESENTE
E O POSSÍVEL:
CAMINHOS DA EXTENSÃO**

24

*Claudio Cesar de Paiva
Suzana Cristina Fernandes de Paiva*

ALINHAMENTOS E CONTRADIÇÕES DA AGENDA 2030 NO BRASIL

INTRODUÇÃO A UMA NOVA AGENDA DE GOVERNANÇA GLOBAL

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio +20, realizada em 2012, aprovou o documento *"The future we want"*, onde emergiram demandas por uma nova e ousada agenda de desenvolvimento, capaz de refazer rotas e conduzir a um modelo de desenvolvimento sustentável, além da redefinição das bases de um novo contrato social, orientado por princípios de equidade, centralidade da dignidade humana, em harmonia com o meio ambiente.

Em setembro de 2015, finalmente a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, com a adesão de 193 Estados-membros, o documento intitulado *"Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development"*, tendo como base um plano de ação estruturado em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem implementadas até 2030. É importante notar que, embora cada um dos ODS tenha sua própria identidade, além de metas e indicadores específicos, são integrados e indivisíveis.

Essa nova agenda tornou-se sucessora dos compromissos firmados no âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), mas muito mais ambiciosa, com processos políticos e concepções bastante distintas nas relações entre países. Entretanto, uma leitura atenta dessa nova agenda observará ambiguidades e falta de clareza em diversos pontos, particularmente na coesão do modelo de crescimento econômico, no conceito de desenvolvimento sustentável e nas divergências de metas de combate à pobreza.

A Agenda 2030 é uma iniciativa de alcance global, concebida sob uma perspectiva transformadora, voltada à promoção da sustentabilidade de forma integrada em 4 dimensões (econômica, social,



ambiental e institucional). Trata-se de um projeto político compartilhado, orientado pelos princípios da centralidade das pessoas, da preservação do planeta, da promoção da paz, do estímulo à prosperidade e do fortalecimento das parcerias globais (Figura 1).

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) organizados em 4 dimensões (econômica, social, ambiental e institucional)



Fonte: elaboração Própria, a partir do documento Transforming Our World.

Entretanto, decorridos uma década desde que a Agenda 2030 entrou em vigor, alguns questionamentos tornam-se oportunos, particularmente no contexto brasileiro: Teriam as contradições fundantes da própria Agenda deixado de ser tensões conceituais para se converterem em entraves estruturais ao seu efetivo cumprimento? As ações foram suficientes para melhorar os indicadores de desenvolvimento econômico? À luz dos resultados observados, seria justificável, ainda que com a devida parcimônia, evocar a metáfora de “década perdida” para o desenvolvimento sustentável?

HOUVE UMA “DÉCADA PERDIDA” PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

A resposta a esse questionamento revela-se complexa, na medida em que a Agenda 2030 não contempla estratégias articuladas para enfrentar o trilema político da economia global, conforme formulado por Dani Rodrik. Tal trilema expressa a impossibilidade de, simultaneamente, mitigar as mudanças climáticas, impulsionar a classe média nas economias desenvolvidas e reduzir a pobreza em escala global. Assim, se estabelece um *trade-off* em que qualquer combinação de dois objetivos tende a ocorrer à custa do terceiro.

Parte do questionamento acerca da existência de uma “década perdida” ocorre devido ao ritmo lento de implementação dos ODS, que inviabilizou a sustentação das expectativas quanto à concretização das metas previstas até 2030. Entre os principais fatores que contribuíram para esse cenário de estagnação ou regressão das metas destacam-se os impactos da pandemia de Covid-19, o aumento de conflitos armados, as tensões geopolíticas e comerciais em escala global, os efeitos intensificados das mudanças climáticas, além do ínfimo esforço de articulação política/institucional para priorizar uma agenda que foram signatários.

A avaliação global do progresso na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conduzida em 2024, indica que o mundo permanece significativamente distante da trajetória necessária para o cumprimento da Agenda 2030.





Em 2022, as emissões globais de gases de efeito estufa atingiram um patamar recorde, totalizando 57,4 gigatoneladas de CO₂ equivalente, conforme relatório de 2023 do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Aproximadamente dois terços dessas emissões correspondem ao dióxido de carbono proveniente da queima de combustíveis fósseis e de processos industriais.

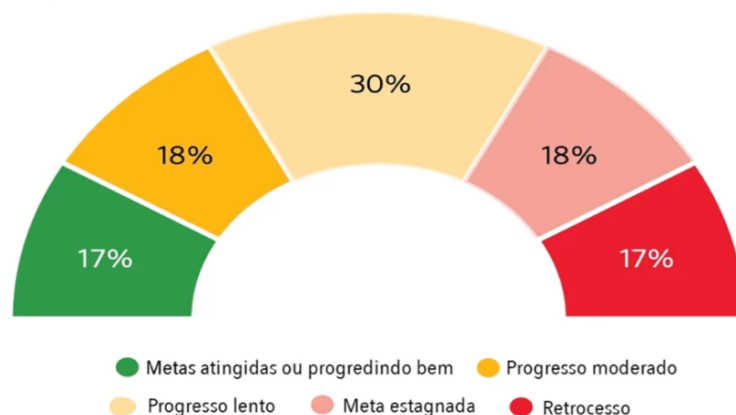
É importante mencionar que, segundo o Carbon Majors Database (dados de 2024), apenas 57 empresas são responsáveis por 80% das emissões globais de gases de efeito estufa.

No mesmo período, os subsídios concedidos aos combustíveis fósseis atingiram um valor recorde de US\$ 1,53 trilhão, em discrepância com o Acordo de Paris. Os aportes públicos destinados à produção e ao consumo de petróleo, carvão e gás natural mais que duplicaram entre 2021 e 2022, e superaram em mais de três vezes os níveis registrados em 2015. Esse incremento reverteu os progressos obtidos entre 2012 e 2020, obstaculizando a transição para uma economia de baixo carbono.

Nesse contexto, **torna-se insustentável a alegação de que há uma transformação deliberada em direção a futuros sustentáveis.** A análise evidenciou um progresso muito aquém das expectativas, já que apenas 17% das metas foram alcançadas ou apresentaram avanços satisfatórios, enquanto 18% demonstram progresso moderado. Em contrapartida, cerca de 35% das metas encontram-se estagnadas ou em retrocesso. Numa visão extremamente otimista poderia contra-argumentar que, a despeito de não atingir os objetivos até 2030, os dados apontam que 65% das metas dos ODS estão em progresso (Figura 2).

Figura 2 - The Sustainable Development Goals Report 2024

Progresso geral das metas com base no histórico de 2015 a 2024



QUAIS AS CONTRADIÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 NO BRASIL?

A despeito das discussões da Agenda 2030 terem iniciado com o documento final da Rio+20 e da participação efetiva das delegações brasileiras nos debates, os alinhamentos para implementação dos ODS no Brasil sempre foram muito débeis e desconexos em três dimensões estratégicas para a implementação da Agenda 2030: **a) no concertamento federativo; b) no engajamento popular; e c) no alinhamento de compromissos com a iniciativa privada.**



Nunca houve alinhamento federativo consistente entre o Governo Federal e os Governos subnacionais para a adoção dos ODS. No Governo de Bolsonaro, a Comissão Nacional dos ODS foi extinta, enquanto, em paralelo, no estado de São Paulo ocorreu uma atuação mais ativa, ainda que sem articulação efetiva com as Prefeituras, da Comissão Estadual para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Atualmente o processo é o contrário, foi retomada a Comissão Nacional, pelo Governo Lula, e extinta a Comissão Estadual pelo Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

As consequências desse desalinhamento federativo é que não houve a governança necessária para prover organicidade na implementação da Agenda pelos entes federativos, tampouco foram realizadas as transições necessárias nas políticas, orçamentos, instituições e estruturas regulatórias de governos, cidades e autoridades locais.

Nesse sentido, observam-se dez entraves, que, em diferentes graus, explicam as dificuldades no avanço da Agenda 2030 no contexto brasileiro:

1. Adesão limitada da sociedade brasileira à Agenda 2030 em virtude da baixa sensibilização das comunidades, da escassa mobilização social, da ausência de estratégias de empoderamento dos cidadãos e da falta de efetividade e imprecisão da comunicação social;
2. A agenda política nacional tem priorizado o ajuste fiscal em detrimento da transição para um modelo de desenvolvimento sustentável, contrariando os princípios transformadores preconizados pela Agenda 2030;
3. Implementação dos ODS tem ocorrido de forma fragmentada, seletiva e desarticulada, desconsiderando as interações sistêmicas e a natureza interdependente, o que comprometeu seu potencial transformador;



4. A inexistência de articulação federativa eficaz entre o Governo Federal e os entes subnacionais comprometeu a governança multinível da Agenda 2030, dificultando a execução coordenada das metas e ações previstas;
5. Os estados e os municípios ainda não incorporaram os ODS de forma efetiva em seus instrumentos de planejamento e orçamento, resultando em políticas públicas setoriais desconectadas;
6. Não foram instituídas linhas de financiamento estáveis, sejam elas orçamentárias ou extraorçamentárias, voltadas à implementação contínua e abrangente da Agenda 2030;
7. Negligenciou-se a corresponsabilização da iniciativa privada em torno de um novo projeto de desenvolvimento sustentável, abrindo brechas para o retardismo ambiental das corporações (Agenda ESG, greenwashing, etc);
8. Ausência de mecanismos institucionais eficazes de monitoramento, mensuração e avaliação dos ODS, o que evidencia limitações na capacidade técnica e política da gestão pública em integrar dados, métricas e evidências aos processos decisórios e à *accountability*;
9. Inexistência de mecanismos que promovam a mediação resolutiva de *trade-offs* entre os objetivos contraditórios almejados; ex.: a exploração de petróleo na Margem Equatorial da bacia da foz do rio Amazonas; o “PL da Devastação”;
10. A ascensão de governos com posturas autocráticas e negacionistas enfraqueceu a Agenda 2030 ao minimizar o aquecimento global, rejeitar políticas de proteção social e se oporem à igualdade de gênero.

Com efeito, a Agenda 2030 não logrou êxito no Brasil (e em diversos outros países) em mobilizar força política suficiente

em seu escopo, propósitos e objetivos para criar espaços de diálogos e a efetivação de um pacto voltado à transformação estrutural. Consequentemente, tem-se verificado o insucesso no cumprimento de seus dois principais objetivos: consolidar um novo modelo de desenvolvimento sustentável e redefinir as bases de um novo contrato social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agenda 2030 configura-se como um marco universal e civilizatório ao priorizar a centralidade das pessoas, a promoção de direitos e um modelo de desenvolvimento sustentável em escala global. No entanto, existe uma lacuna entre a formulação discursiva (objetivos declarados) e as condições políticas e econômicas concretas para sua implementação. Sob essa ótica, revela-se carente de um senso crítico quanto à viabilidade de suas promessas, uma vez que exige transformações estruturais profundas na organização política, na distribuição de riqueza e no paradigma de desenvolvimento.

A ideia força da Agenda 2030, **“não deixar ninguém para trás”**, vem se mostrando progressivamente utópica diante da ampliação das desigualdades e do negacionismo em relação aos eventos climáticos extremos, como as inundações no Rio Grande do Sul, os incêndios florestais na Califórnia, as secas na Amazônia e no pantanal e as ondas de calor na Europa.

Nesse contexto, torna-se imperativo que as universidades ocupem espaços formais de participação e crie novos espaços de conexão, promovendo internamente articulações orgânicas entre cursos, departamentos, disciplinas e saberes especializados. Essa articulação deve estar voltada à **construção de relações dialógicas e mutuamente transformadoras com as comunidades,**





fortalecendo atividades extracurriculares relacionadas ao desenvolvimento sustentável e o papel social da extensão universitária.

As ações extensionistas, decorrentes desses processos de colaboração virtuosa entre universidade, sociedade civil e instituições públicas, têm o potencial de contribuir decisivamente para a superação das iniquidades socioeconômicas e ambientais. Nesse sentido, a extensão universitária deve ser compreendida não como um apêndice das atividades acadêmicas, mas como dimensão estruturante de um projeto de universidade comprometido com a transformação social e com a efetiva concretização dos objetivos da Agenda 2030.

Por fim, que fique o alerta do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, *“los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) están desapareciendo en el espejo retrovisor, y con ellos la esperanza y los derechos de esta generación y de las futuras”*.

REFERÊNCIAS

RAMOS, P. S.; BARBOSA, L. P. An agenda of failures: a critical look at the 2030 Agenda from the perspective of social movements. In: **Universities and the Sustainable Development Goals**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2025. p. 10-25.

SACHS, J. D. *et al.* Six transformations to achieve the sustainable development goals. **Nature Sustainability**, London, v. 2, n. 9, p. 805-814, 2019.

UNITED NATIONS. **The future we want**: outcome document adopted at Rio+20. Rio de Janeiro: United Nations, 2012.

UNITED NATIONS. **Transforming our world**: the 2030 Agenda for Sustainable Development. New York: UN General Assembly, 2015.

UNITED NATIONS. **The Sustainable Development Goals Report 2024**. New York: Department of Economic and Social Affairs, 2024.

25

Carolina Cechella Philippi
Márcia Lopes Reis

OLHARES SOCIOLÓGICOS PARA A EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO: ENTRE POLÍTICAS, TECNOLOGIAS E CULTURA

"Fale de sua aldeia e estará falando do mundo" (Leon Tolstoi)

Essa epígrafe dá conta da mirada sociológica que se pretende abordar para a extensão na educação em suas políticas – expressas nos documentos que delineiam a Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex, 2012), suas tecnologias – sistematizadas nas Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução n. 7, CNE, 2018) e cultura – delineadas igualmente nessa mesma Resolução. Em seu tempo, Tolstói (1828 – 1910) estava convicto de que o caminho para a universalidade passava indiscutivelmente pela localidade, pela territorialidade dos contextos concretos onde vivenciamos nossos primeiros contatos desde os primeiros anos de vida, por nossa aldeia. A extensão na educação apresenta ainda mais o diálogo sobre essas tensões entre o local e o global, assim como o particular e o universal e este capítulo pretende tratar da extensão na educação como uma prática da interculturalidade.

Considerando que nossas universidades e, de modo particular nestas análises, a Unesp com seus 24 *campi* seriam 'aldeias', a extensão na educação estaria ainda mais próxima desses objetivos ao ser implementada pela vertente teórica da pedagogia crítica de Paulo Freire (1921-1997). Para esse autor, quaisquer processos de ensino e aprendizagem, somente seriam possíveis se considerassem os conhecimentos prévios. A extensão, por sua vez, seria um processo de comunicação expresso na obra "Extensão ou Comunicação?". Nesta obra, Freire (1979) traça um paralelo entre a relação do agrônomo com o camponês e a relação do professor com o aluno. A problemática da extensão giraria em torno da ideia equivocada de posse absoluta do conhecimento, por parte da universidade e sua 'disseminação, difusão, divulgação' ocorreria sem qualquer troca, em formato hierárquico. A falta de diálogo na situação exposta por Freire, retrata parte da condição das universidades desde sua concepção no século XI. O formato institucional das universidades atribui a legitimidade do conhecimento científico





acompanhado, desse modo, de um sentimento de superioridade das práticas universitárias expressa na configuração da docência e da pesquisa. No caso da docência, observa-se uma relação docente e discente e, na pesquisa, o sujeito que conhece e o 'objeto' a ser conhecido. Sem dúvida, há possibilidades de que tanto a docência como a investigação sejam implementadas de modo horizontalizado, inclusive porque esses docentes e investigadores podem ser professores que realizam extensão. Mas, de que extensão estamos tratando? Segundo o modelo *humboldtiano*, além da docência e da pesquisa, 'caberia à universidade difundir e divulgar o conhecimento à comunidade externa à própria instituição.' Assim, seria a prática da extensão um dos pilares da tríplice função da universidade moderna, repensada no século XVIII, a partir das demandas que a sociedade europeia apresentava à universidade.

Mas, essa mesma função tem sido repensada por teóricos como Sousa Santos (2000, p. 229) que afirma serem as atividades de extensão assumidas pela universidade, a partir dos anos 60, a realização frustrada de um objetivo genuíno e, por isso, passíveis de alteração. Para ele, as atividades de extensão que procuram "estender" a universidade sem a transformar traduziram-se em aplicações técnicas que não são edificantes da ciência; a prestação de serviços a terceiros nunca foi concebida como prestação de serviços à própria universidade. No entanto, essas atividades estiveram a serviço de um objetivo genuíno, o de cumprir a "responsabilidade social da universidade", um objetivo cuja autenticidade, de resto, reside no reconhecimento da tradicional "irresponsabilidade social da universidade".

Assim, a extensão universitária reconfigurada para os tempos da contemporaneidade pressupõe um caminhar coletivo, aberto e sensível à complexidade do momento histórico que atravessamos, face aos paradoxos da crise global/local. Essa condição parece convergir com as análises de Freire, para quem, dentre as distintas demandas da extensão, estaria essa:



[...] A melhor afirmação para definir o alcance da prática educativa em face dos limites a que se submete é a seguinte: não podemos tudo, a prática educativa pode alguma coisa. E ao se pensar na educação do homem preso, não se pode deixar de considerar que o homem é inacabado, incompleto, que se constitui ao longo de sua existência e que tem a vocação de ser mais, o poder de fazer e refazer, criar e recriar (Freire, 1995, p. 96).

Em qualquer espaço que se reúnem atores da extensão, a concepção do objeto apresenta-se como um enigma. E qualquer tentativa em decifrá-lo tem produzido uma polissemia de termos que em nada contribui para elucidar, muitas vezes, se confunde concepção com instituição de políticas internas, que também se confundem com normas e rotinas institucionais (Véras & Souza, 2016).

Cabe ressaltar que, dentre as três dimensões constitutivas da universidade, a extensão foi a última a se consolidar no espaço universitário e, seja por isso, seja por sua natureza intrinsecamente interdisciplinar, o fato de ser realizada, em grande medida, além das salas de aulas e dos laboratórios, seja pelo fato de estar preocupada com o atendimento de demandas por conhecimento e informação de um público amplo, difuso e heterogêneo, por tudo isso, talvez, as atividades de extensão não têm sido efetiva e adequadamente compreendidas e assimiladas pelas universidades (Toscano, 2013).

As dificuldades conceituais e práticas da real compreensão e implementação da extensão universitária decorrem, em grande parte, do fato de que à extensão são colocadas questões complexas, por suas implicações político-sociais, pela exigência de postura intelectual aberta à inter e à transdisciplinaridade, que privilegia o diálogo e a alteridade. Dizendo de outro modo, a Extensão Universitária é o que permanente e sistematicamente convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social, que aproxima a produção e a transmissão de conhecimento de seus efetivos destinatários, cuidando de corrigir,

nesse processo, as interdições e os bloqueios, que fazem assimétrica e desigual a apropriação social do conhecimento, das ciências, das tecnologias (Paula, 2013).

Em termos históricos, ainda segundo Freire, a extensão surge como a substituição de uma forma de conhecimento por outra. Outra definição, ainda em caráter gnosiológico, trata-se da pura ação de estender, onde o conteúdo estendido se torna estático. Os modelos aparecem em dicotomias excludentes, nas quais não é possível uma simbiose de conhecimento, mas, por exemplo, a predominância da técnica sobre a prática. A ausência da criticidade autêntica, capaz de conscientizar os seres sociais a serem sujeitos de transformação do mundo, causa a fragilidade presente nas relações de saber. Conhecimento não se refere apenas ao que está escrito nos livros didáticos, mas em tudo que se estabelece nas relações homem – homem e homem – mundo.

Nesse sentido, resistem as abordagens segundo as quais a extensão ainda é considerada como mera transmissão de conteúdos, conhecimentos ou mensagens aceitas sem barreiras. Freire considera necessário voltar aos estudos de base que parecem algo muito semelhante à famosa teoria hipodérmica - ou também conhecida como teoria da bala mágica -, na qual a informação é absorvida em caráter totalitário, sem reflexão ou contraponto de ideias. Então, o correto seria trabalhar com o termo comunicação? O termo comunicação talvez caiba melhor no conceito de troca de saberes entre os interlocutores. Nenhum meio ou pessoa física possui o poder de dar voz a alguém, mas de potencializar a voz que já existe. A formação do sujeito crítico é princípio básico para que uma ação seja considerada de caráter educativo. Parece ser necessário renunciar à definição assistencialista de extensão e trabalhar a partir do diálogo – intercultural, dando margem para o verdadeiro espírito libertador do conhecer.



DE QUE INTERCULTURALIDADE ESTAMOS FALANDO?

Inicialmente, esses processos podem ser tipificados pela **interculturalidade**, caracterizada neste artigo a partir de Boaventura de Sousa Santos (2006, p. 462), para quem a convergência em termos de cultura, “é muito difícil de alcançar, não só porque a capacidade de tradução intercultural dos temas é inerentemente problemática, como também porque em todas as culturas há temas demasiado importantes para serem incluídos num diálogo com outras culturas”. Desde esse pressuposto, no contexto dos direitos humanos, Santos elabora um conceito de política multicultural emancipatória cujo imperativo transcultural seria assim resumido: “temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos caracteriza” (Santos, 2006, p. 462).

Nesse contexto, a cultura tenderia a ser apropriada como capital nos moldes de Bourdieu (1989) para quem o capital cultural é conceituado como o conjunto de ideias e conhecimentos que as pessoas usam ao participar da vida social. Assim, desde as regras de etiqueta à capacidade de falar ou escrever podem ser consideradas capital cultural. Ainda que Bourdieu não estivesse interessado em tratar da **interculturalidade**, observa-se que seria a ausência dessa condição que explicaria, em grande medida, o êxito do sistema educativo: os indivíduos que se apropriaram da cultura dominante, isto é, da quantidade de capital cultural costumam ser de um grupo privilegiado que possui acesso, acentuando a condição de reprodução das desigualdades sociais.

Especificamente neste capítulo, o conceito de interculturalidade a ser considerado decorre da perspectiva de autores como Lopez-Hurtado Quiroz (2007), Tubino (2005) e Walsh (2009) considerados em sua característica central: as possibilidades de diálogos entre diferentes modos de ser, sentir e agir no mundo contemporâneo.



A EXTENSÃO COMO PRÁTICA DE INTERCULTURALIDADE

Se entendemos a **interculturalidade** como um diálogo possível entre distintas formas de interação social e educativa, de modo horizontal, sem os resquícios das práticas hierarquizadas nas quais algumas são superiores às outras, entende-se que a prática extensionista por ela atravessada pode, em muito, contribuir para o redimensionamento da atuação da universidade pública. Também essa lógica se faz ver, pois, nas práticas de gestão encampadas junto aos Cursinhos Populares da Universidade Estadual Paulista (UNESP), uma das ações extensionistas encampadas pela instituição, sob a tutela da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC).

Como já dito anteriormente, a prática extensionista é aqui entendida como um processo complexo, já que é parte das densidades do momento histórico e é constantemente reconfigurada de acordo com as interações travadas com os sujeitos que a compõem. No caso específico das práticas de gestão na educação popular, tais princípios se fazem ver, sobretudo, de três formas: pelo amadurecimento coletivo das decisões de gestão, pela adequação das práticas de combate à evasão de acordo com as demandas das turmas atendidas, e pela forma pela qual se disputa o sentido do “estar” na universidade.

Sobre o primeiro ponto, cabe destacar que, embora as equipes envolvidas na organização, docência e gestão da educação popular possuam integrantes com diferentes funções, as decisões que estruturam tais programas são tomadas coletivamente. Dito de outro modo, os protocolos de atuação compartilhados entre seus membros são constantemente debatidos, amadurecidos e negociados em reuniões e assembleias quebrando, portanto, a lógica de entender tal ação como uma mera prestação de serviço.





Por sua vez, sobre o segundo tópico – a saber, a maleabilidade consciente nas medidas para combater a evasão – pontua-se que, embora o contato com a comunidade externa à universidade seja central para as práticas extensionistas, a própria comunidade não tem com a extensão um vínculo de obrigatoriedade. Dito de outro modo: no caso dos cursinhos populares, eles não compõem a educação básica e, portanto, não têm matrícula nem frequência obrigatória. Este dado, pois, reforça a necessidade de enxergar e entender os participantes das ações, propondo medidas mitigadoras da evasão que conversem com a realidade daquela turma.

Por fim, quando se fala das disputas travadas em torno do sentido do ingresso e da permanência na universidade, entende-se que a forma pela qual os cursinhos populares são geridos é uma forma de anunciar, a uma população socioeconomicamente vulnerável, que a universidade é um lugar possível. No entanto, esse ‘inédito viável’ – para dizer com as palavras de Freire (1979) sobre as possibilidades que as práticas de extensão viabilizariam – somente seria efetivo quando imbuído de interculturalidade como princípio articulador das políticas, tecnologias e cultura das ações educativas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 21 jul. 2024.



FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/proex/content/download/452/2780/file/PNEU.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2025.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 128 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 256 p.

LOPEZ-HURTADO QUIROZ, L. E. Trece claves para entender la Interculturalidad em la Educación Latinoamericana. *In*: PRATS, E. (coord.). **Multiculturalismo y Educación para la Equidad**. Barcelona: Octaedro-OEI, 2007. p. 13-44.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces** - Revista de Extensão, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. 512 p.

TOSCANO, G. S. **Extensão Universitária e formação cidadã**: a UFRN e a UFBA em ação. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

TUBINO, F. La interculturalidad crítica como proyecto ético-político. *In*: ENCUESTRO CONTINENTAL DE EDUCADORES AGUSTINOS, 2005, Lima. **Anais eletrônicos** [...]. Lima: [S. l.], 2005. Disponível em: <http://oala.villanova.edu/congresos/educación/lima-ponen-02.html>. Acesso em: 15 out. 2024.

VÉRAS, R. M.; SOUZA, G. B. Extensão universitária e atividade curricular em comunidade e em sociedade na Universidade Federal da Bahia. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 7, n. 2, p. 83-90, 2016.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e educação intercultural. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 9-23, 2009.

26

Willian Fernando Zambuzzi

HORIZONTES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:

**UTOPIAS POSSÍVEIS
E INSURGÊNCIAS NECESSÁRIAS**



A universidade pública brasileira encontra-se em uma encruzilhada histórica. Pressionada por transformações socioeconômicas, crises políticas e um modelo de desenvolvimento que frequentemente se distancia das necessidades concretas da população em geral, a universidade tem enfrentado o risco de se desconectar de seu papel originário: o de agente de transformação social, cultural e econômica. Essa crise não é apenas financeira ou administrativa — ela é, sobretudo, uma crise de propósito, como apontava Darcy Ribeiro ao afirmar que a crise da educação no Brasil não era uma fatalidade, mas um projeto deliberado. Nesse cenário, a extensão universitária emerge não apenas como um pilar institucional, mas como um dispositivo político-pedagógico capaz de tensionar a lógica tradicional da academia, recolocando a universidade no território social de forma ética, crítica e insurgente. Sua força reside justamente na capacidade de promover rupturas: epistemológicas, pedagógicas e institucionais.

A extensão, embora historicamente relegada a um papel periférico, revela-se como espaço de práticas emancipatórias e de produção de saberes plurais, nos quais conhecimentos científicos, populares, tradicionais e comunitários se encontram e se ressignificam mutuamente. Mais do que devolver à sociedade o que foi produzido na universidade, a extensão propõe outro modo de produzir conhecimento conjunto, dialógico: um modo comprometido com a justiça social, com a democracia e com os direitos humanos.

Portanto, pensar os horizontes da extensão universitária exige reconhecer sua natureza política e regionalizar ações de modo a progredir junto aos demais setores sociais. Precisa ser encarada não como algo acessório, atividade complementar, mas parte fundamental de uma universidade pública que se deseja viva, transformadora e comprometida com o futuro do país, com amplitude territorial. Nesse contexto, diferentes concepções de extensão universitária coexistem e disputam sentidos dentro das universidades, refletindo matrizes teóricas, políticas e pedagógicas distintas. Para melhor compreender



essa diversidade e suas implicações, o **Quadro 1** sistematiza essas concepções em seus aspectos fundamentais, evidenciando os desafios e as potências que cada abordagem traz para a prática extensionista. Assim, este capítulo propõe refletir sobre essas dimensões, tomando como eixo central as utopias possíveis e as insurgências necessárias que a extensão carrega como vocação histórica e, talvez, como sua mais potente promessa de reinvenção institucional.

Quadro 1 - Dimensões da extensão universitária transformadora

Dimensão	Descrição
Ética e Política	Compromisso com a justiça social, equidade, democracia e enfrentamento das desigualdades estruturais; posicionamento da universidade no território.
Epistemológica	Valorização dos saberes plurais e populares; enfrentamento do epistemicídio; diálogo entre ciência acadêmica e conhecimento tradicional/comunitário.
Pedagógica/ Formativa	Formação integral de sujeitos críticos, éticos e comprometidos socialmente; ruptura com modelos pedagógicos conteudistas e bancários.
Tecnológica e Social	Desenvolvimento de tecnologias sociais, inovações comunitárias e práticas aplicadas às demandas concretas dos territórios e populações atendidas.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA INSURGÊNCIA ESTRUTURAL

Historicamente, a universidade brasileira foi concebida sob uma matriz epistemológica eurocêntrica, que reproduziu modelos de produção e validação do conhecimento voltados para padrões internacionais, muitas vezes alheios às urgências e especificidades do país. Esse modelo, centrado na verticalização dos saberes, na compartimentalização disciplinar e na hegemonia da pesquisa bibliométrica, relegou por décadas a extensão a um papel periférico,



desvinculado da “ciência de prestígio”. O resultado desse processo é uma desconexão estrutural entre a universidade e a sociedade que a sustenta. Como denunciavam autores como Darcy Ribeiro, essa crise não é fruto do acaso, mas expressão de um projeto deliberado que mantém a universidade brasileira dependente, elitizada e funcional aos interesses de fora, mais do que aos interesses nacionais.

Entretanto, a extensão universitária - sobretudo na configuração assumida no Brasil a partir dos marcos estabelecidos pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) e da Resolução CNE/CES nº 7/2018, que determina a inserção obrigatória de ao menos 10% da carga horária dos cursos em atividades extensionistas - representa uma ruptura paradigmática: trata-se de compreender a extensão não como apêndice, mas como prática estruturante, capaz de deslocar o eixo da formação acadêmica e da função social da universidade. Essa insurgência reside na potência de romper com a epistemologia institucional, abrindo espaço para os saberes das populações periféricas, indígenas, quilombolas, rurais, dos movimentos sociais e das experiências comunitárias que historicamente foram silenciadas no ambiente acadêmico, porém marcantes, regionalizadas e silenciosas no território brasileiro.

Trata-se de um movimento concreto e se materializa em práticas que tensionam o papel da universidade frente às desigualdades sociais, à negação de direitos, ao racismo estrutural e à exclusão territorial. A extensão promove o encontro entre ciência e território, entre teoria e prática, entre conhecimento e compromisso.

Para que essa dimensão se realize plenamente, é necessário repensar o próprio modelo de avaliação acadêmica, ainda profundamente atrelado à lógica do produtivismo bibliométrico, com heranças coloniais advindas do hemisfério norte. Como apontado em diversas análises críticas, a produção científica no Brasil segue sendo avaliada com base no número de artigos publicados em periódicos internacionais, por vezes ignorando o impacto social e econômico



das ações acadêmicas e desestimulando práticas voltadas à transformação do país amplo, de modo regional. Essa lógica de avaliação reforça o ciclo da colonialidade do saber, no qual o conhecimento produzido localmente é exportado em forma de artigo e importado como inovação estrangeira, com valor superestimado e valor agregado. A extensão rompe (e assim deve romper) com esse ciclo. Ela deve desenvolver o conhecimento construído tornando-o territorial, transforma realidades e produz, em última instância, cidadania. Mais do que índices ou métricas, a extensão produz compromisso social, formação crítica e transformação concreta e isso precisa ser compreendido como forma legítima e necessária de produção acadêmica.

UTOPIAS POSSÍVEIS: A UNIVERSIDADE QUE SE FAZ NO COMUM

Se, por um lado, a extensão universitária representa uma insurgência frente às estruturas tradicionais do fazer acadêmico, por outro, ela se afirma como território fértil para a construção de utopias concretas. Utopias, aqui, não no sentido de sonhos inalcançáveis, mas como possibilidades reais de reinvenção da universidade a partir de práticas que se enraízam nos territórios, nas comunidades e nas necessidades sociais.

Num contexto em que a universidade pública tem sido pressionada a se adequar a métricas de validação internacional e ao produtivismo bibliográfico e acadêmico, muitas vezes em total desconexão com os desafios brasileiros, a extensão universitária é a via de redenção que resgata o sentido coletivo e público da educação superior. Ela se opõe ao modelo tecnocrático e elitista que transforma o conhecimento em mercadoria e a universidade em uma fábrica de artigos.



Assim, a universidade que se projeta para além de seus obstáculos, arquitetônicos e atitudinais, é aquela que compreende que seu papel não se esgota na formação de profissionais tecnicamente competentes, mas se assume na formação de sujeitos éticos, críticos, engajados socialmente e comprometidos com a transformação de suas realidades regionais. É nesse ponto que a extensão se estabelece como potência formativa e como território de reinvenção institucional.

Essa universidade do comum, que se constrói nos encontros, nas trocas e nos afetos, rompe com o paradigma da transmissão verticalizada do conhecimento. Ela assume que o conhecimento científico e acadêmico não é único, nem suficiente, e que a produção de saberes exige diálogo com outros modos de conhecer, de viver e de existir, experimentar e reunir heranças. Aqui, a extensão não é um serviço, nem uma benesse; é um pacto social, ético e político que a universidade assume ao se entender como a própria sociedade.

Na área da saúde, por exemplo, ações extensionistas que promovem o diálogo com práticas integrativas, saberes tradicionais e estratégias comunitárias de cuidado rompem com a lógica biomédica tradicional e constroem modelos mais amplos e inclusivos de atenção à saúde. Em áreas como bioengenharia, biotecnologia e desenvolvimento de biomateriais, experiências extensionistas demonstram que é possível alinhar inovação científica com demandas sociais concretas, promovendo inclusão, sustentabilidade e bem-estar coletivo.

A utopia da extensão não está no inalcançável, mas no exercício diário de construir, junto com a sociedade, soluções possíveis, concretas e transformadoras.

Essas práticas ressignificam o próprio fazer acadêmico, deslocando a produção de conhecimento para além dos laboratórios e das salas de aula, fazendo dela uma construção coletiva, enraizada nas realidades sociais e nas demandas dos territórios. Quando a



universidade se permite ser afetada pelas experiências comunitárias, ela aprende tanto quanto ensina, enaltece a construção coletiva do saber. É nesse movimento dialético que se produz uma formação verdadeiramente integral, na qual ensino, pesquisa e extensão não são esferas isoladas, mas dimensões interdependentes de um mesmo processo formativo e social.

CAMINHOS DA INSURGÊNCIA: A EXTENSÃO COMO ACONTECIMENTO FORMATIVO

A extensão universitária, ao ser formalmente incorporada como componente obrigatório nos currículos de graduação, não deve ser reduzida a um mero dispositivo técnico-administrativo e burocrático. Ao contrário, ela precisa ser compreendida como um acontecimento formativo insurgente, capaz de tensionar e ressignificar os modelos pedagógicos tradicionais que ainda persistem nas universidades brasileiras.

A curricularização da extensão, determinada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, é mais do que uma exigência normativa: trata-se de uma convocação ética e política à universidade para que ela se reposicione diante de seu compromisso social. No entanto, seu potencial só se realiza quando essa incorporação rompe com a lógica da formalidade institucional e assume seu lugar na prática pedagógica viva, dialógica e transformadora.

Nesse sentido, o estudante deixa de ser mero agente passivo no processo formativo. Ao se engajar em ações extensionistas, ele se torna protagonista de sua própria aprendizagem, experimentando, em situações reais, os desafios, contradições e complexidades do exercício profissional e da atuação social. O território se transforma



em sala de aula viva, e as comunidades passam a ser coautoras dos processos de ensino e aprendizagem a partir do saber popular.

Na extensão, o saber se torna encontro, e o encontro, possibilidade formativa. É na tensão entre a teoria e a prática, entre o saber acadêmico e o saber popular, que emergem os verdadeiros processos de aprendizagem.

Ao romper com os modelos pedagógicos tradicionais centrados na transmissão verticalizada de conteúdos, a extensão propõe metodologias ativas, participativas e interdisciplinares, onde os desafios sociais se regionalizam e estabelecem solo fértil para seu desenvolvimento. Convoca docentes e discentes a saírem de seus lugares clássicos e enfrentarem, juntos, os desafios da vida concreta, exigindo a reinvenção de práticas de ensino, de pesquisa e de intervenção social, impactando de modo mais assertivo a vida das pessoas.

Isso implica, também, uma revisão profunda dos currículos dos cursos de graduação, historicamente organizados sob lógicas disciplinares fragmentadas e descoladas das realidades sociais. A extensão, quando incorporada de forma orgânica, obriga a universidade a construir percursos formativos mais integrados, sensíveis às demandas dos territórios e coerentes com a formação de sujeitos éticos e socialmente comprometidos e, por isso, ela não deve ser vista como apêndice da formação acadêmica, mas como eixo transversal, capaz de reconfigurar toda a experiência universitária. A extensão é espaço de invenção pedagógica, de práticas insurgentes, de enfrentamento ao academicismo elitista e de formação cidadã. Supera a dicotomia entre teoria e prática, entre saber e fazer, entre universidade e demais setores da sociedade.

É justamente nesse deslocamento que reside seu poder transformador e, ao romper com o modelo meritocrático de formação, a extensão desafia a universidade a ser menos vitrine e mais território.

ENTRE O PRESENTE E O POSSÍVEL: UMA UNIVERSIDADE EM PERMANENTE CONSTRUÇÃO

Refletir sobre os horizontes da extensão universitária é, inevitavelmente, entender e assumir que a universidade pública brasileira é uma obra inacabada, sempre em disputa e em permanente construção. Seus sentidos, seus compromissos e seus modos de existir são continuamente tensionados pelos contextos históricos, sociais, econômicos e políticos nos quais está inserida. Atualmente, a universidade enfrenta desafios contundentes: ataques às instituições públicas, tentativas de mercantilização da educação, cortes orçamentários, precarização do trabalho docente, negacionismo científico e aprofundamento das desigualdades sociais. Esse cenário exige, mais do que nunca, que a extensão se afirme como prática insurgente e como horizonte de reinvenção institucional. Para além das concepções de extensão, é necessário considerar os diferentes modelos institucionais de universidade que moldam suas práticas e finalidades. A Tabela 1 apresenta uma comparação entre esses modelos, destacando como cada um deles estrutura a relação entre ensino, pesquisa e extensão, e quais são suas implicações para o compromisso social da universidade.

Tabela 1 - Universidade tradicional versus a universidade extensionista

Características	Universidade Tradicional	Universidade Extensionista
Epistemologia	Eurocêntrica, disciplinar	Plural, decolonial, territorializada
Relação com o território	Distanciada	Enraizada e dialógica
Finalidade da formação	Técnica e individualizada	Crítica e socialmente comprometida
Papel do estudante	Receptor de conhecimento	Coautor na construção de saberes
Papel da extensão	Acessória	Estruturante

Se a pesquisa gera conhecimento e o ensino o organiza e sistematiza, é na extensão que esse conhecimento chega, emancipa



e transforma uma sociedade. A extensão tensiona a própria epistemologia acadêmica, exigindo que ela se abra ao diverso, ao contraditório, ao plural e ao inacabado.

A extensão não é uma via de mão única, mas um território de encruzilhadas, onde saberes, experiências e afetos se encontram, se confrontam e se reinventam.

Os desafios para consolidar essa perspectiva são profundos. Exigem o enfrentamento das estruturas acadêmicas conservadoras, a revisão urgente dos modelos de avaliação da produção científica e a construção de políticas institucionais mais coerentes e que garantam financiamento, reconhecimento e valorização das práticas extensionistas. No entanto, esses desafios são também epistemológicos e éticos. A universidade precisa se perguntar, de forma radical, a quem serve o conhecimento que produz, para quem forma seus estudantes e qual é seu compromisso real com a sociedade que, no modelo público brasileiro, a financia.

Ao mesmo tempo, a extensão universitária abre caminhos absolutamente potentes permitindo que a universidade não apenas responda às demandas sociais, mas se transforme a partir delas; possibilitando a construção de uma ciência comprometida com a vida, sensível às desigualdades, aberta às cosmovisões indígenas, aos saberes quilombolas, aos conhecimentos forjados nas periferias urbanas e nos campos invisibilizados pelo projeto desenvolvimentista e conservador.

A extensão, assim, projeta uma utopia concreta onde a universidade não se feche em si mesma, mas que se reconheça como parte do organismo social, implicada nas lutas por justiça social e encurtamento das desigualdades, equidade, democracia e direitos. Uma universidade que compreende que sua excelência não está nos rankings internacionais, mas na capacidade de produzir sentido, emancipação e transformação social real. Porque o que está em jogo não é apenas o futuro da universidade, mas o futuro do Brasil como



nação soberana, emancipada. A universidade pública não pode seguir como produtora de conhecimento exportável que retorna em forma de inovação comprada, tal qual uma nova modalidade de extrativismo acadêmico. Ela precisa ser motor de desenvolvimento, de inovação social e tecnológica, de soberania científica.

Portanto, entre o presente, carregado de ameaças, e o possível, carregado de potência, a extensão se afirma como caminho, como prática e como horizonte. Não há universidade socialmente referenciada sem extensão viva, crítica e comprometida. E, mais do que isso, não há projeto nacional viável sem uma universidade pública radicalmente implicada com a transformação social, econômica, cultural e ambiental do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária não pode ser vista como formalidade obrigatória, é prática viva que desestabiliza certezas, desloca saberes e inscreve a universidade no território real e na vida das pessoas. Mais do que elo entre academia e sociedade, a extensão é ruptura e reconfiguração, é a insurgência necessária diante de uma universidade ainda marcada por lógicas excludentes, meritocráticas e coloniais. É também a utopia possível, onde se constrói a partir do chão, da escuta, da partilha e do compromisso. A extensão rompe com o isolamento institucional e reconecta a universidade ao seu povo. Ela restitui o sentido público do conhecimento, recoloca a ciência a serviço da dignidade e da justiça, e ensina que não há neutralidade possível quando se escolhe educar para emancipar. Por isso, a extensão não pode ser reduzida a porcentagens curriculares, tampouco a projetos isolados. Ela é o lugar por excelência onde a universidade pública encontra sua razão de existir. Porque uma universidade que não se deixa atravessar pelos gritos e silêncios do seu tempo, não merece o nome de pública. A universidade só será pública de fato

quando for popular em conteúdo, plural em escuta, democrática em método e radical em compromisso. E a extensão é o caminho mais legítimo, e mais urgente, para que isso se realize.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regulamenta sua obrigatoriedade nos cursos de graduação. Brasília, DF: MEC, 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Brasília, DF: MEC, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 128 p.

GOMES, F. M. As epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do Sul global. **Revista Páginas de Filosofia**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 39-54, 2012. DOI 10.15603/2175-7747/pf.v4n2p39-54.

PAIVA, M. L. P. Um olhar sobre “Epistemologias do Sul” de Boaventura de Sousa Santos. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, Araraquara, v. 18, n. 1, p. 199-205, 2015. DOI 10.25061/2527-2675/ReBraM/2015.v18i1.349.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. 507 p.

SILVA, L. D.; VIEIRA, A. M.; TAMBOSI FILHO, E. Curricularização da extensão universitária: indicadores de avaliação para os cursos de Administração e Contabilidade. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 29, p. e024001, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/p8pjw57GNCStghkvdGMS4Wt>. Acesso em: 2 jul. 2025.



27

Adriana Camargo Ferrasi

Érica Ramos

Jacqueline Costa Teixeira Caramori

Mariele Gobo-Oliveira

Taciana de Albuquerque Pedrosa Fernandes

O QUE A EXTENSÃO NOS ENSINA

INTRODUÇÃO

Este capítulo, escrito por cinco mulheres, professoras do ensino superior com formações distintas, sendo uma enfermeira, duas biólogas e duas médicas, encontram-se nesta experiência e transferem para o texto os fios que entrelaçam fundamentos, experiências e reflexões sobre a extensão universitária. A partir dos relatos e análises apresentados, refletimos sobre os desafios e as potências de uma universidade comprometida com a justiça social, com a escuta dos territórios e com a formação ético-política de seus estudantes. Este foi um convite à *travessia*, reconhecendo na extensão um campo de liberdade, de insurgência e de reexistência, onde se inventam outros modos de aprender, ensinar e vivenciar a universidade.

O QUE APRENDEMOS SOBRE ESCUTA E DIÁLOGO

Aprendemos que a escuta vai além das palavras, permitindo-nos compreender contextos e perspectivas. Com escuta ativa e respeito mútuo, construímos relações de confiança e demonstramos empatia. A extensão universitária é um espaço de troca genuína e construção coletiva, onde a escuta e o diálogo são fundamentais para compreender as reais necessidades e saberes da sociedade, permitindo ações *verdadeiramente relevantes*. É na interação dialógica que a universidade se *desacademiciza* e a comunidade se apropria do saber científico, e juntos produzimos soluções eficientes e transformadoras. Essa dinâmica nos ensina que a escuta humilde e sem pré-conceitos é essencial para construir pontes entre o saber formal e informal, promovendo, *de fato*, inclusão e justiça social.

O QUE APRENDEMOS SOBRE INTERPROFISSIONALIDADE

Aprendemos que a extensão oportuniza o desenvolvimento das competências colaborativas, através do diálogo e tolerância. Durante sua vivência, o planejamento participativo, o respeito às especificidades de cada profissão em formação com seus diferentes saberes, se somam para a construção da ação intencionada. É também uma oportunidade para que os estudantes conheçam a ciência e atuação de cada profissão.

A extensão promove um exercício importante na educação dos futuros profissionais de saúde, que precisarão exercer o diálogo continuamente para o cuidado integral à saúde da população.

O QUE APRENDEMOS SOBRE FORMAÇÃO E HUMANIZAÇÃO

Aprendemos que a formação vai além da sala de aula, e que fora dela o que se aprende é “guardado” para a vida profissional e pessoal. O aprendizado se sedimenta mais fácil, e a formação se torna mais completa.

Aprendemos que a extensão universitária contribui para o processo formativo mais humanizado, tanto para os estudantes como para a comunidade atendida, pois as relações horizontais entre universidade e sociedade são baseadas no respeito mútuo, na escuta ativa e na valorização dos saberes populares e tradicionais. Os alunos e docentes ao se aproximarem da comunidade desenvolvem empatia e solidariedade, essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.





Como as ações extensionistas foram na área de saúde, o desenvolvimento da escuta, do respeito à diversidade cultural e da compreensão do contexto social dos indivíduos e comunidades atendidas, contribuiu para humanizar o cuidado em saúde, indo além do tratamento em saúde aprendido dentro da universidade.

O QUE APRENDEMOS SOBRE LIMITES E DESAFIOS

Aprendemos a lidar com as contradições das diferentes realidades, tensionando os limites existentes e compreendendo que outros novos se apresentam assim que os primeiros são superados.

Aprendemos que situações desafiadoras podem, para além de tensionar, impulsionar novas habilidades, esquemas e construções.

Aprendemos que nossas ações e proposições são, também, limitadas. Contudo contribuem, a longo prazo, com a formação humanizada e atenta às necessidades da sociedade, com o vínculo institucional entre a comunidade não acadêmica e a Universidade, e com construções criativas que transmutam ideias e estruturas vigentes.

O QUE APRENDEMOS SOBRE O FUTURO DA EXTENSÃO

Aprendemos que o futuro da extensão se projeta como prática viva, aberta às transformações sociais, políticas e ambientais que atravessam o nosso tempo. Reconhecemos que os caminhos da extensão dependem da coragem de sustentar diálogos



interdisciplinares e interseccionais, de ampliar a rede com os territórios. Esse futuro será tanto mais promissor quanto mais conseguirmos assumir seu caráter emancipatório, criativo, capaz de formar profissionais comprometidos com a vida e de produzir saberes que não apenas respondam às demandas sociais, mas que também inspirem a justiça social.

Encerramos este livro reconhecendo que a extensão universitária nos ensina, sobretudo, a sermos mais humanas e atentas às vozes do nosso entorno. Pela escuta e pelo diálogo, aprendemos a construir pontes; pela interprofissionalidade, descobrimos a potência da colaboração; pela formação e pela humanização, reafirmamos a centralidade do cuidado; pelos limites e desafios, compreendemos que os obstáculos educam; e, ao olhar para o futuro, cultivamos a esperança ativa de que a extensão siga como prática de liberdade, capaz de reinventar a universidade e ressignificar sua função social.

Assim, reconhecemos na extensão a possibilidade de tornar a universidade um espaço de vozes múltiplas, um território que, como defendia Abdias Nascimento, se pinta de povo, diversidade e emancipação.

"A universidade precisa ser um território aberto para as vozes silenciadas, para que o saber se pinte de povo."

(Abdias Nascimento, 1980).

REFERÊNCIAS

BATISTA, N. A. Educação Interprofissional em Saúde: Concepções e Práticas. **Caderno FNEPAS**, [S. l.], v. 2, 2012.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SANTOS, B, S.; ALMEIDA FILHO, N. **A universidade no século XXI:** para uma universidade nova. Coimbra: Almedina, 2008.



ÍNDICE REMISSIVO

A

acessibilidade 223

ações educativas 141, 200, 267

ações extensionistas 20, 39, 41, 42, 43, 47, 51, 56, 64, 66, 70, 72, 73, 74, 75, 82, 88, 98, 101, 105, 110, 112, 120, 126, 129, 139, 222, 240, 259, 266, 274, 275, 284

Agenda 2030 22, 50, 53, 57, 59, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 105, 119, 120, 121, 126, 142, 149, 156, 161, 165, 167, 168, 172, 184, 190, 191, 192, 199, 207, 222, 237, 238, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259

agentes transformadores 51

alimentação saudável 164, 195

aprendizagem 34, 39, 55, 60, 88, 91, 96, 109, 123, 124, 125, 126, 127, 134, 135, 159, 197, 199, 224, 241, 261, 275, 276

aprendizagem significativa 34

assistência social 194, 203, 221

Atenção Primária 58, 59, 247

Atividades Curriculares de Extensão Universitária 48, 57

atuação extensionista 56

avaliação institucional 51

B

Banco de Alimentos 27, 100, 237, 238

bem-estar 139, 140, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 160, 163, 168, 176, 177, 178, 181, 190, 191, 197, 202, 213, 222, 223, 224, 225, 228, 245, 274

C

cidadania 50, 81, 82, 117, 119, 141, 190, 198, 208, 238, 273

Ciência Cidadã 31

componente curricular 48, 52

comunicação 32, 39, 43, 76, 83, 84, 97, 102, 111, 115, 119, 126, 128, 132, 136, 139, 141, 142, 159, 167, 169, 178, 183, 197, 201, 202, 212, 223, 225, 227, 234, 240, 248, 256, 261, 264, 268, 280, 286

comunidade 46, 56, 57, 59, 79, 80, 81, 82, 90, 96, 103, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 117, 119, 120, 126, 128, 129, 133, 135, 136, 139, 140, 143, 146, 155, 156, 159, 160, 163, 164, 165, 168, 169, 182, 183, 189, 190, 191, 194, 197, 198, 199, 201, 202, 212, 213, 216, 217, 223, 228, 229, 240, 241, 243, 245, 247, 262, 267, 268, 282, 283, 284

comunidade escolar 59

conhecimento científico 65, 118, 261, 274

conhecimentos científicos 48, 270

construção coletiva 32, 34, 79, 86, 90, 95, 102, 114, 118, 128, 151, 237, 274, 275, 282

cooperação 50, 100, 110, 198

coprodução 41

cuidado coletivo 55

cuidado individual 55

curricularização 30, 33, 37, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 62, 63, 66, 67, 88, 102, 109, 112, 118, 139, 146, 175, 176, 240, 248, 275

curricularização da extensão 30, 33, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 63, 66, 67, 88, 102, 109, 112, 118, 139, 146, 175, 240, 275

currículo 33, 41, 55, 60, 63, 64, 95, 126, 130, 213

D

desenvolvimento comunitário 34

desenvolvimento humano 50

desenvolvimento sustentável 53, 57, 100, 192, 199, 207, 222, 251, 252, 253, 256, 257, 258, 259

desigualdade social 216

diálogo 32, 34, 37, 39, 43, 46, 59, 67, 70, 72, 73, 74, 79, 82, 86, 88, 95, 100, 101, 103, 107, 112, 117, 118, 132, 139, 179, 184, 198, 202, 205, 213, 222, 237, 247, 261, 263, 264, 265, 266, 271, 274, 282, 283, 285

diálogo com a sociedade 34

direitos humanos 102, 216, 265, 270

diretrizes pedagógicas 33



E

Educação Ambiental 20, 93
educação em saúde 103, 118, 119, 121, 161, 195, 199, 203, 214, 216, 217, 238
Educação Popular 118, 121
educação problematizadora 50
educação superior 51, 273, 280
engajamento social 50
ensino 30, 33, 38, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 51, 52, 55, 57, 60, 61, 63, 70, 72, 77, 82, 86, 87, 88, 90, 91, 95, 99, 101, 107, 108, 109, 114, 117, 119, 121, 124, 130, 134, 146, 175, 201, 203, 228, 229, 240, 241, 261, 275, 276, 277, 282
Ensino, Pesquisa e Extensão 30, 38, 40, 42, 48, 81, 101, 154, 174
equidade 95, 99, 101, 189, 210, 212, 216, 217, 251, 271, 278
escolas públicas 59
escuta 32, 34, 39, 60, 74, 80, 82, 83, 86, 88, 89, 90, 91, 97, 99, 100, 102, 103, 119, 128, 132, 133, 134, 136, 137, 146, 198, 201, 202, 205, 228, 243, 244, 247, 279, 280, 282, 283, 284, 285
escuta qualificada 100
estágio curricular supervisionado 56
ética 34, 60, 75, 134, 198, 270, 275
experiência 33, 50, 57, 80, 86, 88, 89, 91, 95, 114, 133, 136, 142, 146, 151, 167, 191, 193, 198, 201, 202, 205, 207, 216, 225, 227, 228, 240, 246, 247, 248, 276, 282
experiência extensionista 50, 57, 136, 193, 246
Extensão Universitária 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 52, 56, 57, 59, 61, 67, 68, 76, 101, 102, 108, 112, 119, 120, 132, 141, 154, 164, 176, 179, 182, 183, 192, 222, 246, 248, 261, 263, 268, 280, 285

F

formação acadêmica 51, 83, 117, 135, 160, 206, 272, 276
formação cidadã 53, 66, 96, 268, 276
formação crítica 56, 71, 101, 273
formação ética 34
formação humanista 60
formação interprofissional 59, 121

G

gestão 21, 28, 47, 48, 55, 101, 229, 257, 266

I

impacto na formação do estudante 41, 46
impacto social 33, 42, 51, 272
indicadores de impacto 129
indissociabilidade 33, 40, 42, 46, 146, 175
indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 33, 46
inovação 50, 67, 107, 273, 274, 279
inovação social 279
integralidade do cuidado 65
interação dialógica 33, 39, 46, 80, 110, 117, 282
interdisciplinaridade 46, 70, 71, 72, 75, 77, 114, 121
interprofissionalidade 40, 46, 97, 111, 120, 128, 132, 136, 141, 198, 201, 212, 229, 237, 283, 285
investigação-ação 59

J

justiça social 34, 50, 78, 79, 80, 81, 90, 101, 118, 212, 247, 270, 271, 278, 282, 285

L

livros 22, 212, 264

M

metodologias participativas 34, 74, 80, 86, 88, 90, 92, 114, 118
missão social 37, 51

O

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 50, 96, 103, 119, 121, 142, 156, 165, 167, 184, 190, 197, 203, 213, 216, 222, 224, 240, 245, 251, 252, 253

P

participação social 76
pedagogia 59, 91, 96, 102, 122, 132, 160, 199, 212, 261
pedagogia dialógica 91
pesquisa 33, 40, 41, 42, 43, 46, 48, 55, 60, 77, 82, 86, 87, 88, 90, 107, 117, 119, 121, 146, 149, 175, 228, 262, 271, 275, 276, 277
Plano Nacional de Educação 33, 46, 56, 68, 175, 176, 248, 267



políticas públicas 81, 86, 105, 192, 211, 257

prevenção em saúde 59, 196

processo educativo 32, 95, 119, 160

produção coletiva do conhecimento 91

produção de conhecimento 90, 92, 117, 274

produção de conhecimentos 39, 119

profissionais de saúde 143, 210, 214, 283

Programa de Extensão 57, 59, 100, 101

projetos de extensão 30, 40, 64, 79, 191

promoção da saúde 34, 139, 140, 154, 156, 179, 186, 221, 229

protagonismo estudantil 51, 96, 110, 125, 126

Q

qualidade de vida 40, 108, 140, 142, 197, 216, 221, 223, 229

R

realidade social 32, 41, 60, 65, 160, 201, 237

reflexão crítica 103, 133

responsabilidade social 97, 111, 117, 119, 120, 121, 128, 132, 136, 175, 191, 203, 212, 228, 262

ressignificação 47, 60

S

saberes populares 34, 79, 80, 86, 88, 92, 99, 118, 139, 283

saúde coletiva 102, 160, 187, 210

saúde mental 149, 225

segurança alimentar 34, 141, 142, 194, 232, 233, 236

serviços de saúde 59, 210, 212, 213, 217

sociedade 32, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 48, 51, 52, 55, 57, 60, 64, 67, 72, 73, 74, 75, 81, 86, 88, 99, 101, 102, 105, 107, 114, 117, 119, 121, 132, 135, 146, 151, 156, 161, 164, 168, 174, 175, 178, 182, 191, 198, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 217, 221, 237, 240, 241, 256, 259, 262, 268, 270, 272, 274, 276, 278, 279, 282, 283, 284

sustentabilidade 59, 80, 101, 102, 118, 129, 237, 251, 274

T

território 58, 67, 74, 79, 80, 83, 84, 87, 91, 92, 99, 137, 243, 244, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 285

transformação da realidade 59, 74, 79, 117, 160, 243

transformação social 46, 50, 56, 58, 59, 81, 82, 83, 90, 91, 92, 95, 102, 107, 108, 111, 117, 119, 160, 211, 228, 241, 259, 263, 270, 278, 279

U

universidade pública 32, 33, 34, 137, 160, 205, 266, 270, 273, 277, 279

Universidade-Sociedade 52

V

vulnerabilidades 34, 81, 146, 183